



**Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**Péricles Carvalho Passos**

**O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo**

**Goiânia, 2023**



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### **2. Nome completo do autor**

Péricles Carvalho Passos

#### **3. Título do trabalho**

*O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo*

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Pericles Carvalho Passos, Discente**, em 09/01/2024, às 23:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair Jose Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 10/01/2024, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4307103** e o código CRC **23F325D5**.

**Referência:** Processo nº 23070.067276/2023-44

SEI nº 4307103

**Péricles Carvalho Passos**

## **O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Orientador: Professor e Doutor Altair José dos Santos.

**Goiânia, 2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Passos, Péricles Carvalho  
O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo [manuscrito]  
/ Péricles Carvalho Passos. - 2023.  
CXXII, 122 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Altair José dos Santos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Psicologia dos Processos Educativos,  
Goiânia, 2023.  
Bibliografia.  
Inclui siglas.

1. Sujeito. 2. Masculinidade. 3. Contemporaneidade. 4. Virilidade.  
I. Santos, Altair José dos, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata Nº 66 da sessão de Defesa de Dissertação de **PÉRICLES CARVALHO PASSOS** que confere o título de **Mestre em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três (30/11/2023)**, a partir das **15h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"O sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo"**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Altair José dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutor em **Psicologia Clínica e Cultura** pela **UnB**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Eloy San Carlo Maximo Sampaio (PPH/UFT)**, doutor em **Psicologia Clínica** pela **USP** - integrante titular externo e Prof. Dr. **Cristóvão Giovani Burgarelli (PPGP/FE/UFG)**, doutor em **Linguística** pela **UNESP** - integrante titular interno. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Altair José dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Altair José dos Santos

Prof. Dr. Eloy San Carlo Maximo Sampaio

Prof. Dr. Cristóvão Giovani Burgarelli

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Pericles Carvalho Passos, Discente**, em 09/01/2024, às 23:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair Jose Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 10/01/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristovao Giovani Burgarelli, Professor do Magistério Superior**, em 10/01/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eloy San Carlo Maximo Sampaio, Usuário Externo**, em 11/01/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4307102** e o código CRC **A0EB2675**.

# **O Sujeito e a Masculinidade no Mundo Contemporâneo**

**Péricles Carvalho Passos**

**Altair José dos Santos**

**Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia**

## **Resumo:**

Este trabalho investiga a constituição do sujeito e a masculinidade na contemporaneidade, questionando sob quais insígnias a masculinidade foi estruturada. Interessa também elucidar como operam as relações de amor e gozo para o masculino atualmente. A pesquisa parte de uma revisão de literatura pela teoria psicanalítica, em diálogo com aspectos históricos, culturais e políticos, como base para compreensão dos fenômenos atuais. É a partir das primeiras experiências de identificação com o outro que a humanização acontece: o sujeito é causado pelo desejo do Outro, desde a alienação à separação do Outro. A criança deve identificar-se com as imagens parentais para se afastar delas. Assim, a masculinidade é constituída pela identificação com o pai, enquanto semblante viril transmitido pela linguagem e que o situa no laço social. Logo, a masculinidade é efeito do discurso, suas referências podem ser localizadas historicamente. Nesse sentido, os semblantes de masculinidade (atuais) hoje foram construídos na história ocidental moderna, que articulou masculinidade e virilidade. O resultado é a nostalgia de uma condição viril-animalesca desde sempre perdida, alçada como mito e orbitada como ideal, mas que incondiz com a experiência humana. Assim, tal masculinidade possui desde sempre a crise e o fracasso como marca de sua constituição. Houve uma construção histórica de um imperativo de gozo violento articulado à masculinidade, que exterioriza as pulsões sádicas e recalca as pulsões passivas como defesa contra castração. O modo de amar masculino está fixado em fantasias anaclíticas, hiper valorização imaginária sexual, busca em possuir falicamente a mulher e perversão transitória como modo de atender ideais narcísicos. Diante da incompletude amorosa, o homem pode recorrer ao falo buscando uma segunda mulher. Tais referências podem operar como restrição à condição desejante, levando a si e aos outros ao sofrimento. É no furo do discurso masculino que é possível encontrar caminhos singulares.

**Palavras-chave:** Sujeito, Masculinidade, Contemporaneidade, Virilidade.

### **Abstract:**

This work investigates the constitution of the subject and masculinity in contemporaneity and under what insignia it has been structured. It is also interested in elucidating how their relationships of love and jouissance currently operate. The research starts with a literature review of psychoanalytic theory, in dialogue with historical, cultural and political aspects, as a basis for understanding current phenomena. It is from the first experiences of identification with the other that humanization takes place; the subject is caused by the desire of the Other, in an operation of alienation and separation. The child must identify with the parental images in order to get away from them, so masculinity is constituted by identification with the father, as a virile semblance transmitted through language. Masculinity is an effect of discourse, and its references can be located historically. In this sense, the semblances of masculinity today were constructed in modern Western history, which articulated masculinity and virility. The result is nostalgia for a lost manly-animal condition, disseminated as an ideal, but which is not in line with human experience. Therefore, this masculinity has always had crisis and failure as a mark of its constitution. There has been a historical construction of an imperative of violent enjoyment articulated to masculinity, which externalizes death drives and represses passive drives as a defense against castration. The male way of loving is fixed on anaclitic fantasies, objectification and domination of women as narcissistic satisfaction. Faced with love's incompleteness, it is possible for men to turn to the phallus in search of a second woman. Such references can act as a restriction on the desiring condition, leading him and others to suffer. It is in the hole in the male discourse that unique paths can be found.

**Keywords:** Subject, Masculinity, Contemporaneity, Virility.

Se pude encontrar muito mais que caminhos, mas sim meios de como caminhar, foi com  
você que me ensinou e me acompanhou em todos os trajetos necessários para que eu  
pudesse chegar até aqui. E hoje te levo comigo como verso e parte da minha história, a  
você dedico todos os meus com-passos. Obrigado mãe, Maria das Graças de Carvalho  
(21.05.1960 - 21.12.2022).

### **Agradecimentos:**

Agradeço à minha família por todas as apostas, pelo carinho e cuidado, vocês foram os primeiros tradutores do mundo para mim.

A minha companheira de vida, que com apoio, amor e respeito, tem sido a minha maior cúmplice nos riscos e rabiscos da aventura de viver. Amo você!

Ao meu orientador, sempre solícito e rigoroso com a qualidade da minha escrita, que me encorajou ao amadurecimento como pesquisador e futuro docente. Com a sua escuta humana e crítica, seu conhecimento promissor e apontamentos sempre enriquecedores, permitiram que esse trabalho também tivesse traços mais singulares.

A essa instituição de ensino que tornou possível a minha admissão, me concedeu um ensino de muita qualidade e tem auxiliado no meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Agradeço ao meu analista que com suas provocações incômodas, seu acolhimento e ética serviram como ponto de partida para que meus movimentos fossem mais vivos e desejantes.

Aos meus amigos, em especial ao Masao, Felipe Francisco, Marcela Hanna e Júlia que de algum modo me estimularam e comemoraram comigo o ingresso no mestrado.

Ao Corpo Freudiano, em especial a Elizabeth e ao Altair, que tem me proporcionado uma formação primorosa e engrandecedora para meu aprendizado não só como analista, mas como também a produzir questões para a minha pesquisa.

## Sumário

Introdução .....	12
1.1. Masculinidade Hegemônica - Narrativas e consequências na cultura .....	12
1.2. Conceito de Gênero - Instrumento de análise e denúncia .....	14
1.3. Concepções plurais e hegemônicas da Masculinidade .....	15
1.4. A teoria freudiana e a desnaturalização da sexualidade .....	16
1.5. O masculino e o feminino em Freud e Lacan .....	18
2. Capítulo I: A Constituição do Sujeito .....	28
2.1. Sexualidade e linguagem .....	33
2.2. A subjetivação da falta e os tempos do Édipo .....	38
2.3. A masculinidade como constituição de um semblante .....	42
3. Capítulo II: Do Mito Viril à Crise do Masculino .....	47
3.1. O masculino enquanto discurso histórico .....	49
3.2. A virilidade dos gregos aos francos .....	53
3.3. O distanciamento da virilidade na Era Clássica .....	58
3.4. A consolidação do mito viril .....	61
3.5. A masculinidade em crise .....	69
4. Capítulo III: Circuitos de Gozo, Amor e Sofrimento na Masculinidade Contemporânea .....	71
4.1. Gozo e pulsão de morte .....	72
4.2. Modalidades de gozo no masculino .....	77
4.3. Virilidade e Dominação – O gozo do idiota .....	85
4.4. Entre amor e gozo: As facetas do amor e do poder na masculinidade contemporânea .....	95
4.5. Da Estrutura à Subjetividade .....	107
5. CONCLUSÃO .....	114
5. Referências Bibliográficas .....	118

## Introdução

*A maior riqueza do homem é a sua incompletude. Nesse ponto sou abastado, palavras que me aceitam como sou – eu não aceito. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai, mas eu preciso ser Outros. Eu penso em renovar o homem.*

Manoel de Barros, 1998

### 1.1. Masculinidade Hegemônica - Narrativas e consequências na cultura

Em aspectos simbólicos e imaginários, as referências socialmente adjetivadas da masculinidade no mundo contemporâneo são amplamente estimadas, desde altos cargos de autoridade a estratégias comerciais de produtos. Segundo Déri (2022), essa concepção está presente até mesmo em anúncios publicitários básicos, como em marcas de desodorantes para homens, por exemplo. Geralmente os nomes desses produtos trazem uma correlação com esforço esportivo, com o esporte intenso, com um jogo de poder. Tais adjetivos parecem indicar um apetite por aventuras perigosas com desenvolvimento da força bruta. A imagem de uma masculinidade relacionada à agressividade, poder e força é evidentemente valorizada, até mesmo numa atividade tão simples quanto o uso de produtos de higiene pessoal.

Mediante a isso, modelos tão estimados de masculinidade, conforme apresentado, podem transparecer uma linha muito tênue entre formas violentas e intolerantes a um estado de vulnerabilidade.

Num estudo que relaciona violência e gênero, Machado (1998) aponta que a masculinidade jovem caminha para uma forte expectativa de que o sujeito alcance um patamar pleno de quem detém poder, como aquele que fica à frente, que conquista, que abre o seu caminho e que não pode ter obstáculos nessa travessia. A ideia de ser o autor da própria lei, da lei para os outros e para si, parece se relacionar com casos de homens jovens que cometeram homicídio e que, segundo a autora, não demonstraram ter consciência se estavam se defendendo ou simplesmente atacando.

Nessa concepção de masculino, não parece ser possível que haja falhas ou perdas na própria satisfação. Assim, a condição de masculinidade socialmente enaltecida sugere uma relação muito próxima com uma condição de virilidade violenta.

Uma notícia apresentada pela CNN Brasil trouxe em destaque o pronunciamento do chefe de Estado brasileiro no dia da independência do Brasil em 2022, no qual o ex-presidente puxou um coro de "imbrochável", em cima de um trio elétrico na Esplanada dos Ministérios em Brasília. O ex-presidente na ocasião repetiu diversas vezes a palavra em questão para o público, apoiadores e sua esposa ao lado (2022). Além dos aspectos políticos, as questões simbólicas que se fazem presentes neste pronunciamento levam a crer que a condição masculina é aquela que não brocha, que não cai.

Um discurso com intenções semelhantes foi realizado em 1920 por Adolf Hitler, que iniciava sua carreira política em uma Alemanha ainda afetada pela 1ª guerra mundial. Hitler direcionou sua mensagem para o público referido por ele como "homens de ferro", que eram alemães veteranos de guerra, cujas identidades foram forjadas na não miscigenação das trincheiras. Esses homens que supostamente estavam em crise, se sentiam traídos pelo avanço da democracia e pela emancipação da alteridade (Déri, 2022).

Contudo, condutas e estereótipos masculinos que por muito tempo foram naturalizados e compreendidos como características inatas, biológicas e universais aos homens passaram a ser colocadas em questão a partir do século XX. Segundo Aguiari e Diniz (2017), essa problematização não se deu de maneira natural, pois só a partir de denúncias de violência doméstica, de diversos tipos de assédio, de monopólio de cargos e funções de trabalho, de abusos de poder e práticas homofóbicas que o lugar do masculino foi então revisto.

De acordo com Bourdieu (2021), qualquer narrativa que compareça na história como permanente e absoluta não é mais que o produto de uma estratégia de naturalização imposto por instituições correlacionadas, tais como a família, a igreja e o Estado, como estratégia de dominação. Não por acaso, tratam-se de instituições que de forma homogênea estiveram historicamente sob uma autoridade patriarcal.

Heilborn e Carrara (1998) salientaram que movimentos de militância política e pesquisas acadêmicas contribuíram para uma transformação no conceito de masculinidade no cenário contemporâneo, pois colocaram em questão inúmeros sinais de uma realidade androcêntrica e com efeito, na visão desses, a masculinidade teria entrado em crise a partir do final do século XX.

Sob tal eixo de tensão, a masculinidade passou a ser também colocada como objeto de estudo para as ciências. Heilborn e Carrara (1998) consideraram que a história mostrou que os homens foram e ainda são em grande parte os mandatários do saber científico e gerenciadores dos poderes estatais. Contudo, curiosamente, essas ciências sob o domínio

dos homens demarcaram como objetos de estudo outros grupos – como as mulheres, crianças, os considerados loucos ou sexualmente desviantes –, pouco se ocupando da questão masculina por considerarem, de saída, o homem como arauto simbólico e imaginário de um gênero em especial.

Desse modo, questões singulares do masculino e as condições de gênero que construíram a(s) masculinidade(s) pouco ganhavam atenção em relação ao gênero feminino. Propostas para resolução dessas problemáticas eram, conseqüentemente, pouco conhecidas.

## **1.2. Conceito de Gênero - Instrumento de análise e denúncia**

O termo gênero, de acordo com Aguiari e Diniz (2017), foi utilizado mais recentemente, em meados da década de 60, pelas feministas contemporâneas como uma ferramenta teórica e política. A década de 70 foi marcada, então, pelo progressivo entrelaçamento do conceito de gênero com as teorias sociais e a história, visto que o emprego do gênero serviu como um meio para abordar a organização e as diferenças sociais baseadas na relação entre os sexos. Com isso, o gênero nasceu como método de reivindicação de um espaço de definição que demonstrasse a insuficiência das teorias até então disponíveis para questionar as desigualdades históricas entre os sexos.

Com base nas discussões teórico-sociais sobre a diferença sexual, foi enfatizada a discrepância entre sexo e gênero através de argumentos que consideravam a diferença sexual como produto da dinâmica cultural, e não como fator natural que determinaria os modelos dos papéis sexuais. Destarte, pessoas nascidas e classificadas como homens e mulheres seriam educadas para agir, pensar e sentir de acordo com a norma culturalmente determinada, conforme posições relacionadas ao sexo anátomo-biológico. São construções sociais que buscam promover uma estabilidade na relação entre os sexos por meio de costumes e crenças, que por outro lado tendem a erradicar condutas sexuais que se expressam fora desse arranjo (Heilborn e Rodrigues, 2018).

Para Scott (1995), o emprego do conceito de gênero é um modo de se opor às diferenças que foram atribuídas a homens e mulheres de acordo com um princípio fisiológico. Gênero permite indicar que há determinações históricas e culturais, além de uma construção social sobre os papéis que foram colocados entre o masculino e feminino.

Quando comparece como uma classificação social que opera sobre um corpo sexuado, a categoria de gênero permite questionar as relações de poder, bem como

considerar a igualdade política e social como objeto de inclusão. Não somente a dimensão de gênero, mas também as questões de classe e raça, que até então eram consideradas alheias em análises cujo ponto de partida era a neutralidade humana, conquistam maior protagonismo (Heilborn e Rodrigues, 2018).

Em síntese, o gênero pode ser definido como um modelo social normativo que submete os corpos sexuados e também oferece uma diferença entre prática sexual e papéis sexuais. Ele pode ressaltar um padrão de relações em que o sexo pode estar presente, mas não determina esse padrão, como também não é condição para moldar a sexualidade (Scott, 1995). Com efeito, acrescenta-se que simbolicamente o gênero está na base das relações de poder.

### **1.3. Concepções plurais e hegemônicas da Masculinidade**

Na atualidade, existe um consenso entre pesquisadores brasileiros nos debates acadêmicos sobre masculinidades: um determinado tipo de masculinidade heteronormativa hegemônica agiria como padrão atual de conduta, legitimando a posição dominante dos homens na sociedade. Tal referência tenderia a justificar a submissão das mulheres e de outras formas marginalizadas de ser e de estar homem. O termo masculinidade heteronormativa hegemônica diz respeito a uma normatização de heterossexualidade que concederia certo prestígio cultural, financeiro e social à orientação sexual heterorreferencial (Miranda, Cardoso e Alcantara, 2021).

Contudo, ainda que um conjunto de referências de masculinidade possa ser qualificado como hegemônico, dentro de um campo de relações de forças em conflito, é fundamental destacar que o seu entendimento parte de uma multiplicidade, no sentido de que não é possível falar somente em masculinidade, mas em masculinidades (Déri, 2022). Formas que podem existir muitas vezes em conflito entre si, até mesmo numa mesma experiência socializadora ou produtora de masculinidades. Maneiras que podem suscitar benesses. Mas será que esses moldes enrijecidos de masculinidade não proporcionam inúmeros prejuízos ao próprio sujeito?

Ambra (2021) sugere que pensar a questão do homem é pensar em uma problemática que pode ser compreendida por múltiplas vias. Isso porque o conceito de gênero, abordado por inúmeros teóricos de diferentes tradições, desdobra-se por caminhos distintos. É uma temática pela qual cada vez mais autores têm buscado compreender o homem de forma ampla, com o intuito de localizá-lo com certa

independência de uma anatomia fisiológica. O gênero é levado em conta até mesmo na última edição do Manual Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, reconhecido também em filosofias libertárias acerca da política sexual.

#### **1.4.A teoria freudiana e a desnaturalização da sexualidade**

Para além da concepção de gênero, o masculino e o feminino podem ser pensados sob a ótica da psicanálise. A teoria freudiana inaugurou um importante campo de saber que contribuiu e continua contribuindo para a desnaturalização da sexualidade e que colocou também em questão a constituição do masculino e feminino. O pensamento freudiano permite pensar que o masculino e o feminino não se dão de modo natural ou garantido (Freud, 1905/1996). São perspectivas que promoveram uma ruptura com o pensamento científico moderno, uma vez que os fundamentos racionalistas e biomédicos da modernidade se mostravam incapazes de reconhecer a sexualidade humana para além da norma fundamentada em torno do eu-racional.

Os inúmeros campos de saber próprios do discurso científico moderno ocupam-se dos fenômenos cognoscentes relacionados ao eu, como fruto do racionalismo científico, e tendem a travar discussões severas de quais seriam as variáveis determinantes responsáveis pela constituição do psiquismo, compreendido pelo racionalismo moderno como eu-consciência (Lajonquière, 1993). Isso resultou numa crise de paradigmas entre filogênese e ontogênese, biológico e psíquico, intrapessoal ou meio social.

De acordo com Foucault (1984), o discurso da ciência é uma ferramenta de organização e dominação de poder. Durante a transição histórica do poder soberano para o poder disciplinar, em meados do século XVIII, ocorreu a instalação daquilo que o autor denomina como dispositivo de sexualidade, que corresponde à inscrição de um perímetro discursivo na cultura, que articula corpo, saber e poder como prática de organização e controle de corpos, subjetividades e populações.

Por conseguinte, é evidente que, em termos políticos, a ascensão da ciência moderna exerceu influências sobre a visão dos sexos, e o imaginário em torno da diferença anatômica funcionou como justificativa de seus princípios (Poli, 2004).

É sabido que as concepções de hétero e homo são construções taxonômicas próprias do século XIX, bem como as classificações registradas das perversões sexuais. Vale destacar que, apesar das mulheres e homens terem ocupado, durante a história, posições socialmente distintas, isso não era devido a uma questão anatômica, tampouco

ao desempenho sexual ou preferências eróticas. A correspondência entre sexo anatômico e o exercício sexual, a posição social e a função por eles exercidas é um traço próprio da modernidade (Poli, 2004).

A consequência de tais fatos recaiu sobre a própria psicanálise. Ainda que Freud tenha subvertido inúmeras ideias do racionalismo moderno, é possível identificar muitas das ideias difundidas no século XIX em sua obra, como a confusão entre pênis e falo por exemplo. Para ilustrar essa afirmação, no texto *Três ensaios sobre a sexualidade*, de 1905, Freud relacionou falo com o órgão sexual masculino ao abordar o estágio fálico, afirmando que, independentemente de seu sexo, a criança conhece apenas um tipo de órgão sexual, o masculino.

No que se refere à ciência, Lacan indicou que ela é construída como saber pela forclusão do lugar de verdade. É uma afirmação que aponta, segundo o autor, que os enunciados científicos se fundamentam pela exclusão do sujeito da enunciação, como variável que não pertence a esse campo de saber (Lacan, 1966). Aqui, o discurso da ciência é pautado como um domínio do enunciado, com base no princípio da objetividade. Essa condição demarca uma divisão estrutural entre o que é dito e aquele que fala, entre saber e verdade.

No entanto, a forclusão da verdade desse discurso científico não é sem consequências, ela retorna naquilo que está em causa no sexo, como demanda de significação sexual. Ou seja, a necessária exclusão do sujeito da norma científica corresponde ao estranhamento do sujeito em relação ao real da sexualidade humana (Lacan, 1966).

Na tentativa de responder pela significação com base na anatomia, o sujeito reproduz de forma ativa a exclusão proveniente da narrativa científica. Ao invés de responder pela sua posição desejante, aponta para a anatomia por meio da significação de masculino ou feminino (Poli, 2014).

Segundo Lacan, a anatomia não é uma questão do real, é uma questão da realidade, conforme a ciência infere, já que não há um significante que seja passível de fazer significação que corresponda às funções sexuais de forma equivalente. Do mesmo modo, não há um significante que corresponda à posição da letra no inconsciente (Lacan, 1958).

Todavia, frente à demanda que cada ser humano tem de responder como sujeito pela significação sexual, a resposta caberia como afirmação do sexo, mas é inacessível à apreensão do simbólico, visto que os significantes homem e mulher são insuficientes na medida que correspondem à anatomia e não à posição da letra. Nesse sentido, a resposta

é convocada como ato, é pelo ato que se responde à impossibilidade que o retorno da própria palavra provoca (Poli, 2014).

Assim, o ato do sujeito revela sua face significativa que, por sua vez, possibilita que algo do sexo seja subjetivado ao inscrever singularmente um sujeito no lugar da impossibilidade de inscrição da relação sexual.

Para Lacan (1957), a subjetivação permite reduzir as funções do corpo e suas consequências na função significativa. Mediante ela, as manifestações corporais são sobredeterminadas pelos registros simbólicos e imaginários do psiquismo.

### **1.5.O masculino e o feminino em Freud e Lacan**

Freud constatou que a constituição da masculinidade ou da feminilidade não era desvinculada dos processos que a sexualidade infantil atravessa desde os estágios primitivos até o declínio do complexo de Édipo (1925/1996).

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), Freud se opôs à concepção puramente biomédica da sexualidade que esteve em destaque no século XX, ao reconhecer que os desdobramentos da sexualidade estão diretamente relacionados ao processo de humanização do sujeito (1905/1996). A sexualidade possui um caráter originariamente perverso-polimorfo e autoerótico nos estágios primários de sua constituição, assumindo mais tarde uma forma de organização estruturada, podendo ou não ser coerente com os ideais da cultura, mas de acordo com os desfechos do complexo de Édipo.

A sexualidade é uma disposição psíquica universal importante para todas as realizações. Se revela como parte intrínseca da vida desde o nascimento, e adquire valor autoerótico na medida em que é erotizado pelo olhar e pela palavra do outro, cujo objeto de satisfação para a criança está no próprio corpo. Posteriormente, as pulsões centralizam-se no órgão genital e estabelecem vínculos objetivos para atingir a sexualidade adulta, perdurando até a morte (Freud, 1905/1996).

Freud (1905/1996) introduz a sexualidade como parte da condição humana, com um caráter muito mais amplo que o ato do coito sexual. A sexualidade está integrada a toda referência à busca por prazer, mas sua arquitetura só adquire diferenças segundo influências das primeiras relações da criança com seus cuidadores. É necessário esclarecer que a sexualidade pode ser entendida como uma expressão pulsional, o que se traduz não como uma referência estritamente biológica, mas situada na fronteira entre o

psíquico e o somático. A sexualidade ou pulsão sexual é um modo de conversão pulsional direcionada ao mundo externo (Freud, 1915/2010).

Em outras palavras, é a pulsão sexual, pulsão erotizada pela linguagem, que torna possível o acesso ao laço social muito além de uma perspectiva de desenvolvimento da sexualidade. Seus desdobramentos, tais como definições de masculino ou feminino, se relacionam muito mais com modelos normativos da sociedade, que são estruturados no psiquismo de cada sujeito falante a partir do Outro. A sexualidade é em última instância uma operação de linguagem.

Na concepção de Freud (1905/1996), certo grau de hermafroditismo anatômico está presente até mesmo na condição normal da formação sexual, sendo cada um dotado de uma disposição bissexual. "Em nenhum indivíduo masculino ou feminino de conformação normal faltam vestígios do aparelho do sexo oposto, que persistiram sem nenhuma função como órgão rudimentares, ou que se modificaram para a seu encargo outras funções" (p. 134). Essa disposição bissexual originária evidencia que no decorrer do desenvolvimento do indivíduo a escolha de uma posição sexual predominará, deixando sempre resquícios do sexo que foi suprimido.

Freud (1905/1996) considera inicialmente que a libido, energia da pulsão sexual, é masculina, uma vez que tem um caráter ativo. Os conceitos masculino e feminino são abordados em sua obra levando em conta três referências diferentes. A primeira e principal utilizada toma o masculino como sinônimo de atividade e o feminino como sinônimo de passividade, sendo o primeiro relacionado à condição de dominação, sadismo, e o segundo à condição de submissão, masoquismo. Essas duas características podem funcionar como destinos privilegiados das atividades pulsionais (Freud, 1915/2010).

A segunda referência pensa o masculino e o feminino como distinção entre os sexos no caráter anatômico, voltado para as genitálias. Por fim, Freud abordou o masculino e o feminino num sentido sociológico/cultural ao referir-se ao papel social de cada um. O masculino enquanto papel de pai e o feminino como papel de mãe, cumprindo uma função em um determinado grupo (Freud, 1905/1996).

A primeira dessas referências é a que importa para o autor na construção de sua obra. Freud, à medida que avança na compreensão da sexualidade infantil, percebe que essa distinção masculino e feminino somente será feita após a descoberta da diferença sexual.

No percurso da sexualidade, o masculino ou o feminino será estabelecido na estruturação do sujeito. No início da vida para ambos os sexos, ainda no estágio oral, Freud não nomeia um conceito de masculino ou feminino, mas observa a presença de impulsos agressivos que futuramente serão associados à masculinidade. Consecutivamente, no estágio anal, a presença das fixações eróticas no controle dos esfíncteres será relacionada com o masculino e o feminino (Freud, 1923/1996).

A passagem pelo estágio fálico, de modo análogo, tanto na menina quanto no menino, não apresenta distinção sexual até o momento, há apenas aqueles que possuem o falo e aqueles que são supostamente castrados. Aqui, o masculino se faz presente em ambos os sexos como condição fálica centralizada, a partir da posse do pênis no menino e do clitóris na menina. De todo modo, a constatação da distinção entre os sexos será o ponto de partida para que a criança se depare com a falta fálica e assim possa ser inserida numa constituição simbólica da masculinidade ou no engendramento da feminilidade na organização psicosexual (Freud, 1923/1996).

Retomando a masculinidade e a feminilidade em relação a ambos os sexos, Freud diz que: "Todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade pura permanece sendo construções teóricas de conteúdo incerto" (Freud, 1923/1996, p. 286). Nessa perspectiva, compreende-se que a complexidade desses aspectos está além dos limites biológicos, é consequência das primeiras relações objetais presentes em ambos os sexos, revelando em suas nuances a herança de uma bissexualidade originária.

A observação da sexualidade infantil leva o autor a situar, a priori, o masculino do lado da agressividade e da atividade, bem como o feminino do lado da submissão e da passividade. No entanto, em 1932, no texto *Feminilidade*, Freud desvinculou o masculino e o feminino da anatomia, criticou a superposição do masculino à agressividade e do feminino à passividade, apontando isso como erro, inadequação, inutilidade e reducionismo.

Lacan (1957/1995), por sua vez, considerou que a constituição do masculino ou feminino seriam modos de se colocar frente ao real da diferença sexual, de acordo com a questão entre ter ou ser o falo. Masculino ou feminino seriam, propriamente, maneiras de se situar no mundo simbólico.

Assim como Freud, Lacan (1958/1995) reconheceu que o sujeito é efeito do Outro, de modo que não é possível pensar na constituição do sujeito fora do laço social. A

constituição da masculinidade é intrínseca à fundação do sujeito pelas camadas de significantes transmitidas pelo Outro, posto que ambos são efeitos da linguagem.

Num percurso mais tardio de sua obra, Lacan qualificou a sexuação como medidas defensivas utilizadas pela cultura para tamponar a falta constitutiva. Nessa mesma concepção, a sexuação é compreendida como um sintoma (Poli, 2014).

Isso coloca em destaque que, a partir dessas afirmações, a relação entre os sexos é inscrita numa constante tentativa de resgatar a completude desde sempre perdida, crença necessária para a dinâmica dos pactos simbólicos, porém sempre inconsistente diante das vicissitudes da experiência humana.

É pertinente ressaltar que a concepção dual sobre os sexos é efeito de uma tradição ocidental, denominada de falocêntrica. Nessa tradição, é imposto um modo de organização do universo representacional, centralizado em um único significante ordenador, por meio do qual se estabelecem pares opostos – tais como bem e mal, branco e preto, positivo e negativo, masculino e feminino etc. São desdobramentos simbólicos de uma cultura fundada sobre o princípio monoteísta, que transmite uma perspectiva de plenitude ou vazio, fonte de todas as significações e atribuição de valor de todas as coisas (Poli, 2014).

Contudo, no que se refere aos estudos sobre a sexuação, a psicanálise foi duramente criticada por movimentos feministas e estudiosos de gênero, que a consideraram essencialista ou naturalista por reafirmar as relações entre masculino e feminino socialmente estabelecidas. Foi acusada inclusive de propagar uma visão androcêntrica, negligenciar fundamentos sociais e históricos em sua metapsicologia (Déri, 2022).

Outra questão a ser pontuada é o protagonismo da psicanálise acerca dos estudos sobre masculinidade, visto que os trabalhos específicos atribuídos ao tema geralmente são tímidos e marginais em relação aos estudos de gênero – diferentemente dos trabalhos direcionados ao feminino, que estiveram sempre em profusão em comparação à temática da masculinidade. Daí poder-se-ia sugerir que a questão da masculinidade é algo resolvido ou estático (Ambra, 2021). Estariam os psicanalistas resignados a uma concepção de masculinidade enrijecida e completamente alheia às problemáticas sociais e históricas atualmente presentes? Outra discussão pertinente seria interrogar se, em termos de sexuação, a psicanálise hoje poderia ou não ser compreendida como uma ferramenta anti-normativa para questionar as imposições sociais.

Em face de tais desafios, a questão da masculinidade pode ser considerada uma importante fonte de estudos no que diz respeito à articulação entre subjetividade, sexuação e laço social contemporâneo.

Com base nessas pautas, o estudo em questão investiga a constituição do sujeito para a psicanálise e por quais operações esse sujeito é entrelaçado com as referências de masculinidade na contemporaneidade. Assim, o ponto de partida da pesquisa é compreender qual a relação entre a constituição do sujeito e as insígnias da masculinidade idealizadas na contemporaneidade.

Para responder à questão exposta, a pesquisa propõe como objetivo central investigar o processo de constituição do sujeito para a psicanálise e sob quais meios esse sujeito retira suas insígnias de masculinidade.

Na mesma proposta, este trabalho tem como foco o estudo das operações de identificação e a constituição do sujeito segundo a teoria psicanalítica. Analisar a problemática da masculinidade na contemporaneidade, investigar sob quais referências essa masculinidade se deu e suas possíveis consequências para o sujeito. Por fim, interessa também inquirir quanto às modalidades de amor e gozo possíveis à masculinidade no mundo contemporâneo.

O estudo em questão tem como método a pesquisa em psicanálise sobre a temática da formação da subjetividade e sua relação com a masculinidade nos moldes contemporâneos, com base na leitura crítica e minuciosa das obras clássicas de Freud, Lacan e contemporâneos como Fink, Dor, Ambra, Santos, Poli, Coutinho Jorge, Denise Maurano, Soler entre outros. Além das referências teóricas da psicanálise, interessou também o diálogo com teóricos de outros campos de saber como Foucault, Vigarello, Bourdieu e Dupuis-Déri, por meio de livros, artigos, periódicos, revistas, entre outros.

Outras referências foram também utilizadas com o objetivo de apresentar dados estatísticos, notícias, reportagens, denúncias, e ilustrações que trouxessem elementos da realidade contemporânea para a discussão teórica da pesquisa.

Foi utilizado como procedimento metodológico, inicialmente, uma revisão de literatura da teoria clássica da psicanálise acerca da constituição do psiquismo e qual a função da masculinidade neste processo. Em seguida, no capítulo II, foi utilizado o mesmo método juntamente com o materialismo histórico, que funcionou como ponto de partida para análise histórica do mito da virilidade. Ao final, foi realizada uma análise e discussão, a partir das referências teóricas apresentadas, de dados quantitativos e

qualitativos da realidade contemporânea por meio do método de meta-análise e metassíntese.

A construção de uma pesquisa em psicanálise consiste na busca por um saber que não restrinja a verdade subjetiva em prol de um saber universal. Assim, a pesquisa psicanalítica parte da prerrogativa de que sua investigação e prática não se assemelham ao discurso do universitário, na medida em que o discurso universitário seria um enunciado sem enunciação que visa um saber genérico sem operação subjetiva e impelido da possibilidade de saber mais (Queiroz e Zanotti, 2020).

Diante desse saber generalizável, o saber de valor singular, aquele que impulsiona o quantum de libido que produz a dimensão singular enquanto ato em contraponto ao gozo, se manifesta como ruído por estar sufocado frente à cortina do saber homogêneo (Lacan, 1998/1966).

Esse saber inconsciente, constituído pelo mito individual e da história de cada um a partir do Outro como linguagem e cultura, retornará como sintoma que revela, em sua dimensão de metáfora, a presença de um objeto articulado a uma história fantasmática. Tratam-se de fenômenos que a psicanálise se propõe a escutar, tanto no que diz respeito aos efeitos do inconsciente quanto às suas bases históricas, antropológicas e sociais.

A psicanálise é uma prática clínica, sob um princípio ético de inexistência de um objeto adequado que satisfaça as pulsões. Contudo, partiu, a priori, do racionalismo moderno, conforme os esforços de Freud em tornar a psicanálise uma ciência que fizesse diálogo direto com a lógica da neurologia e das ciências naturais, ao interrogar o sujeito da ciência que se ancora no ser. Todavia, ao reconhecer o estatuto do sujeito do inconsciente como ético e não ôntico, se consolida como prática que impõe a divisão do sujeito e expõe a falha que representa o estatuto de sua constituição (Lacan, 1998/1966).

Este estudo utilizará dois métodos de pesquisa para análise e discussão dos resultados, sendo que na primeira etapa deste trabalho será utilizada a revisão de literatura necessária para fundamentar as bases teóricas e, a partir desses fundamentos, tecer discussões, críticas, revisões e diálogos entre campos de saber. Num segundo momento, serão utilizadas a meta-análise e a metassíntese, em especial para fazer releituras de dados históricos que serão considerados no capítulo final.

O método de revisão da literatura permite a organização, esclarecimento e síntese dos estudos mais pertinentes acerca de um tema específico, podendo fornecer um levantamento histórico para o compreender melhor. Todavia, o estudo da revisão pode ser considerado em dois blocos, compreendidos no mapeamento e na avaliação e síntese.

O primeiro tem a finalidade de levantar todas as referências sobre um tema em especial, com o objetivo de fornecer indicadores para futuras pesquisas (Queiroz e Zanotti, 2020).

A metodologia em questão é fundamental para qualquer pesquisa em psicanálise. Através dela é possível delimitar o problema pesquisado, abrindo espaço para o diálogo e contextualização com outros autores. Contudo, para que a revisão de literatura seja um método eficaz, é pertinente estabelecer descritores que estejam alinhados com o tema da pesquisa, além de coletar dados com base numa leitura seletiva e crítica acerca do problema, apresentando-os de maneira clara e sucinta, de modo que aquele que vir a ler a pesquisa possa ser bem conduzido e contextualizado sobre o tema em questão (Queiroz e Zanotti, 2020).

A meta-análise, por sua vez, é um recurso de reinterpretação de dados quantitativos e qualitativos, que pode ser tanto complementar e secundário para a pesquisa quanto um método que é a própria bússola do trabalho. Enquanto método diretivo, pode ser um meio de análise crítica de dados quantitativos ou qualitativos de pesquisas já realizadas, podendo tomar como meio interpretativo a psicanálise (Queiroz e Zanotti, 2020).

No que se refere aos dados quantitativos, o recurso da meta-análise consiste em retirar informações adicionais de dados já existentes, unificando resultados de vários estudos pela aplicação de uma ou mais técnicas estatísticas. A unificação ou combinação de dados pode ser realizada de forma independente e gerar novas conclusões, o fator dependente trata-se apenas da natureza dos dados e objetivos delimitados na pesquisa (Queiroz e Zanotti, 2020).

A metassíntese é uma variação da meta-análise. É um método secundário utilizado em pesquisas qualitativas e possibilita reanalisar resultados de dados qualitativos para uma nova síntese, generalização ou uma outra compreensão desses dados (Queiroz e Zanotti, 2020).

No geral, o método meta-analítico consiste em fazer reinterpretações de pesquisas psicanalíticas, psicológicas ou mesmo de outras áreas do conhecimento. É um procedimento que pode ser utilizado tanto em dados quantitativos quanto em dados qualitativos (Queiroz e Zanotti, 2020). O instrumento meta-analítico permite reinterpretar materiais quantitativos e qualitativos, produzindo novos resultados, podendo ou não ir ao encontro dos resultados anteriores.

O método de pesquisa psicanalítica consiste numa releitura histórica, crítica, problematizante e interpretativa dos próprios textos psicanalíticos. Para tanto, revisita um

autor sem se prender ao raciocínio do próprio texto, mas, a partir dele, extrai novos significados sem negligenciar o rigor de seus conceitos (Coelho e Santos, 2012).

Distingue-se a pesquisa psicanalítica da pesquisa com psicanálise. Segundo Renato Mezan (1998), há dois tipos de pesquisa psicanalítica: a que investiga a história das ideias psicanalíticas e a que investiga os processos psíquicos propriamente ditos. Há de se considerar as pesquisas que fazem uso dos referenciais teóricos da psicanálise para interpretação de algum fenômeno. Estas não se situam nem no âmbito das ideias psicanalíticas nem investigam processos psíquicos e, portanto, não são propriamente psicanalíticas, mas pesquisas com psicanálise.

Se o interesse da pesquisa é de ser mais precisa, cabe dizer que somente serão consideradas pesquisas psicanalíticas aquelas que levam em consideração a transferência, o que significa dizer que a explicação do campo metapsicológico da pesquisa acompanha a explicação da posição do pesquisador e que o produto da situação psicanalítica de pesquisa é o texto metapsicológico (Mezan, 1998).

Diante das informações apresentadas, este trabalho se faz pertinente, pois parte da premissa que compreender as articulações entre sujeito e masculinidade é questionar a verdade sobre o sujeito em sua estrutura dividida pela linguagem e fixada na condição desejante, que está para além da sexuação, do mesmo modo que é incondicionada às normas e demandas sociais. Por outro lado, é também a possibilidade de uma experiência com a masculinidade que não esteja submetida a ideais enrijecidos pela cultura contemporânea, de acordo com o que há de mais singular na condição desejante.

O presente estudo é também fundamental para investigar criticamente as nuances da cultura patriarcal presente na sociedade contemporânea que inevitavelmente produz sofrimentos para homens, mas principalmente, para mulheres e diferentes expressões de sexualidade.

É emergente a necessidade de que a produção de conhecimento seja instrumento de transformação tanto para a garantia de direitos humanos igualitários para todos, quanto para a desnaturalização de modelos de existência que provoquem sofrimento, que impeçam a emancipação, a alteridade e a singularidade de cada um.

No que tange ao desenvolvimento da pesquisa, o primeiro capítulo perpassou as bases teóricas de Freud e Lacan a fim de elucidar desde a constituição do sujeito à consolidação da masculinidade. Nessa linha, sujeito é constituído e dividido pela linguagem, através das primeiras experiências de identificação e amor, articuladas às

operações de subjetivação da falta que a criança vivencia com seus cuidadores nos primeiros anos da infância (Lacan, 1958/1995).

Por tal perspectiva, o processo de humanização não é um dado garantido, tampouco caráter anatômico algum irá conceder a masculinidade como instantânea. É preciso, inicialmente, que a criança seja desejada através de uma escolha forçada, assujeitando-se à relação de alienação com o outro materno. Posteriormente, com a incidência da metáfora paterna, a criança sofre a separação com o Outro, mediante a inserção do nome do pai. Com isso, a criança é inscrita na lei e no pacto simbólico articulado à condição desejante (Lacan, 1957/1995).

A constituição da masculinidade será então um efeito do complexo de Édipo, de modo que a criança passe a se identificar com o pai. No declínio do complexo de Édipo, a criança renuncia ao gozo incestuoso, o que a induz a admitir não ter aquilo que tem para que haja a transmissão simbólica daquilo que Lacan considerou como significantes de masculinidade que se articulam com uma condição viril. É importante frisar que o processo de identificação com o pai enquanto lei é, antes de tudo, uma identificação com os mitos fundadores (Lacan, 1958/1995).

O segundo capítulo foi estruturado em três etapas de investigação. Num primeiro momento, questionou sob quais condições uma articulação teórica em Lacan tornaria possível um diálogo com construções históricas. Observando que o autor advoga haver influências históricas e culturais na transmissão dos significantes que nos constituem (Lacan, 1969/2008), buscou-se conceber referências históricas a partir do materialismo histórico de Karl Marx.

Em decorrência disso, num segundo momento do capítulo é possível considerar que a formulação lógica das tábuas da sexuação podem ser historicamente justificadas. Desse modo, Ambra e Vigarello foram dois autores utilizados como referências para um resgate antropológico sobre a história da virilidade no mundo ocidental. Com base nesses estudos, foi constatado que a história da masculinidade no Ocidente foi construída em torno de um ideal de virilidade, que não passa de uma invenção própria da modernidade e expressa a nostalgia de uma suposta virilidade selvagem e animalesca, desde sempre perdida. Eis as referências históricas da masculinidade no mundo contemporâneo.

Posteriormente, ao final do segundo capítulo, é colocada em questão a ideia de crise da masculinidade. Como fundamento, resgata-se a perspectiva de que todo pacto civilizatório é permeado pela renúncia de um gozo primitivo e com isso a inserção no mundo simbólico se dá propriamente no conflito.

A tessitura do terceiro capítulo buscou compreender as modalidades de sofrimento, amor e gozo para a masculinidade no cenário contemporâneo. Há uma construção histórica e cultural de um imperativo de gozo na masculinidade que articula virilidade com violência. Na constituição da masculinidade, as pulsões mortíferas são direcionadas para o exterior, enquanto que as pulsões passivas tendem a sofrer recalque. Da mesma maneira, a masculinidade é marcada por uma repulsa ao feminino. São defesas diante da ameaça de castração, à qual essa masculinidade tende a responder com um gozo devastador. Nessa medida, o horror à castração é análogo à repulsa ao feminino como alteridade radical.

Com efeito, é um fato contemporâneo que o homem é destaque como agente que comete mais homicídios, morre mais, tem maiores índices de suicídio, acidentes no trânsito e problemas com substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas. Isso não seria, necessariamente, um quadro de expressões de sofrimento, mas de modos de gozo como meio de escamotear experiências afetivas de fragilidade. Ou seja, são dispêndios econômicos de pulsão destrutiva justamente para não sofrer, para não lidar com a castração.

Quanto aos circuitos de amor na masculinidade, compreende-se que o modo de amar masculino está fixado em fantasias edípicas, de escolhas anaclíticas, que encenam a experiência fálica vivenciada com o outro materno. Essa mesma masculinidade, no intuito de atender a ideais narcísicos, tem hiper investimento imaginário sexual e busca possuir simbólica e imaginariamente a mulher. Essa condição confunde a relação entre os sexos com relações de poder. Como meio de busca do objeto a, a mulher é colocada no lugar do falo, mas diante da falta, o homem tende à degeneração da relação erótica, procurando uma outra e possivelmente outra para suprir a falta da relação sexual.

Não é incomum que, diante das decepções amorosas, o masculino responda com uma perversão transitória como meio de vingança contra a rejeição, mas que pode culminar em situações de violência ou atitudes autodestrutivas.

Por fim, a subjetividade ou a noção de sujeito é aquilo que está para além dessa estrutura de masculinidade. É justamente no furo desse discurso, sentido como ameaça de castração, que há possibilidade de saída para esse semblante de masculinidade que não condiz com a experiência do tempo, do corpo e das relações. Uma vez que não há masculinidade pura ou pronta, permite-se a invenção, mas sob o preço de renúncia de um gozo devastador, limitante e defensivo.

## 2. Capítulo I: A Constituição do Sujeito

O ponto de partida para essa reflexão é a compreensão de que a constituição do sujeito não é um fenômeno garantido para cada um desde o nascimento. É com base nas experiências de identificação e amor com o outro, na medida em que essa relação comporte as operações de falta de objeto, que a estruturação do psiquismo é engendrada (Lacan, 1957/1995). Desse modo, não é possível pensar o sujeito fora do laço social, constituído a partir das relações primárias vivenciadas desde o início da vida (Santos, 2021).

É importante salientar que Freud não utilizou o termo sujeito ou subjetivação em seus estudos, mas todo o trabalho que empenhou, no que se refere à constituição do aparelho psíquico, articulado aos desdobramentos da sexualidade infantil, estão diretamente relacionados à constituição do sujeito (Fink, 1998).

Para Santos (2021), o processo identificatório é o motor responsável pela formação da estrutura psíquica. Segundo Roudinesco (1997), a identificação opera pelos modos de assimilação ou apropriação de características presentes pelas figuras daqueles que cercam a criança. Esse processo é caracterizado por uma operação inconsciente que se destina à fundação do eu, de acordo com as referências que lhe são postas (Freud, 1921/1996).

Além do mais, segundo Freud (1921/1996), as relações de identificação são as primeiras ligações emocionais com os objetos parentais. A identificação tanto alinha e organiza o caminho para o complexo de Édipo, quanto também coloca na origem da constituição psíquica a dialética do ser e do ter. Esse movimento está diretamente relacionado com o investimento amoroso: escolher um objeto de amor seria o mesmo que ter o objeto; na identificação busca-se moldar o próprio eu tomando o objeto como modelo, portanto, sendo o objeto.

Na teoria freudiana, as relações de identificação com o outro estão contidas em toda a formação do aparelho psíquico (Freud, 1921/1996). Em especial, serão enfatizadas as relações de identificação vinculadas ao desenvolvimento do narcisismo primário e secundário, que estão na base da estruturação do eu.

Freud destituiu o narcisismo da condição puramente patológica e foi além, reconheceu que se trata muito mais de uma parcela libidinal do egoísmo proveniente da pulsão de autopreservação. O narcisismo atua como um elemento de transição do autoerotismo para o amor objetual responsável pela estruturação do eu. Nessa medida, ele

está presente em toda a condição humana, porém não está dado desde o nascimento (Freud, 1914/2010).

Assim, o autoerotismo comparece desde o início da vida, mas para que o narcisismo primário seja formado é preciso que haja uma intervenção. É através das relações primárias de amor e cuidado, por parte daqueles que assumem tal função, que se projeta na criança ilusões de perfeição e completude, de acordo com as fantasias narcísicas inconscientes não realizadas pelos pais agora direcionadas à criança (Freud, 1914/2010).

O narcisismo dos pais renasce na forma de amor objetal e alça a criança a uma posição fálica. Funda-se assim o narcisismo primário, que estrutura o eu corpóreo da criança e institui o eu ideal (Freud, 1914/2010). Em termos de identificação, o eu ideal representa a identificação com o outro materno e a incidência da lei materna na criança (Lacan, 1995/1958).

O eu ideal é a instância que representa a condição primária do narcisismo, signo de onipotência e consistência que é próprio do registro imaginário. É caracterizado pela idealização rígida e fantasmática (Souza, 1983).

Porém, o eu ideal da criança deve sofrer em decorrência das exigências do mundo externo que ameaça sua condição fálica, exigências que se relacionam, nesse momento, com o complexo de castração. Assim, a criança se vê forçada a renunciar o seu eu ideal. Na medida em que ela internaliza a lei e a ordem, ocorre a passagem do narcisismo primário para o narcisismo secundário, formando-se assim o ideal do eu, instaurado pela introjeção das exigências familiares e culturais (Freud, 1914/2010).

De acordo com Souza (1983), o ideal do eu é um elemento estrutural que permite o enodamento regulador da libido, conforme as exigências da cultura. Desse modo, o sujeito buscará resgatar o eu ideal perdido através da tentativa de satisfação dos ideais do eu (Santos, 2022).

Segundo Lacan (1949/1998), o Eu é o Outro que lhe fixa uma imagem. A estruturação do Eu ocorre entre os seis e dezoito meses de vida, fenômeno que o autor nomeou de estágio do espelho. Durante este período o bebê não possui senso de imagem unificado, a criança é descoordenada e desorganizada em termos de ações e sensações. É necessário que a criança aprenda a se identificar com as imagens ideais que lhe são atribuídas, por parte dos pais, para que haja a unificação de seu corpo despedaçado.

São imagens ideais que podem ser internalizadas na criança, segundo o que é apresentado a ela perante o espelho, na medida em que o olhar e a palavra dos pais

apontem com importância quem é a criança. Não se trata propriamente do que é refletido no espelho, o que é estruturado para a criança é a imagem dela refletida pelo Outro, sobretudo linguisticamente. É a ordem simbólica que permite a fixação das imagens especulares (Fink, 1995).

Isso irá refletir em como a pessoa compreende o mundo, de que modo os acontecimentos incidem sobre ela, por quais segmentos ela sente que se encaixa socialmente e qual é a visão da pessoa sobre ela mesma (Fink, 1995).

Por outro lado, o Eu é uma instância de fixação, enrijecimento, que não contempla contradições e se mostra ausente de singularidade. São sedimentações de imagens falseadas que se unificaram como estrutura do Eu para a criança. São falsas por serem imagens invertidas, uma vez que é pela via da comunicação que as imagens são transmitidas e toda comunicação é permeada por mal-entendidos. A estruturação do Eu não só concede um senso de unidade para a criança, mas também a aliena (Fink, 1998).

Todavia, Freud advertiu que o Eu não contempla o psiquismo por completo. A partir da década de 1920, Freud reconheceu que o aparelho psíquico opera sobre uma estrutura dinâmica, econômica e topológica. O Eu por sua vez não é senhor da sua própria casa, ele está submetido às exigências de dois senhores, sendo eles o Id/Isso e o Supereu, de acordo com a segunda tópica do aparelho psíquico (Freud, 1923/1996).

Assim, a segunda tópica do aparelho psíquico é composta de forma estrutural pelas instâncias de Id/Isso, Eu e Supereu. Na mesma perspectiva, o Eu é uma parte do Id que sofreu transformações devido às influências do mundo externo. Orientado pelo princípio da realidade, se esforça em fazer valer as exigências do mundo externo sobre o princípio do prazer, que é a força motriz do Id (Freud, 1923/1996). Dito de outro modo, o Eu busca satisfazer as exigências próprias das paixões primitivas provindas do Id por meios socialmente aceitos.

Já o Supereu é herdeiro do complexo de Édipo, que vem substituir os vínculos edípicos pela identificação com as imagens parentais. É a internalização das proibições externas, ao passo que também encontra suas raízes muito mais próximas dos impulsos do Id. O Supereu é a instância rigorosa de julgamento e imperativo de gozo, que atua como censor do Eu, além de ser mandatário do mundo interno e não distingue percepção de ação (Freud, 1923/1996).

Lacan afirmou que o Eu, em relação à topologia do aparelho psíquico, representa apenas a sua superfície, de modo que o Eu não é sujeito, pelo contrário, é um falso ser. Pensar no sujeito é pensar em sua própria divisão, com uma face visível e outra latente,

que é própria do funcionamento da linguagem quando se aprende a falar, visto que o atravessamento pela linguagem também é uma operação que aliena a criança (Lacan, 1953/1998).

Para Fink, a clivagem do Eu é o fator responsável por essa divisão. São lados constituídos da mesma essência, pela assimilação da linguagem, interligados conforme uma banda de Möbius (1995).

Lacan considerou que a estruturação do sujeito se dá a partir da submissão progressiva do real em função do simbólico. Para isso é necessário que a criança faça essa passagem de sua experiência pela via do significante, através da relação com o objeto primordial, que é a mãe, e posteriormente pela incidência da lei paterna (Lacan, 1958/1995).

A inscrição na linguagem é a base para a constituição do sujeito. Uma vez inscrita na linguagem, a prole do homem é destituída de uma condição natural, o que gera um furo pela ausência de um saber instintual. A linguagem comparece para construir uma ficção que humaniza o filhote de homem. Assim, a linguagem humaniza ao mesmo tempo que desnaturaliza e tem a função de dar contornos à falta constitutiva, em consequência desse objeto desde sempre perdido (Lacan, 1953/1998). A criança submissa ao Outro dá lugar para que o significante a substitua.

De acordo com Fink (1995), o sujeito não só é dividido pela linguagem como também é fruto dessa divisão, posto que, embora a divisão aliena, também é condição que permite a existência do sujeito, entre enunciado e enunciação. O enunciado enquanto consciência. O sujeito da enunciação é o sujeito do inconsciente, que só pode emergir pelos equívocos do discurso, pelo deslizamento dos significantes – elementos sonoros sem uma relação direta com a significação, mas estruturados pela linguagem – em operações de metáforas e metonímias que exercem o trabalho de cifrar o desejo inconsciente (Lacan, 1966/1995).

A partir da ideia de uma estrutura psíquica dividida, o inconsciente pode ser definido como a instância do aparelho psíquico que funciona como o reservatório das pulsões, além de funcionar como representação das excitações pulsionais no psiquismo. É uma instância que possui suas próprias leis independentemente das exigências do mundo externo, pois a lei que rege os processos inconscientes é o princípio do prazer (Freud, 1915).

Freud partiu da hipótese clínica, no tratamento de sintomas histéricos, de que deve haver no psiquismo um lugar em que conteúdos operem sem que isso chegue à consciência. A esse fenômeno ele deu o nome de inconsciente (1905/1996).

O autor também identificou que nos indícios do inconsciente há operações de linguagem, de maneira que é pela linguagem que o inconsciente se apresenta, no duplo sentido da palavra, nos equívocos da fala, fala pelos sonhos, pelo corpo, pelas escolhas, pelos chistes, nos sintomas, na maneira de existir do sujeito em geral, ainda que de modo reeditado por operações de deslocamento e condensação. Com isso, o inconsciente não pode ser localizado anatomicamente, visto que não é um elemento estático, é dinâmico, topológico e econômico (Freud, 1915).

O inconsciente é dinâmico porque o conteúdo psíquico transita de um registro a outro, sua condição tópica se deve aos deslocamentos de uma localidade inconsciente para outra localidade. É também econômico porque a instância do eu funciona numa operação de regulação dessa energia psíquica, buscando uma descarga de energia menos cara ao psiquismo. São elementos inconscientes, representantes representacionais indesejáveis para a consciência que sofrem recalque, aquilo que provém de uma herança filogenética que não é biológica (Freud, 1915/1996).

Lacan acrescenta o fato de que o inconsciente é estruturado pela linguagem, é discurso e *e-feito* do Outro como linguagem, sob a arquitetura de uma cadeia de significantes que de algum lugar persiste e *re-diz* incessantemente, pois o recalado é vivo e pulsional. No intervalo entre o dizer e o dito e daquilo que comporta a história do sujeito, anterior ao seu nascimento (1960/1995).

Nessa perspectiva, o inconsciente não é somente um conjunto de conteúdos censurados da história do sujeito, da nossa sexualidade infantil, que reverberam na vida incessantemente. É também a expressão de singularidade que está presente no modo de existir que vai além das interdições, imposições sociais e discursos que colonizam o sujeito. O inconsciente compõe uma verdade intersubjetiva que não se limita às demandas e ideais da sociedade, ainda que não seja alheia ao laço social que a constitui (Lacan, 1966/1998).

Cabe salientar que a inscrição na linguagem se dá através de uma escolha coagida que impõe ao filhote de homem a linguagem do Outro por meio daquele que assume a função materna, numa relação de inteira alienação da criança enquanto o falo da mãe. A alienação exerce uma importante função de inserir a criança numa ordem de linguagem

(Fink, 1995). O que está em questão para a criança submetida à relação de alienação é ser ou não ser o falo da mãe.

É uma escolha forçada em que a criança fica sujeita à linguagem do Outro, de modo que essa escolha implica em se expressar por meio de uma linguagem incapaz de representar a coisa como um todo. Ao mesmo tempo, na condição de falante é representada pela própria linguagem, o que leva a crer que o sujeito é causado pelo desejo do Outro (Fink, 1995).

Desse modo, a linguagem que constitui também aliena, uma vez que a criança é atravessada pela linguagem e, ao mesmo tempo, encontra-se *assujeitada* a ela. Nos momentos iniciais da vida do bebê não é ele quem diz das suas necessidades, é o outro que diz por ele (Lacan, 1957/1995).

Entretanto, a assimilação da linguagem por si só não garante de forma instantânea a subjetivação. De acordo com Santos (2021), é preciso que haja uma interdição no gozo infantil que barre o incesto e o parricídio para que a sexualidade infantil possa chegar à constituição do sujeito.

## **2.1. Sexualidade e linguagem**

A partir do que foi apresentado, infere-se que a sexualidade humana não acontece de modo natural, sua gênese carece das relações de identificação de acordo com a trama edipiana, que culminará na constituição do masculino ou feminino (Lacan, 1965).

No texto *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905/1996), Freud inaugurou uma outra concepção do que é a sexualidade ao diferenciar-se do discurso hegemônico de sua época. Até então, a sexualidade era considerada uma questão médica e biológica, reduzida a uma visão biologicista/reprodutiva que somente deve se manifestar após a puberdade. Sendo assim, qualquer expressão de sexualidade que fugisse a tal norma era considerada patológica.

Para Freud, a sexualidade humana está presente desde o início da vida e participa da vida psíquica em geral. O autor considerou ainda que chegar à sexualidade adulta é um processo que depende diretamente dos desdobramentos da sexualidade infantil (1905/1996).

Freud desnaturalizou a compreensão ocidental acerca da sexualidade e defendeu que tanto a bissexualidade quanto a perversão polimorfa são suas características mais notórias, o que demonstra a completa ausência de uma relação de normalidade na

sexualidade. Segundo ele, isso se dá pelo fato de que o objeto da satisfação sexual é o que há de mais variável para a condição humana (1905/1996). Dito de outro modo, não há nada de natural na sexualidade humana, ela é constituída pela fala e efeito dos significantes transmitidos pelo Outro da linguagem e da cultura.

Nessa medida, Freud (1905/1996) colocou em questão a ideia de que o masculino e o feminino são dados desde o início da vida, por perceber que eles não dependem puramente do fator anatômico para sua constituição. Posteriormente, Lacan (1995/1958), em retorno a Freud, sustentou que o caráter genital não garante o masculino ou o feminino, tal determinação depende da estruturação da sexualidade em resposta à castração. A constituição do masculino ou feminino também diz respeito à identificação com aquele que supostamente tem ou aquele que pode dar o falo. Essa identificação decorre do modo como a criança responderá ao complexo de Édipo e gira em torno da questão de ter ou de ser o falo (Freud, 1923/1996).

Porém, nos primeiros estágios da sexualidade não há distinção entre masculino e feminino (Freud, 1915/2010). É necessário que a sexualidade infantil atravesse alguns estágios primitivos, na medida em que as relações de falta de objeto se façam presentes, para que a estruturação do masculino ou feminino se torne viável (Lacan 1957/1995).

Cabe aqui esclarecer que a sexualidade está relacionada a toda busca por prazer, que adquire elementos de diferença e de fixação conforme as primeiras vivências de prazer e desprazer da criança com seus cuidadores. A demanda por prazer revela que a gênese da sexualidade não é de ordem biológica, mas pulsional (Freud, 1905/1996).

Compreende-se que a pulsão é um meio que permite a cada um guiar a vida, é uma concepção metapsicológica de Freud que vai na contramão de qualquer ideia de instinto ou natureza humana. Em síntese, é um impulso proveniente do litoral entre o somático e o psíquico. Para Freud, a origem das pulsões viria do interior do psiquismo, partindo de uma lógica euclidiana de dentro e fora (Freud, 1915/2010). Entretanto, Lacan propôs que as pulsões estão num plano de descontinuidade com a concepção de dentro e fora, pela lógica de uma banda de Moebius, o que possibilita compreender que é tanto dentro quanto fora, êxtimo (Lacan, 1964/1985).

Freud (1915/1996) assinala que as pulsões operam pelas seguintes características: possui uma força constante, sua meta é sempre a satisfação, suas fontes são de caráter somato-psíquicas e seu objeto é aquilo de mais variável para a pulsão. Em *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), Freud retratou a pulsão como uma energia que requer movimento. Ela demanda ação do psiquismo, cuja fonte seria a excitação proveniente de

um órgão. A pulsão possui uma constância que se diferencia de um estímulo, já que o estímulo pode ser cessado e a força pulsional não.

Na primeira teoria das pulsões, Freud defendeu a tese de que todas as pulsões colocavam o psiquismo em movimento, mais especificamente um movimento em busca de um objeto. Entretanto, essa ideia deixará de ser homogênea quando, em *Mais além do Princípio do Prazer* (1920), é demonstrado que há uma força pulsional que impele o psiquismo à inanição, desvinculando-o de qualquer relação objetal. Entretanto, essa importante discussão será abordada com maiores detalhes no terceiro capítulo deste trabalho.

Acrescenta-se ainda que não há objeto adequado que possa satisfazer por completo as exigências pulsionais. Qualquer objeto no qual a pulsão seja direcionada não passaria de um substitutivo para um suposto objeto primordial desde sempre perdido (Freud, 1915/1996).

Esse objeto é efeito da linguagem, não é presentificação, mas sim representação de um objeto desde sempre perdido. Com isso, torna-se possível extrair satisfação de alvos diversos, mas de modo sempre parcializado. Não há, assim, modelo natural ou definitivo de existir, de se colocar como sujeito ou de caminho para as satisfações. Nessa medida, a sexualidade caminha na mesma lógica, visto que ela pode ser definida como produto da pulsão (Freud, 1915/2010).

De acordo com Lacan (1964/1985), o desdobramento da sexualidade inicialmente ocorre a partir da identificação presentificada num primeiro momento enquanto relação de alienação com o Outro, que é o solo fértil para que sejam arquitetadas as insígnias constitutivas do sujeito. O outro materno faz com que o corpo da criança seja erotizado, visto que a criança não se alimenta só de leite, mas também de palavra. A palavra erotiza a carne da criança e permite fazer contornos corporais.

Em vista da sexualidade infantil, à princípio as pulsões encontram-se parcializadas e correm livre por todo o corpo, seu alvo de satisfação é puramente autoerótico. Desse modo, todo o corpo da criança é erotizado (Freud, 1914/2010).

O primeiro estágio da sexualidade infantil é o estágio oral. Sua condição é marcada pela erogeneidade das zonas da boca, nos movimentos de sugar e morder, na pele e no olhar. Com isso, as primeiras satisfações eróticas estão articuladas às necessidades vitais na busca pela manutenção da vida (Freud, 1914/2010).

O estágio oral primitivo não distingue a identificação com o objeto do investimento libidinal amoroso, ou seja, nesse período não há distinção entre ser e ter.

Freud recorda que o primeiro laço com o outro acontece antes mesmo de que alguma escolha sexual seja estabelecida com qualquer objeto (Freud, 1923/1996).

Posterior ou conjuntamente, a criança vivencia a fase anal. As zonas erógenas dessa fase estão direcionadas para os processos digestivos de retenção e expulsão das fezes. O prazer da fase anal pode ser experimentado de forma ativa – sadismo anal –, caracterizada pela expulsão, ou como satisfação passiva – masoquismo anal –, que seria a retenção dos produtos fecais da criança oferecidos ou não aos pais (Freud 1905/1996).

Segundo Freud (1923/1996), entre os três e os cinco anos de idade, a pulsão sexual tende a centralizar-se em torno do falo da criança, momento em que ela manipula a sua própria genitália como fonte de prazer e, antes de distinguir propriamente os sexos, concebe apenas a primazia de um genital, o falo.

A fase fálica é marcada pelo primado do falo em ambos os sexos, dada a ausência de representação psíquica do feminino, sob uma lógica em que não há a distinção entre masculino e feminino, apenas entre uma suposta posse ou não do falo (Freud, 1923/1996). É importante esclarecer, no tocante ao falo, que o mesmo não é necessariamente o pênis, mas um atributo imaginário de destaque que sugere perfeição e completude.

O menino deve se deparar em algum momento com a diferença anatômica entre os sexos. De início ele rejeita a percepção de que não há falo no corpo da menina/mulher e acredita que há um falo pequeno ali ainda em crescimento (Freud, 1908/1996).

Contudo, o menino deve se recordar das advertências feitas pelos seus cuidadores contra suas atividades de masturbação, que persistindo levariam ao risco de castração pelo pai. Ele então conclui que havia ali um pênis na menina, mas que foi retirado em consequência de uma castração. Assim, a criança sofrerá a ameaça de castração (Freud, 1923/1996).

Freud entende a castração como elemento simbólico e universal no conjunto da teoria da constituição psíquica, sendo um componente estreitamente ligado à dialética do complexo de Édipo. O complexo de castração é a interdição necessária para o declínio do complexo de Édipo e para a constituição do masculino ou feminino (Freud, 1923/1996).

Lacan (1995/1957) reconhece que a castração, além de ter a função de signo no contexto dramático do complexo de Édipo, também assume implicitamente o lugar de suporte dele. Assim, o complexo de Édipo cumpre uma função simbólica, enquanto que o complexo de castração possui uma representação simbólica que permite a introdução da falta fálica nessa relação.

Na busca por compreender melhor o fenômeno, Freud tentou ampliar o conceito de castração. No texto *Caráter e Erotismo Anal* (1908/1996) ele demonstrou este exercício e sugeriu que há raízes do complexo de castração em experiências de separação oral e anal. Essas experiências de separação poderiam ser definidas como o desmame da criança e a separação das fezes. Seriam estes elementos do corpo da criança que uma vez separados resultam também na experiência de castração.

No entanto, Freud concluiu que a angústia de castração encontra sua prevalência no desenvolvimento da sexualidade quando a diferença dos sexos é testemunhada (1917/2006). Lacan relê a teoria do complexo de castração de Freud e reconhece a existência de operações de corte anteriores à castração, que agem como ponto de partida para que ela seja possível – nas próximas páginas deste capítulo estes conceitos serão esclarecidos (Lacan, 1957/1995).

O complexo de castração é uma operação necessária que impõe a proibição ao parricídio, bem como a interdição do incesto, de modo que a criança possa identificar-se com seus objetos parentais e assim se desvincular deles (Freud, 1925/1996). Trata-se, em síntese, de uma transmissão simbólica.

Vale destacar aqui que Freud (1913/1996) reconheceu que a primeira identificação objetal realizada por cada um é a identificação primitiva com o pai. Contudo, ele não se refere a qualquer pai, mas ao pai do mito da horda primeva, descrito em *Totem e Tabu*.

O mito caracteriza-se como uma narrativa estruturante, atemporal, composta por elementos ficcionais que mantêm uma relação singular com uma dimensão de verdade. Os mitos portam a gênese do humano, apresentam uma história, uma explicação da origem do homem. A narrativa mítica tem o poder de significação e de instrumento significante, que faz com que o homem introduza na natureza aquilo que o aproxima e o distancia do universo (Lacan, 1957/1995). É através dele que se retira as coordenadas simbólicas que se fazem presentes nos pactos humanos.

De acordo com Lacan (1957/1995), os mitos são operações de linguagem que estabelecem uma ordem de significações, que organizam o laço social e estabelecem coordenadas de gozo e impedimento. Por meio deles, a civilização mantém tradições e sustenta suas instituições.

No texto *Totem e Tabu*, Freud (1912/1996) relaciona o mito do pai da horda primeva, como fundador da interdição, com o parricídio e a proibição incestuosa.

Segundo ele tais funções são fundamentais, pois permitem que um elemento proibitivo seja incorporado à função da lei necessária para constituição da ordem civilizatória.

A teoria da interdição ao parricídio é sustentada pelo mito do pai da horda primeva. No mito, esse pai detém para si a posse de todas as mulheres da horda e ameaça castrar os seus filhos se a sua lei não for respeitada. Para que o conflito com o pai seja evitado, os filhos são expulsos da horda quando crescem, mas ocorre que os filhos resolvem se juntar e fazem com que o clã se rebele contra o pai, a fim de matá-lo (Freud, 1913/1996).

Ainda sobre o mito, com a morte do pai, o ódio satisfeito expõe tanto a identificação com esse pai, quanto também a ambivalência de amor. Uma vez que os empuxos parricidas dos filhos foram satisfeitos, surge o sentimento de culpa e remorso. Assim, a identificação desdobra-se em supereu. O pai morto se tornou muito mais presente e poderoso que o vivo, uma vez que as limitações que foram impostas tornaram sua influência muito mais imperativa psiquicamente (Freud, 1913/1996).

O mito em questão insere a lógica da castração como uma função necessária para o pacto civilizatório e o recalque das pulsões agressivas. Mas para que essa regra fosse imposta era necessária uma exceção, sendo o pai da horda, como condição para se fundar a norma da castração (Freud, 1913/1996).

No texto *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996) postulou que o objetivo da civilização pode ser resumido em dois aspectos cruciais, que seriam proteger cada ser humano dos perigos da natureza e a regulamentação das relações entre os sujeitos. Ela se dá com o custo de uma renúncia pulsional necessária para que a vivência em sociedade se torne possível, ao passo que o efeito colateral do pacto civilizatório é a produção de um mal-estar.

## **2.2.A subjetivação da falta e os tempos do Édipo**

Lacan (1957/1995) considerou que a castração não é o único elemento de interdição necessário para a estruturação do sujeito. No *seminário 4: A relação de objeto*, foi admitido que de início a criança não distingue a satisfação própria de suas alucinações e a satisfação do mundo externo – o que vem a ser, futuramente, uma questão de ilusão e realidade. Para conceber a realidade e ser constituída na dimensão subjetiva é preciso que a criança seja submetida aos registros da falta de objeto.

Os registros da falta de objeto são as molas que impulsionam os três tempos do complexo de Édipo, à medida que dão passagem de um ato a outro, através das operações de frustração, privação e castração. Essas operações favorecem a subjetivação da falta que, uma vez inscrito na lei simbólica, um sujeito desejante pode advir (Lacan, 1957/1995).

Desse modo, a frustração que ocorre no primeiro tempo do complexo de Édipo é uma experiência pré-edipiana inserida na tríade imaginária. Lacan (1957/1995) entende que a frustração acontece sob uma relação de alienação na qual criança, mãe e falo estão inseridos. A primeira etapa do complexo de Édipo está implicada no assujeitamento por parte da criança que se identifica especularmente com aquilo que é objeto de desejo para sua mãe. Essa etapa fálica primitiva funciona de modo que a metáfora paterna age por si, visto que a primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei. A criança, todavia, só concebe seu resultado (Lacan, 1958/1995).

A instância paterna tem uma incidência velada ou que ainda não comparece. A lei do símbolo já reina e, por causa disso, a questão do falo já está posta em lugar da mãe, lugar em que a criança tem de se situar (Lacan, 1958/1995). Nessa primeira etapa, a criança está ligada ao desejo da mãe, que é um desejo de desejo, já que em larga medida o objeto de desejo da mãe é o falo imaginário. A criança fica isolada nessa condição, desprovida de qualquer outro meio que não o desejo desse Outro que ela já constituiu como sendo o Outro, que pode estar presente ou ausente por meio da relação de falta imaginária na frustração (Lacan, 1958/1995).

A operação de frustração tem a mãe como agente simbólico. Num primeiro momento, a mãe ainda não é reconhecida como tal, apenas o seu seio como recurso que satisfaz a criança. Esse agente que comparece e não comparece com o seio, como aquele que pode, mas não dá, é o ponto de ignição em que se funda a experiência da presença e da ausência enquanto função simbólica pela frustração de uma satisfação corpórea. A frustração é, portanto, uma falta imaginária sobre um objeto real de satisfação do corpo, que impõe a simbolização enquanto uma operação que permite a criança se desvincular da dependência do desejo materno (Lacan, 1957/1995).

Com a frustração do gozo, a mãe ganha elemento de potência, e assim o objeto deixa de ser tão somente de satisfação para ser objeto de amor, objeto de dom, significação do amor. Com isso, a frustração é marcada como um dano imaginário que funda a reivindicação, estando intimamente relacionada com a anatomia imaginária do

sujeito. A passagem do primeiro tempo do Édipo para o segundo é possível, então, através da operação de frustração (Lacan, 1957/1995).

Em seguida, a privação é aquilo que comparece pela constatação do furo real, no reconhecimento de ausência do falo, frente a diferença sexual, a privação em última instância denuncia a privação do falo da mãe. Nesse momento, o pai intervém como aquele que priva a mãe. Essa operação está diretamente articulada ao segundo tempo do complexo de Édipo (Lacan, 1957/1995).

Quanto ao segundo tempo, Lacan julga que é o momento de intervenção do pai por meio da proibição. A fala do pai age no discurso da mãe e opera por ela. Neste segundo momento o pai continua velado, porém não é completamente velado como na primeira etapa, ele intervém a título de mensagem à mãe (Lacan, 1958/1995). O pai contém a palavra como aquele que anuncia uma proibição à mãe; ela, por sua vez, intervém somente enquanto mensagem de proibição. Essa mensagem dirigida à criança é um não acerca da tentativa de reintegração de seu produto direcionado à mãe (Lacan, 1958/1995).

Com efeito, a criança se desvincula da identificação com a mãe ao primeiro comparecimento da lei, pela mensagem de ausência da mãe quando ela direciona seu interesse a um objeto que não é a criança. A mãe direciona-se a um Outro que pode ter ou não o falo (Lacan, 1958/1995). É o momento em que a criança é deslocada, em seu próprio benefício, dessa posição ideal com que ela e a mãe poderiam satisfazer-se, podendo-se, assim, se estabelecer a terceira relação ou a etapa seguinte (Lacan, 1958/1995).

A privação exerce a função de restringir não o sujeito, mas a mãe na sua tentativa de restituir a criança ao seu ventre. O agente dessa operação é o pai imaginário, intimamente relacionado com o pai rival e agente da castração. Diante da privação, a criança pode ou não a reconhecer, assumir ou recusá-la. Caso a recuse isso a coloca no lugar de negação da falta fálica. No mais, a privação tem o valor de registrar, simbolizar e dar valor de significação ao que a mãe é privada enquanto mãe fálica (Lacan, 1957/1995).

A noção de privação é central para a compreensão de que todo o progresso de integração do homem, bem como da mulher, ao seu próprio sexo exige o reconhecimento de uma privação. A privação precisa ser assumida para poder legitimar plenamente seu próprio sexo (Lacan, 1957/1995).

Os registros de frustração e privação tornam o solo fértil para que a castração possa ocorrer em seguida. A castração é uma operação simbólica que incide sobre um objeto imaginário, cujo agente é o pai real. É um desfecho próprio do terceiro tempo do Édipo em que o pai ganha potência (Lacan, 1957/1995).

Trata-se de uma operação que tem o efeito de transmissão simbólica e que, conseqüentemente, instaura a dívida simbólica. É algo que se passa do outro para o filho, na medida em que vem anular o falo do Outro (Lacan, 1957/1995).

De acordo com Poli (2007), a castração permite a desconexão entre a anatomia e o significante. Não é somente uma operação que funda a subjetividade, a castração perturba antes de tudo o campo do Outro. Com ela, a falta real é significada pelo falo, é uma inscrição subjetiva do real e do simbólico, verso e reverso, masculino e feminino.

Para o menino, o complexo de castração resulta na diminuição parcial das atividades masturbatórias, o que implica também na renúncia dos desejos incestuosos para com a mãe e no recalque da agressividade com o pai, com o intuito de evitar a perda do pênis. É daí que se finda o complexo de Édipo no menino e se precipita, de acordo com a identificação com o pai, a constituição de seu supereu (Freud, 1925/1996).

A castração retira a criança da relação de alienação com a mãe e insere a separação necessária que inscreve a falta no Outro. O nome do pai intervém enquanto pai real e potente, agente da interdição. A castração vem a ser o corte necessário para que haja um limite do gozo edípiano, um não que abre vias para a introjeção da lei simbólica. Nessa medida, o sujeito responde à falta com a condição desejante (Lacan, 1964/1985). A criança, quando diz sim à castração, pode então desejar.

O nome do pai ou metáfora paterna, é aquele que articula a lei simbólica e a condição desejante, haja vista que a lei é condição para o desejo. Posto isso, é possível pensar que a partir da inscrição na lei simbólica o desejo é produto do deslizamento da cadeia significante (Fink, 1995).

A metáfora paterna não é nada mais que um substituto de um significante em relação a outro significante. O pai é o Outro enquanto existência da cadeia significante que age pela lei. Isso equivale a considerar que o necessário para cumprir a função de lei não é a presença de um pai fisicamente falando, mas sim de modo simbólico, seja pela incidência da cultura, seja, principalmente, pela cadeia significante (Lacan, 1958/1995). Conclui-se daí que o agente da castração está implicado muito mais nas interferências externas que façam cessar o prazer imediato que a criança em algum momento vivenciou

com aquele que cumpre a função materna nos primeiros anos da infância, o que marca para a criança que a mãe deseja para além dela.

Em síntese, a criança que diz sim à castração deverá aceitar que o mundo é permeado por diferenças, por homens e mulheres, que existem limites em seu próprio corpo e também em suas satisfações, sempre parcializadas. Ao mesmo tempo, lhe são permitidas outras escolhas objetais ao fazer o corte com a ilusão de onipotência infantil e com o desejo incestuoso.

Para Lacan (1958/1998), a condição desejanse dá mediante a inscrição na lei simbólica. Na medida em que o falo é inaugurado como significante a partir de seu desaparecimento imaginário no Outro, ele torna-se o significante da falta de onde incide o desejo.

O desejo é aquilo que está para além da demanda, seja a demanda de reconhecimento ou de amor, que visa restaurar uma condição fálica perdida. O desejo é incondicionado à demanda, pois não visa tamponar a condição faltosa; pelo contrário, exige investimentos objetais a partir da falta. Assim, o desejo é subtração da demanda pela necessidade, é justamente uma fenda enquanto falta, que por não possuir objeto adequado, é por si só incessante, indestrutível (Lacan, 1958/1998).

### **2.3.A masculinidade como constituição de um semblante**

Para compreender a constituição da masculinidade é fundamental esclarecer quanto à função do falo articulada à operação de castração neste processo. Freud, ao inserir o estágio fálico no percurso de constituição psicosexual, atribui importância para a realidade psíquica como construto fantasmático da diferença sexual na infância. Com isso, as fantasias não são o resultado puramente de um determinante anatômico congênito, mas de um suporte psíquico do corpo sexuado em um representante, ou seja, o falo (Poli, 2007).

O estágio fálico exerce um valor de auxílio psíquico que, muito além de nomear, funda um novo objeto (Freud, 1923/1996). É a constatação durante a infância de um valor em que a criança vivencia e significa isso, ao mesmo tempo em que tal constatação é confundida imaginariamente com um atributo corporal.

Assim, não é suficiente possuir um pênis para que a masculinidade aconteça, bem como ter um pênis não torna a criança imune a angústia de castração. Há um valor que pode ou não ser investido, mas que também não está isento da possibilidade de ser

destituído posteriormente. Mediante o corte da castração, o pai é internalizado na criança como aquele que detém o falo, em forma de ideal do eu. Consequentemente, o complexo de Édipo sofre declínio (Freud, 1925/1996).

Todavia, Lacan ressaltou que a conjugação do desejo, bem como todas as consequências estruturantes do complexo de castração, só é concebida quando a criança apreende a ausência do falo. É a constatação da falta fálica que funda a falta-a-ser. Independentemente se ela possui um falo real ou não, é necessário que ela reconheça que a mãe não possui o falo. Em consequência disso, o significante fálico deixa a sua marca; é por meio dele que a equação simbólica é instaurada e outros objetos podem ganhar estatuto de valor (Lacan, 1958/1995). Com isso, a função do falo exercerá grande importância no que se refere à dinâmica das relações entre os sexos. Masculino ou feminino, estarão sempre em volta da questão de ser ou ter o falo enquanto significante (Lacan, 1958/1995).

Segundo Soler (2021), a comédia em torno da diferença entre os sexos possibilita a parada masculina e, no caso do feminino, a mascarada. O primeiro mostra o que tem e o segundo finge ser.

A identificação com o pai é o elemento constitutivo da masculinidade para o menino e é puramente da ordem significante. Desse modo, ela é concebida na forma de uma nota promissória, a título de reserva para ser usufruída em um período futuro, após o estágio de latência (Lacan, 1958/1995).

Por meio da castração, a criança pode conceber a existência do masculino e do feminino, como também assumir uma posição na relação entre os sexos. A castração deve agir como tempo de ruptura do complexo de Édipo, tempo no qual o nome do pai desempenha uma função que é exatamente da ordem da metáfora (pois institui uma ordem significante) e cuja significação se desenvolverá posteriormente (Lacan, 1958/1995). Nessa mesma via, pode-se dizer de modo metafórico: o menino tem todo o direito de ser homem. Nos casos em que tudo ocorre como esperado, o sujeito será alguém semelhante ao seu pai.

Lacan acrescenta que o momento de saída do complexo de Édipo para o menino requer que ele lide com a privação do falo, admitindo não ter de fato aquilo que tem. A constituição da masculinidade exige uma recusa fálica para que se possa estabelecer uma identificação com o pai e daí uma assunção viril. Aqui, o autor sugere relacionar o significante masculino com a virilidade (Lacan, 1958/1995).

Destarte, a instituição do posto masculino é uma saída possível à castração que tem a atividade fálica como marca libidinal, sob o pano de fundo da identificação com o pai e o deslocamento do objeto materno (Poli, 2007). A inscrição da masculinidade se expressa como atividade fálica, seja no exercício sexual, seja nas posições de domínio e atitudes agressivas de exteriorização da pulsão de morte.

Quanto à passividade pulsional primária, ela será a carga que irá compor a base para o supereu na masculinidade. A passividade da criança diante dos genitores se transformará, na passagem do Édipo, em internalização das leis e da cultura (Poli, 2007).

No quesito pulsional, o destino da passividade pré-edípica para os homens será a sublimação, recalque e inibição. O impulsionador dessa operação é a angústia de castração, visto que frente a ameaça de ser desprovida do falo, a criança recalca, sublima e inibe. São expressões de abandono do desejo edípico, que é o abandono da posição passiva (Poli, 2007). Consequentemente, a posição masculina tem horror à passividade. Na passagem pelo Édipo, a castração será confundida com um lugar passivo que a condição masculina repudia. Socialmente, o repúdio à passividade será traduzido como um repúdio ao feminino.

Se num momento primário, a criança é encorajada a ser o falo diante da apreensão voraz da mãe (sob risco de não ser nada), num momento posterior o que está no cerne é o não ser da condição estruturante subjetiva. Esse trajeto lógico parte de uma posição de ser o falo para o Outro, mas uma vez sendo, não tê-lo, nessa dinâmica em que o neurótico se depara com a proximidade do desejo tal como uma ameaça de perda (Lacan, 1959).

A neurose como resposta ao complexo de castração, ainda que permita o recalque dos impulsos primitivos e a busca pela satisfação das pulsões submetidas às exigências culturais, não representa necessariamente uma solução definitiva. Há algo que retorna como resto, ruído, podendo ser algo a mais ou a menos, que na condição masculina é sentido como ameaça de castração, enquanto na mulher se trata de uma ausência (Lacan, 1959). Essa constatação lógica leva a crer que a constituição do semblante masculino em especial é também uma resposta intolerante à castração. Em outras palavras, o masculino apreende como insuportável a castração que o ameaça. Assim, quais seriam os efeitos dessa ameaça na sua lida com o sofrimento, o amor e o desejo?

A masculinidade pode ser definida como um atributo imaginário e simbólico transmitido pelo Outro, um semblante que permite uma posição no laço social. Em outras palavras, é aquilo que provém do Outro e atua como uma resposta ao outro, pelo fato de que a masculinidade, *e-feito* da identificação com o pai, opera no psiquismo na dimensão

significante (Lacan, 1958/1995). Esse processo se baseia na herança de mitos fundadores, mitos próprios da cultura nativa e familiar transmitidos de geração em geração, que impõem ao sujeito modos de se relacionar, de se satisfazer, de amar e de sofrer. Destaca-se também, na mesma perspectiva, sua articulação intrínseca ao ideal do eu, como modelo a ser seguido na tentativa de resgate de uma potência fálica perdida.

A condição viril coloca o sujeito na posição de sua própria metáfora, de maneira que a virilidade vem a ser um discurso transmitido pela cultura, uma transmissão simbólica, que age como um substitutivo para a sua condição fálica perdida e que carece de afirmação constante (Lacan, 1958/1995). Numa lógica fálica, a masculinidade seria a metáfora de performar como o próprio substituto do ter o falo, como meio de proteção, tendo em vista que a masculinidade está implicitamente relacionada com a constituição do sujeito submetido à lei simbólica. Nessa relação, a masculinidade não se porta como condição última para um desenvolvimento psicosssexual em que o corpo seja destino, mas como medida de normatividade para ser inserido no mundo simbólico (Lacan, 1958/1995). Em outras palavras, o lugar da masculinidade é também campo de alienação e de desconhecimento.

Mediante uma norma de discurso, tanto a masculinidade quanto a feminilidade são posições impostas por estatutos que não se traduzem somente num conjunto de significantes, mas também em como tal posição e corpo pode ou não gozar. Levando em conta que o discurso determina os imperativos de gozo. Por outro lado, é possível pensar que a constituição da masculinidade, fruto dessa norma social, também age como meio de restrição à subjetividade. Quando as referências dessa masculinidade não contemplam a experiência humana, a masculinidade viril se torna conflituosa, rígida, o que pode tanto empobrecer as formas de satisfação quanto potencialmente adoecer o sujeito.

No mais, a concepção de masculino ou feminino para além da condição genital pode carregar consigo imposições de um Outro sobre os sujeitos, medidas normativas de organização social e controle das relações entre os sexos (Lacan, 1970/1992). Por que não dizer de uma relação de poder? Se o masculino é fundado pela identificação com o pai, transmissor de um mito do pai primevo e articulado a uma condição viril, como não pensar na masculinidade sem essa relação, com meios de satisfação que se vinculam a poder e dominação? A partir da concepção de que a masculinidade é parte da estruturação do sujeito no laço social, além de uma submissão a uma norma social, seria possível pensar em sujeito masculino? A singularidade não seria para além da masculinidade ou feminilidade?

Cabe resgatar uma prerrogativa importante. Freud (1923/1996) sinalizou que, em decorrência da herança bissexual originária, nenhuma das posições de masculino ou feminino estará isenta de resquícios de sua oposição. Isso equivale a dizer que não existe masculinidade verdadeira ou acabada. Há elementos estruturais das insígnias da masculinidade, mas também plurais e possivelmente singulares.

Sendo assim, se a masculinidade não é uma condição natural e tampouco é garantida para cada filhote de homem, é pertinente questionar o porquê da relação entre masculinidade e virilidade. De onde parte esse modelo de masculinidade viril? Quais são as insígnias que estão contidas nessa masculinidade que atravessa a sociedade ocidental contemporânea? É possível pensar a concepção de virilidade como algo que foi constituído e localizado historicamente?

### 3. Capítulo II: Do Mito Viril à Crise do Masculino

É válido afirmar que Lacan (1975/1985) elaborou as fórmulas da sexuação em resposta à teoria da constituição do masculino e feminino que, para a psicanálise, carecia de maiores esclarecimentos. As fórmulas em si foram um recurso lógico-matemático para se pensar o binarismo dos sexos.

O capítulo em questão propõe partir de uma reflexão teórica e metodológica acerca de como Lacan elucidou o masculino teoricamente e sob quais condições uma investigação a respeito das insígnias históricas da masculinidade podem trazer luz ao discurso de masculinidade no mundo contemporâneo. Para tais condições, um diálogo entre os seminários XVI, XVII e XX de Lacan servirá como solo fértil para o desenvolvimento da investigação proposta.

Para que Lacan construísse uma equação lógica sobre a sexuação, foi preciso que ele partisse tanto das formulações lógicas de Frege, quanto da lógica aristotélica que, através das negativas, afirmativas universais e particulares, permitiu que um novo modelo pudesse advir (Lacan, 1973).

As fórmulas presentes nas tábuas da sexuação podem ser representadas por um quadro com quatro espaços, em que há dois espaços superiores com as fórmulas matemáticas especificamente. Estes dois lados superiores são divididos por uma barra, de maneira que o esquerdo se refere ao masculino e o direito ao feminino. Os espaços inferiores são também separados por uma barra onde também estão localizados o masculino e o feminino. As fórmulas apresentadas possuem cinco termos que se interligam através de setas que partem das mesmas e perpassam a barra (Lacan, 1973). Os mencionados termos são os seguintes: símbolo fálico ( $\Phi$ ), sujeito barrado ( $\$$ ), objeto pequeno  $a$ , significante da falta no Outro [ $S(A/)$ ] e significante de uma mulher ( $A/$ ), de acordo com a imagem a seguir:

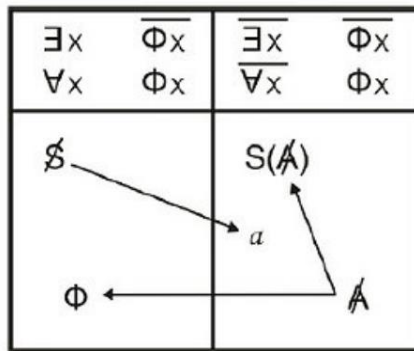


Figura: Recuperado de Lacan (1972-1973/1985, p.105)

A perspectiva lógica da fórmula da sexuação se baseia na tese de que existiu ao menos um homem que não foi submetido à castração, visto que sobre ele a função fálica não foi inserida e, portanto, para todos os demais homens a função fálica deve operar. Lacan amparou-se no mito do pai da horda primeva como uma máxima que fundamenta essa lógica (Lacan, 1973). O autor faz menção ao mito já explicitado no capítulo anterior, do texto *Totem e Tabu* escrito por Freud em 1913.

O pai da horda primeva seria assim a exceção que funda a regra, de modo que exista ao menos um que não siga a regra e com isso a impõe. A fórmula indica que a função fálica ( $\Phi x$ ) articulada à castração tem um traço horizontal sobre ela, indicando a sua negativa, que vem representar o pai primevo (Lacan, 1973). Destarte, essa exceção permite a imposição da regra universal expressa na segunda fórmula, que só pode ser sustentada a partir desse um que foge à regra. Na parte inferior do lado masculino, a fórmula expõe que a existência de uma universalidade resulta numa lógica de que, para todos os homens, é legítimo que a função fálica seja inscrita.

A respeito do feminino, não há indicação de que exista ao menos uma mulher que escape à função fálica castradora, mas de que, para não-toda mulher, a função fálica deve ser inserida. Da proposição usual na psicanálise de que toda mulher é castrada, Lacan subverte toda mulher para não-toda mulher, e sem a existência de ao menos uma mulher que fuja à regra, indicando que a regra não pode ser aplicada a todas as mulheres. Se é pela exceção que se funda a regra, não é possível pensar numa regra universal para todas as mulheres (Lacan, 1973). Logo, o masculino e o feminino não são correlacionáveis nas fórmulas da sexuação, já que o lado masculino é tomado por uma regra universal enquanto que para o feminino não há universalidade (Lacan, 1973).

Isso demonstra a dissimetria entre o masculino e o feminino, que vem a contrapor outras narrativas sobre a diferença sexual. Segundo Déri (2002), para Roger Horrocks, a masculinidade é a negação do feminino. A lógica lacaniana expõe também que tais

posições distintas não se equiparam e não se equivalem. Com isso, reafirma-se o impossível da relação sexual.

Contudo, as fórmulas da sexuação apresentam alguns pontos problemáticos, visto que sua concepção lógica e matemática em torno do mito de *Totem e Tabu* sugere um limite para que a perspectiva imaginária e simbólica faça diálogo com a constituição do masculino e do feminino (Lacan, 1973). Outro fator criticável seria o enrijecimento da posição subjetiva em torno do binarismo entre masculino e feminino, pois isso subentende que outras modalidades de expressão de sexualidade sejam lançadas a uma condição fora do laço social, análoga à estrutura psicótica.

Para além da concepção lógica proposta, seria possível pensar outras referências para a constituição do masculino ou do feminino que dialoguem com fatores históricos e culturais? Há um diálogo possível entre lógica e historicidade em Lacan?

### **3.1.O masculino enquanto discurso histórico**

Quanto ao desenvolvimento de sua obra, Lacan perpassou fortemente, como num movimento pendular, lógica e discurso na construção do seu ensino. No mesmo sentido, é possível um olhar além do lógico-matemático acerca da constituição do masculino e do feminino (Ambra, 2021).

Em o *Avesso da Psicanálise* (1970/1992), Lacan indicou que o homem viril, tal como é conhecido, não é mais do que uma invenção de discurso. Esse discurso opera pelo laço social, mediante a inscrição da lei simbólica, provinda do Outro. A partir daí não é justificável pensar na transmissão simbólica sem que nela esteja contida insígnias da história e da cultura.

Em referência ao Nome-do-Pai, Lacan afirma que sua posição é situada no nível simbólico, que, por sua vez, pode se materializar sob diversos contornos culturais. Contudo, ela não depende da questão cultural, trata-se de uma necessidade da cadeia significante (Lacan, 1957-58/1995). Paralelamente, se a relação entre significante e significado não é uma relação natural, ela não seria uma relação histórica? Tal questionamento é justificável ao considerar que a linguagem que funda o homem é uma linguagem estruturada por signos que são transmitidos antes mesmo da existência do sujeito, transmitidos de geração em geração (Lacan, 1960/1998).

Entretanto, como articular o conceito de discurso em Lacan com a dimensão histórica? Quando Lacan relaciona a masculinidade como efeito do discurso, o sugere

muito mais como uma dedução do que uma investigação histórica consistente, o que traz certo desafio para se relacionar a concepção histórica à sua teoria acerca do discurso.

Através do seminário XVI, *de um Outro ao outro* (1969/2008), Lacan traz sinais frutíferos para uma base possível para pensar o discurso articulado à historicidade, na perspectiva do materialismo histórico de Marx. Com base em influências de Althusser, Lacan parte de uma relação das ideias de Marx com o estruturalismo e compreende a existência de uma estrutura homóloga e não análoga entre a teoria de valor em Marx – relação trabalho/mercado/mais-valia – e a relação gozo/discurso/mais-de-gozar (1969/2008). Isso concede à subjetividade um caráter histórico.

Segundo Lacan, Marx reconheceu que o trabalho, sob a ótica do mercado, é alçado como uma mercadoria. Há um mercado de trabalho no qual se vende a força de trabalho e que estabelece não só um sistema econômico como também um momento histórico que relaciona essa força de trabalho com o estatuto de mercadoria. Com isso, Lacan traduz esse fenômeno como o discurso do capitalista e compreende uma relação com o real, pelo qual a estrutura se converge na mais-valia (Lacan, 1969/2008).

De acordo com Lacan, o estrutural em Marx é o reconhecimento de que a mais-valia é produzida pelo discurso do capital, considerando que todo sistema de produção nada mais é que um sistema de produção de mais-valia (1969/2008). Quanto à ideia de mercado, Lacan lê Marx relacionando o mercado com o discurso do Outro e pressupõe também que nesse campo do Outro existe um mercado, que determina valores, o saber e os meios de gozo. Nessa medida, o campo do Outro determina o mais-de-gozar (1969/2008).

O mais-de-gozar é efeito do discurso, pois é o discurso que impõe uma renúncia ao gozo, uma perda de objeto. Ele assume a função de tentativa de resgate de algum modo de gozo supostamente perdido (Lacan, 1969/2008). Lacan retirou o conceito de mais-de-gozar da perspectiva freudiana de repetição. Nesse aspecto, ele considerou necessário ler *O capital* juntamente com o texto *Além do Princípio de Prazer*. Assim, é possível correlacionar as teorias de valor de Marx e a lógica de funcionamento da cadeia significante, pois o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante, já que é por meio do saber que se funda o mais-de-gozar – o saber é meio de gozo.

Nesse sentido, a força de trabalho é o que retrata o trabalhador para o mercado, pois a força de trabalho representada como valor de uso permite seu valor de troca. Mas algo vacila nessa troca e o trabalhador não é remunerado, há um preço que não é reconhecido, de onde resulta a mais-valia, o trabalho não pago. Nesse movimento de troca

algo é perdido pelo trabalhador, algo que ele continha, mas não possuía. A única maneira de possuir é quando ele se vê perdido (Lacan, 1969/2008).

Sob a mesma via, Lacan formulou posteriormente o discurso do mestre em *O Avesso da Psicanálise*, ao demonstrar que na cadeia de representação de um sujeito articulado ao Outro, enquanto significante, algo é sempre perdido, o que produz assim a marca do objeto *a* em torno do mais-de-gozar (Lacan, 1970/1992).

Através do seminário XVII (1970/1992), o autor passou a inserir a perspectiva sobre os quatro discursos a partir de matemas dos discursos. Se antes apoiou-se na mais-valia de Marx até o início do seminário *de um Outro ao outro*, no seminário XVII é em Hegel que Lacan busca valer-se, pela dialética do senhor e do escravo no discurso do mestre. Nessa perspectiva, é na ocorrência da história que um significante, este que representa um sujeito junto a outro significante, tem seu valor atrelado ao discurso do mestre (Lacan, 1970/1992).

Por outro lado, a concepção de discurso proposto no seminário XVI não é sinônimo de cultura, uma vez que está mais relacionado à civilização em si, enquanto norma ou acordo. Lacan afirma que não haveria razão de sujeito se não houvesse o discurso enquanto mercado do Outro (Lacan, 1969/2008). No entanto, segundo Lacan (1969/2008), o discurso enquanto tal é fruto de consequências, em decorrência do real, daquilo que incide como o necessário e o contingente. Tratam-se de elementos que consequentemente só podem ser sustentados de modo estrutural por uma dimensão histórica. No seminário XVI, Lacan postulou que o que é revelado de um discurso já se fez presente enquanto efeito de discurso na história (Lacan, 1969/2008). Tão logo, ele utilizou do materialismo histórico como recurso para se pensar na luta de classes não como motor da história, mas enquanto instrumento de análise histórica entre o necessário e o contingente do discurso (Lacan, 1969/2008).

O método do materialismo histórico-dialético pode ser definido pela ação do pensamento que se dá na materialidade histórica vivenciada pelos homens no contexto social. Sua metodologia busca elucidar, a partir do ato de pensar, quais são as leis fundamentais que caracterizam o modo de organização dos homens, de acordo com a história humana (Pires, 2009). Assim, o diálogo entre a teoria dos discursos e a dialética de Hegel traz questões sobre a história que está em pauta, visto que expõe um possível engendramento de tensão ou síntese entre o materialismo dialético de Marx e a História de Hegel (Lacan, 1970/1992).

Em vista disso, de acordo com Ambra (2021), é possível a inversão operada pelo materialismo dialético de Marx para os propósitos do estudo sobre como pensar a história da masculinidade, com base nas referências feitas por Lacan. Por meio de operações teóricas, aforismas e construções conceituais, pode-se extrair de referências históricas e antropológicas os possíveis princípios para articular a história não puramente como demonstração, mas como ponto de razão que deve pautar inicialmente o tipo sujeito que é fundado na modernidade e do qual a psicanálise trata.

A partir do materialismo dialético, Lacan fez uma inserção teórica em que o materialismo histórico seria concebível e teria a função de auxiliar em uma situação insolúvel ao nominalismo, àquela relativa à exclusão da dimensão do real. Ele propõe também que a história é um dos contornos possíveis do simbólico, que se articula ao real através da escrita (Ambra, 2021). Desse modo, é possível tecer um resgate histórico, com base em uma perspectiva mais geral, pela *História da Virilidade* de Corbin, Courtine e Vigarello, além dos comentários profícuos de Ambra sobre o mito viril. Por tal recorte poder-se-ia questionar: qual referência de história que seja implicada com a masculinidade teceria um diálogo com as fórmulas sobre a sexualização? É viável partir das leituras de Vigarello para localizar o ponto de partida da história da masculinidade articulada a um mito viril, que vem desde os povos gregos até as sociedades ocidentais modernas. Mas o que quer dizer modernidade?

A sociedade moderna corresponde ao estilo e à organização social que ocorreram na Europa por volta do século XVII e foram disseminados mundialmente, sobretudo no ocidente. É um período histórico-cultural e político caracterizado por profundas mudanças no pensamento ocidental após a idade média, situado na transição entre o mundo feudal e o mundo capitalista como o conhecemos até hoje (Giddens, 1991).

Há uma imprecisão sobre a origem da sociedade moderna, que apresentou características herméticas desde seu início. Suas bases foram engendradas através de ideias e projetos de vários pensadores, sendo o ideal liberal uma das principais referências. É também fruto da condição inevitável do caminhar histórico (Colombo, 2012), com a influência do pensamento de Descartes, Bacon, Hume, Kant, dos críticos iluministas, entre outros. Os princípios ideológicos da revolução francesa e do romantismo, que deram base para que o ideal de sujeito da modernidade fosse arquitetado, são outras importantes fontes (Colombo, 2012).

Ao tratar o masculino, Ambra acrescenta a ideia de que a história da masculinidade também é atravessada por uma crise que não é contemporânea, mas sua consequência se

deu durante a modernidade, em países onde a civilização era considerada mais desenvolvida, países em que mulheres gozavam de mais liberdade. Assim, nas formulações do autor, a dominação masculina sentiria como ameaça qualquer indício de emancipação do feminino, o que provocou uma instabilidade na masculinidade hegemônica (Ambra, 2021).

### 3.2.A virilidade dos gregos aos francos

Face às discussões apresentadas, faz-se necessário investigar as bases históricas para o discurso de virilidade no cenário ocidental-contemporâneo. Sartre e Vigarello são autores que investigaram as origens dessas insígnias, que podem ser localizadas desde a cultura da Grécia antiga<sup>1</sup> com a denominação de andreia. Dentre as propriedades muito particulares daquela cultura, a andreia era considerada um importante atributo a ser atingido para que os filhos da Grécia se tornassem legítimos cidadãos gregos (Vigarello, 2012).

Na atualidade, a concepção de virilidade está relacionada ao corpo másculo. Já a noção grega de andreia se aproxima com a ideia de virilidade, cuja correspondência latina *vir* se relaciona, no mundo ocidental, com algo de mais puro, ou seja, a perfeição do masculino. Mas diferentemente da atualidade, que entrelaça virilidade à masculinidade corpórea, a andreia grega estava mais próxima de um atributo valorativo que dependia mais da conduta do que da masculinidade ou feminilidade e poderia ser manifestada em homens ou mulheres que demonstrassem coragem, força e caráter de guerreiro. Assim, para Laqueur, o que seria qualificado como gênero em épocas pré-modernas não diz respeito ao sexo corporal, mas a condutas e virtudes (Vigarello, 2012).

Segundo Sartre (2012), os estudos da antiguidade grega traduzem que o discurso grego acerca da virilidade está muito mais relacionado a uma construção ideológica do

---

<sup>1</sup> De acordo com Funari (2001) os gregos são originários da península Balcânica. Vindos do Norte, das planícies eurásianas, os indo-europeus encontraram a Grécia com um clima sempre ameno, o céu e o mar azul, e nela permaneceram. No século XX a.C. os povos indo-europeus enfrentaram os Pelágios que habitavam a região e os dominaram.

A Grécia Antiga não se refere a um país unificado e sim a um conjunto de cidades que compartilhavam a língua, costumes e algumas leis. Muitas delas eram até inimigas entre si, como foi o caso de Atenas e Esparta (Funari, 2001). A história da Grécia antiga está dividida em quatro períodos:

Pré-Homérico (séculos XX - XII a.C.)

Homérico (séculos XII - VIII a.C.)

Arcaico (séculos VIII - VI a.C.)

Clássico (séculos V - IV a.C.)

que propriamente a uma visão antropológica, fator que expõe uma ambiguidade de coesão e instabilidade do modelo em questão. A manifestação do estado de andreia para os gregos era relacionada com a concepção de coragem física, que não se dá somente nos campos de batalha ou na força muscular presente, mas está acompanhada de audácia frente aos desafios e de obstinação diante das dificuldades. Tanto é que as mulheres também poderiam manifestar sua andreia (Vigarello, 2012).

O atributo da virilidade na Grécia, apesar de vincular-se a aspectos de conduta social, partia de uma preparação que ocorria de forma distinta entre os sexos, seu início ocorria desde as práticas de educação. Para o homem, a educação estava ligada ao desenvolvimento do intelecto e do corpo. Alguns Estados mostravam maior ênfase em um dos aspectos conforme seus princípios de cidadania. Em Esparta, especialmente, valorizava-se a formação de um guerreiro completo, já em Atenas era no domínio do discurso político que a virilidade era reconhecida. Todavia, é um fato em toda Grécia que as mudanças de fases, da infância para a juventude e por fim a condição adulta estavam mais atreladas a ritos coletivos do que à maturidade sexual (Vigarello, 2012).

É digno de nota que, a princípio, os jovens se comportam de modo oposto do que era esperado como cidadãos, como uma espécie de iniciação à masculinidade. Antes mesmo de se integrarem ao grupo de cidadãos masculinos, se faz presente uma passagem necessária à condição de feminidade enquanto norma. Uma travessia individual necessária para a realização da andreia através de práticas homossexuais, que não eram qualificadas como menos viris, mas como meios de fundamentação do adúlterec masculino (Vigarello, 2012).

A possível fixação nesse estágio inicial da masculinidade é o que poderia resultar no sentimento de culpabilização no contexto grego, por ser considerada uma ausência de controle dos desejos. Esse cenário se agrava por se tratar de uma cultura em que a ideia de virilidade corresponde à condição de ser aquele que domina as próprias paixões e prazeres pessoais. Ainda assim não há uma ideia de repulsa da feminidade entre os homens, que se baseia na invenção da crença de homossexualidade a partir do século XIX (Vigarello, 2012). Assim, a andreia não é uma masculinidade acabada, pronta e absoluta, indiferente a qualquer desejo homossexual, é uma condição cívica moral relacionada com o domínio das paixões humanas, um processo que é construído sobre caminhos femininos e possível de ser atingida plenamente a partir de uma maturidade, considerada por volta dos 30 anos de idade (Vigarello, 2012).

A proposta de virilidade grega se diverge assim de ideias de violência pura, imponência ou impulsos sexuais sem limites. A arte grega expõe que a obscenidade estava mais relacionada à ereção em público ou glandes descobertas, e não ligada a nudez (Vigarello, 2012).

Um fator curioso é que os textos gregos que reverenciam a masculinidade apresentam uma semelhança com outras narrativas de séculos posteriores. Geralmente o retrato de virilidade representado nas práticas e costumes gregos raramente era positivado. Os textos gregos que abordam a masculinidade enquanto superioridade o fazem muito mais diminuindo o feminino do que exaltando uma masculinidade viril. A inferiorização das mulheres é muito mais fácil de conceber do que um modelo viril pautado numa exaltação da masculinidade (Ambra, 2021).

Os romanos<sup>2</sup> apresentaram uma diferença sutil dessa proposta, sob a influência etrusca. Na cultura romana a mulher goza de uma certa superioridade em relação à posição que a mulher grega tem na sociedade. No geral, todavia, é uma sociedade de desigualdade análoga (Vigarello, 2012).

Contudo, o que representava uma ameaça à virilidade dos romanos estava relacionado à figura dos bárbaros. A ameaça que os bárbaros transmitiam aos romanos não correspondia ao risco de extermínio e de serem por eles destruídos, mas à constatação de que o bárbaro, por ser mais indiferente à escrita e ao conforto do luxo, estaria mais próximo de um ideal de masculinidade. Pelo imaginário romano, os bárbaros tinham grande intimidade, desde a infância, com o armamento e a guerra. Se de um lado há um modelo de virilidade a ser atingido num estágio mais tardio da vida, os bárbaros pareciam gozar de uma masculinidade prematura (Vigarello, 2012).

Uma leitura moderna não considera como incomum na cultura romana as práticas poligâmicas, orgias, adultérios e amores conflituosos. Para os romanos, o discurso de virilidade fazia uma oposição a tais práticas, visto que ceder às investidas femininas era um modo de feminizar-se. Os bárbaros, por outro lado, eram conhecidos por serem mais intolerantes frente às questões apresentadas. Um fator interessante a partir dessas narrativas é que a concepção imaginária da virilidade dos bárbaros por parte dos romanos

---

<sup>2</sup> O Império Romano foi o período da história de Roma que se iniciou com a nomeação de Otávio Augusto no ano 27 a.C. e termina com o fim do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. que marca o fim da Idade Antiga e início o da Idade Média. Foi considerada a maior civilização da história ocidental. Perdurou por cinco séculos: de início em 27 a.C. e queda em 476 d.C. O império romano estendia-se do Rio Reno para o Egito, chegava à Grã-Bretanha e à Ásia Menor. Assim, estabelecia uma conexão com a Europa, a Ásia e África (Funari, 2001).

demonstrou um exercício de questionamento sobre sua própria virilidade (Vigarello, 2012).

Ainda que os bárbaros fossem colocados como aqueles que estão mais perto de uma virilidade selvagem, não há necessariamente uma reação que os qualifique como mais primitivos ou anteriores. No geral, a concepção de virilidade parece estar relacionada à ideia de um povo ou de composição social dominante, no que se refere a poder de um povo sobre outro ou de domínios territoriais (Vigarello, 2012). A virilidade para os romanos se articula ao ideal de virilidade presente durante grande parte da alta idade média, destinada ao controle dos impulsos sexuais, visto que o modelo de virilidade para eles era justamente a do rei casto. Havia com isso a ideia de castidade como uma virtude, a figura do clérigo ganha aqui destaque (Vigarello, 2012).

No que se refere às leis bárbaras, seus escritos não demonstravam valorização da inversão ou da violência sexual. Isso fica evidente em seus estatutos, mesmo que mais distantes de uma cultura cristã, já que os bárbaros eram intolerantes sobre adultérios, sequestros e estupros. Por se tratar de uma sociedade que tem como pacto conjugal o princípio da paz entre as famílias com interesses opostos, todo rompimento do pacto conjugal é punido (Vigarello, 2012). Tais prerrogativas estavam presentes também na consolidação do Império Franco<sup>3</sup>, uma vez que o rei Childeberto I era reconhecido como mais virtuoso que o legado de seu pai justamente por ser dedicado à sua esposa, diferente do pai, Rei Clóvis, que possuía uma concubina (Vigarello, 2012).

Entretanto, os ideais de virilidade em grande parte se diferenciavam das práticas. No caso dos merovíngios, seus reis reprimiam os súditos por poligamia, mas entre eles havia a prática de monogamia serial, se divorciavam para ter novas companheiras de forma constante. Com isso, Ambra (2021) questiona, se até mesmo os detentores do poder repudiavam a poligamia, existiria algum mito que agiria como referência para tal condição?

Fontes primárias da História Alemã fazem referência a um mito relacionado à história da linhagem real merovíngia, extraído do Monumenta Germaniae Historica,

---

<sup>3</sup> De acordo com Mateus (2000), os francos foram justamente uma vertente de povos bárbaros germânicos que conseguiram construir um estado poderoso de grande significação na Alta Idade Média européia. O estado franco formou-se e expandiu-se sob o governo de duas dinastias:

A dinastia dos reis merovíngios (século V a VIII) - período da formação do reino franco, das suas primeiras expansões territoriais e da aliança estabelecida entre o rei e a Igreja Católica Romana.

A dinastia dos Reis Carolíngios (século VIII e IX) - período do apogeu dos francos, da sua máxima expansão territorial e da tentativa de se fazer ressurgir, sob o governo dos francos, a autoridade de um império universal.

escrito entre a queda do Império Romano e o ano de 1500. O livro é descrito por Fredegar, no século VII, como os primeiros traços da lenda do estupro de Europa (Ambra, 2021). Uma criatura monstruosa chamada de Quinotauro, por ser metade touro e metade peixe, com cinco chifres, tomaria à força a esposa do rei Clódio quando ela banhava no mar do norte. Como consequência, nasceu Meroveu (Ambra, 2021).

Em comparação com o mito freudiano de *Totem e Tabu* (1913/1996), uma única semelhança é a atitude imponente de um genitor que se utiliza de violência. No entanto, se distingue pela ausência da horda de filhos e mulheres que são submissos ao genitor. Outro fator de distanciamento entre os mitos se deve à ausência de uma figura paterna presente na mitologia germânica. A prole é consequência de um estupro, e a imponência do genitor não é humana. Assim, a virilidade do mito da Europa não se relaciona a um genitor potente, mas a uma criatura mística não humana. Diante dessas diferenças, não é possível que tal mito assuma uma condição fundadora do pacto civilizatório, visto que não é organizado por uma operação grupal, mas por uma criatura.

Em Lacan (1970/1992), é no marco civilizatório que se funda uma lei enquanto dívida simbólica pela culpa dos irmãos que assassinaram o pai. No mito presente na cultura bárbara, a figura do pai não é admitida. Para Ambra (2021), a lei, a partir do mito, está do lado da mulher, como responsável por transmitir a nobreza. A sexualidade se torna algo secundário para o mito em questão, é um signo secundário da virilidade, as qualidades de guerreiro, a beleza e a sabedoria em governar eram possíveis e também desempenhadas por mulheres. É notável que o aspecto de virilidade nas mulheres estava mais relacionado ao contexto familiar.

Diferentemente da ideia de patriarcado, que se pauta pelas relações de gênero, os propostos históricos apresentaram uma relação de poder das mulheres. Isso era demonstrável também no direito à herança, que era destinado a beneficiar tanto filhos quanto filhas e até os bastardos. Infere-se com isso que a linhagem masculina não é o pilar da parentalidade entre os bárbaros (Vigarello, 2012).

Na dinastia lombarda<sup>4</sup> VI e VII, são as mulheres que determinam a legitimidade aos diferentes maridos que elas elegem. Já na Grécia, na formação dos filhos, pais e mães

---

<sup>4</sup> O reino lombardo foi um povo germânico-escandinavo com poderosa capacidade militar que invadiu e conquistou a região norte da península Itálica que estava até então no controle dos povos romanos. Pela liderança do rei Alboino, após a conquista, nomearam a região de Lombardia. Fizeram conquistas importantes até a região da Toscana e outras áreas da Península. A dinastia lombarda perdurou entre o século VI e VIII, mas veio a perder força e deixou de ser uma área autônoma em 744, quando foram aos poucos conquistados pelos francos, liderados por Carlos Magno, um dos reis carolíngios (Silva, 2020).

assumem funções distintas. Os pais eram incumbidos da proteção familiar e da formação dos filhos como guerreiros, enquanto às mulheres era destinada a responsabilidade de conservar a memória dos finados no seio da família, assim como de manter a narrativa do prestígio histórico dos seus (Vigarello, 2012).

Já na dinastia carolíngia<sup>5</sup>, as representações dos sexos sofreram alterações consistentes. Foi na passagem do século VII para o século VIII que a ideia de que somente o homem pode dirigir o Estado ganhou fomento, na justificativa de que o poder feminino representava uma ameaça. Com a ascensão dos carolíngios em 751, os grupos familiares ganharam um fundamento patrilinear. Foi assim, a partir das elites, que se arquitetou a figura do cavaleiro, enquanto a ideia de virilidade feminina, por outro lado, ficou suprimida (Vigarello, 2012).

Numa revisão histórica, os ideais heroicos sofreram pequenas mudanças que vão desde a primitiva Germânia até o século IX. Após o embate com Roma, os Ocidentais ideais perderam seus pelos, adquiriram cultura e intelectualizaram seus traços mais belos. Com a ascensão carolíngia, houve os distanciamentos das leituras, dos livros e a figura de virilidade estava mais voltada ao cavaleiro. A mulher, no século X, perde o poder de virilidade, destinado àqueles que fossem combatentes, herdeiros e genitores, atributos que constituíam elos de uma posição na nobreza (Vigarello, 2012).

### **3.3.O distanciamento da virilidade na Era Clássica**

Desde os gregos até a baixa idade média, a elite social participou do combate entre homens, e os campos de batalha tradicionalmente faziam parte de sua realidade. Em meados dos séculos XVI e XVII, esse cenário sofre modificação. Uma vez que a elite tende a se afastar das atividades de batalha, a relação da nobreza com os assuntos de guerra vai se tornando distante e burocratizada (Vigarello, 2012).

O ideal de virilidade ocidental, que até então se atrelava à condição física, ganha uma dimensão outra, já que as narrativas bélicas e os espaços de combate serão gradativamente direcionados para o contexto do trabalho (Vigarello, 2012). Com efeito,

---

<sup>5</sup> A dinastia carolíngia foi o segundo império francês a dominar grande parte da Europa central. Império este que sucedeu o reino franco, governado pela dinastia merovíngia entre 481-751. Os fatores que contribuíram para a ascensão do império carolíngio foram, o enfraquecimento do poder merovíngio, a formação de uma grande clientela de vassallos, devido à confiscação de terras da igreja, além do apoio dado à reforma dessa mesma igreja. A dinastia carolíngia teve seu reinado em meados dos séculos VII até o final do século IX. Com o início vitorioso do reinado de Pepino de Herstal sobre seu rival Nêustria Borgonha, em 687, conferindo assim o território franco entre 681 a 714 (Nicholas, 1999)

houve uma disposição cultural de nostalgia ao passado da Idade Média como um tempo de glória, pelos homens que supostamente tinham acesso a um gozo viril sem restrições (Vigarello, 2012).

Por outro lado, se a gênese do mal-estar na civilização é a própria civilização, conforme elucida a teoria freudiana em sua segunda tópica, a proposta de Freud reflete sobre as questões relativas à tensão entre pulsões primitivas e civilização (Freud, 1930). A história das civilizações apresentadas neste trabalho, desenvolvidas durante o período moderno ocidental, demonstraram muito bem certos movimentos de conflito como efeito do marco civilizatório, que impõe uma renúncia ao gozo primitivo, de tal modo que este é vivenciado como nostalgia.

Ambra (2021) considera que é na história da masculinidade que se torna possível apreender a tensão que opera na dinâmica interna da civilização moderna, no sentido de que nela há um embate entre os processos ditos civilizadores de forma periódica contra processos considerados *descivilizadores*. O produto dessa tensão civilizatória não é propriamente a perpetuação da civilização, mas sim a imagem que é moldada de seu contrário. Nisso a masculinidade está relacionada, principalmente, com a questão do ideal do cavaleiro. É possível identificar nos romances modernos temáticas voltadas para este ideal. No romance *Dom Quixote*, por exemplo, o imaginário do cavaleiro perde contornos na medida em que buscamos dele nos aproximar, pois a ideia de desaparecimento do cavaleiro é tão antiga quanto a sua idealização. Nessa concepção, a virilidade se torna algo que teria sido, mas que foi perdida (Vigarello, 2012).

A partir das influências de Montaigne e Léry, o período renascentista trouxe uma nova compreensão de virilidade. Se, por um lado, era sinal de virtude e vigor, sob influência da simplicidade dos primitivos, por outro lado, era símbolo de valentia naquilo que correspondia a práticas de poligamia com o feminino, por exemplo nos escritos de Léry sobre a tribo tupinambá do Brasil. Para a tribo, as práticas poligâmicas traziam aos homens da tribo grande prestígio, de acordo com o número de suas mulheres, que era considerado uma condição de status de um notável guerreiro (Vigarello, 2012).

Contudo, o mito viril sofreu contradições que durante dois séculos estiveram presentes, uma vez que a visão renascentista (XVI-XVII) modificou-se como resultado do declínio do processo de transformação das explicações teológicas para as científicas e humanistas. Se, por um lado, o selvagem seria uma referência na busca por uma regeneração de vigor, por outro, no modelo progressista científico, a visão do selvagem em sua errância pode se articular à pobreza e a uma condição primitiva (Ambra, 2021).

A respeito das práticas de duelo, cujo auge ocorreu no século XIX, desde o findar da idade média, narrativas que relacionam a defesa da virilidade com tais práticas se mostraram mais frequentes, aparecendo em muitos tratados. Através do duelo, enquanto herança das batalhas medievais, o que predominou foi a qualidade do golpe e não mais o corte brutal (Vigarello, 2012). Nesse sentido, a passagem do pensamento teológico para o progresso científico teve aqui destaque, visto que a vitória do duelo passou da expressão de uma vontade divina para a responsabilidade do homem em sua subjetividade individualizada (Figueiredo & Santi, 1993).

O ponto de partida para a concepção de individualidade e pensamento privado foi o Renascimento. Entre os séculos XV e XVI, os indivíduos foram marcados por uma dessacralização teocêntrica e perda da referência coletiva que os lançaram a um desamparo. Ao mesmo tempo, isso também lhes permitiu uma experiência de maior liberdade e possibilidades frente à sua realidade, uma vez que a visão teológica já não era mais referência para explicá-la. Como resultado, os indivíduos tinham que carregar o peso da responsabilidade de explicar a realidade e teriam que recorrer à própria intimidade para isso (Figueiredo & Santi, 1993).

Vale considerar também que havia uma relação mais igualitária entre os sexos nos períodos anteriores à Renascença e a Modernidade. Na idade média, não havia uma diferença clara entre o privado e o público, a divisão sexual do trabalho não era tão demarcada como nos períodos posteriores (Déri, 2021). Descartes trouxe também algumas implicações sobre a condição de ser homem, no sentido que considerou a razão como fator de triunfo sobre si. O controle do medo e conseqüentemente a ideia de razão e virilidade devem agir como domínio sobre o corpo (Figueiredo & Santi, 1993). Para além disso, Descartes propôs que a virilidade também consistiria em deixar a mulher na condição de inocência e ignorância para que assim fosse possível controlá-la (Ambra, 2021).

Desde o século VIII, o imaginário do homem ocidental foi tomado por uma ideia da natureza da mulher como algo ameaçador. Rabelais, um autor renascentista, retratou bem essa concepção, qualificando a mulher como instável, sempre insatisfeita e ausente de qualquer autocontrole (Vigarello, 2021). O lugar da mulher na sociedade ocidental começa a mudar em meados do século XII, e um dos grandes fatores que contribuíram para isso foi a proliferação do discurso misógino proferido pela igreja católica. No decorrer do século XIII foram impostos legislação e costumes que decretavam a

necessidade de que o homem corrigisse sua esposa, além de acusar a mulher de ser sempre a culpada pelo adultério (Déri, 2021).

No reinado da França, no século XIV, foi adotada uma lei intitulada lei sálica, que proibia as mulheres de ocupar o trono. As universidades, fundadas durante a idade média, praticavam igualmente a opressão e a misoginia, práticas que faziam parte daquilo que ficou conhecido como “caça às bruxas”. Universitários contribuíam também para a inquisição, com emissão de tratados para tribunais que condenavam milhares de mulheres à fogueira (Déri, 2021). Na queda da idade média, as mulheres, em especial as esposas, foram qualificadas pela igreja católica como ausentes de razão, estúpidas, instáveis, fúteis, mentirosas, perversas, ardilosas, egoístas e abusadoras, entre outras condenações (Déri, 2021).

Um fato que merece destaque é que, de acordo com Laqueur, no período renascentista, a diferença sexual era compreendida com um modelo de sexo único. Os renascentistas acreditavam ser possível que um sexo pudesse fazer passagem ao outro sexo, mas que de forma prevalente se tratava da passagem do feminino ao masculino, numa lógica de busca da natureza pela perfeição (Laqueur, 1998). Logo, a feminilidade era compreendida como uma versão inferior subdesenvolvida do masculino. A ideia da diferença sexual a partir dos aparelhos reprodutivos é relativamente recente, trata-se de uma concepção que foi difundida durante o século XIX, enquanto metáfora dos papéis e diferenças sociais e psicológicas dos sexos (Ambra, 2021).

É possível conceber que por longo período no pensamento do ocidente, a masculinidade ou feminilidade esteve relacionada com a sustentação de uma posição social, um papel cultural, não necessariamente uma condição orgânica. A partir disso, pode-se notar, que em inúmeros mitos e histórias pré-iluministas, era possível que um protagonista mudasse de sexo sem que isso representasse um estranhamento radical e ou comprometesse a sua identidade (Vigarello, 2021).

### **3.4.A consolidação do mito viril**

No que tange aos simbolismos da masculinidade, Forth (2013) debruçou-se na questão de como foi desenvolvida a relação entre masculinidade e civilização. O efeito desse desenvolvimento deixou resquícios na atualidade por meio de uma crise na masculinidade, visto que, na historiografia da masculinidade ocidental, as fantasias de

selvageria exerceram grande importância, de modo que a projeção da selvageria seria aqui um elemento necessário para a própria civilização.

Segundo Forth (2013), o engendramento da masculinidade no contexto moderno é também um trabalho constante de domínio e repressão do corpo. Para Figueiredo (2008), o discurso de repressão e domínio do corpo ganhou repercussão, em meados do século XV, pelo cristianismo. O discurso, nesse contexto, era de que cada um deve se submeter a uma ordem superior e para isso precisa se abster das próprias vontades pessoais, assim o corpo é colocado em um regime de controle e repressão, visto que ele é fonte de impulsos e vontades que desviam a consciência humana. Essa reação de repressão ao corpo repercutiu, conseqüentemente, para além do cenário religioso, assumindo espaço nos mais diversos tecidos sociais e foi acolhida nas bases do racionalismo moderno.

Por volta dos séculos XVI, XVII e possivelmente no século XVIII, faziam-se presentes mecanismos compreendidos através de quatro tensões fundamentais: Maneiras e Disciplina – a conduta nobre era vista pela sua condição domesticada, uma busca de moderação do potencial agressivo de um guerreiro; Armas e Letras – atividades bélicas eram consideradas como distantes da nobreza e a cultura é vista de forma dicotômica; Luxo e Consumo – um dilema que tanto fundamenta um cavaleiro quanto pode feminizá-lo; por último, o Sedentarismo e Nomadismo – aquilo que dá base para a consolidação do mito viril nas sociedades primitivas (Vigarello, 2012).

Já a partir do século XIX, mesmo que a ideia de um passado viril seja inicialmente retratada pela arte, como nas novelas sobre cavalaria, através das descobertas no Novo Mundo, o ideal de virilidade assume a independência da figura do selvagem. Assim, a imagem do selvagem perde a representação de virilidade e é desvalorizada diante do contexto de uma sociedade que se impõe uma ideia de progresso na segunda metade do século XVIII. Nessa medida, a correlação da ideia progressista, somada aos ideais da revolução francesa e do racionalismo progressivo, colocam os nativos selvagens como um obstáculo para a evolução progressista da modernidade (Vigarello, 2012).

Todavia, Déri (2022) expôs um fato curioso quanto aos romances e ensaios do século XIX que retratavam a condição masculina de forma musculosa, pois eles definiam a masculinidade por sua força bruta e agressividade até mesmo com mulheres. Isso evidencia uma espécie de paradoxo sobre o discurso de masculinidade nesse contexto histórico.

No mesmo período, a construção de grandes nações é um aspecto que ganhou destaque. Mesmo no contexto europeu, as unificações tardias conviveram com povos e fronteiras antigas e com isso o discurso de força da pátria baseado na história de seus antepassados foi disseminado. Surge o sentimento de ameaça nacional quando o ideal de nação é invadido por práticas estrangeiras que ferem a cultura. Assim, a virilidade se torna uma questão ideológica do próprio Estado. As práticas estrangeiras no Estado poderiam ser sinônimos de feminização, uma narrativa muito comum na maioria dos países da Europa (Vigarello, 2012). Críticos alemães consideravam que o caráter feminino tinha hábitos nocivos e o que poderia manchar a cultura alemã era uma espécie de afrancesamento da nação, sendo que até mesmo Kant consentia a tal ideia (Vigarello, 2012). Nessa concepção, para os alemães a cultura francesa tinha um caráter afeminado.

Ainda sobre a nostalgia dos tempos de cavalaria, este ideal esteve muito presente na Inglaterra, que muito disseminou essa imagem para o mundo, com a construção do mito do Rei Arthur (Vigarello, 2012). Já para os alemães, o ideal de virilidade foi articulado ao arianismo "científico" eugênico no início do século XX. Para eles o passado dos alemães era o único modelo autêntico de virilidade (Ambra, 2021). Segundo Déri (2022), tal fenômeno pôde ser constatado na própria ascensão do governo patriarcal nazista, que desde suas bases pautava seu discurso numa relação direta entre nacionalismo e masculinismo, discurso que fazia eco também entre masculinidade e militarismo.

Adolf Hitler se dirigiu aos veteranos da Primeira Guerra Mundial, no início de sua carreira política, como "homens de ferro". Militares, conservadores e patriotas que se opunham a miscigenação eram homens que sofriam de um sentimento de traição pela própria pátria, pois acreditavam que seu país estava sob uma crise diante de forças destrutivas: a democracia e o liberalismo, o socialismo, o feminismo e a homossexualidade que se travestia pelos cabarés (Déri, 2022).

Entre as nações europeias que eram tomadas pela nostalgia de uma virilidade perdida havia um sentimento em comum. Elas acreditavam que essa virilidade poderia ser recuperada, uma vez que a força desses guerreiros de outrora estava no sangue de cada contemporâneo, seja no espírito de sua raça ou em sua masculinidade (Vigarello, 2012). Nessa mesma medida, na cultura russa havia a idealização romântica dos cossacos. Seja nos aspectos políticos, culturais ou artísticos, o mito cossaco foi um modo de lidar com sua realidade repressiva (Vigarello, 2012).

A repressão foi cada vez fazendo mais parte dos discursos médicos e sociais a respeito da masculinidade a partir do século XVIII. Por outro lado, Thomas Trotter

defendia que a verdadeira masculinidade só seria possível ser alcançada incorporando aspectos da condição primitiva, e nesse sentido os corpos dos soldados podem ser modos de sair da lógica da honra (Drévilhon, 2012).

No decorrer do século XIX, o ideal masculino se relaciona com uma ideia patriótica, que, por um lado, busca caminhar na direção de um progresso jamais visto antes, mas, por outro lado, se apoia em um passado mítico e no imaginário masculino que foi colocado como ideal de prosperidade. Nesse sentido, parece ser uma lógica sem sentido sustentar uma representação de masculinidade verdadeira e perdida no limite de seus ideais, que conseqüentemente vão ao encontro do fracasso (Ambra, 2022).

Destarte, Bourdieu (2007) afirmou que a vantagem da masculinidade é também uma cilada, por exigir que cada homem tenha que afirmar forçosamente sua masculinidade. Para Corbin, se no século XIX parece haver algum triunfo da masculinidade, esse se deve pela intensificação dos ideais frente à notória queda dessa construção arquitetada (Ambra, 2021).

De acordo com Badinter (1997) um novo elemento foi acrescentado à formação do ideal de virilidade. Com a ascensão industrial, os pais que saem de casa para trabalhar nas fábricas participaram menos da educação dos filhos. Com isso, no decorrer do século XIX, os deveres paternos se eximiram da obrigação de educação dos filhos, e as mães assumiram essa tarefa integralmente. É um fenômeno que contribuiu para o fortalecimento da imagem materna, criando a imagem de um pai que vai perdendo a sua virilidade.

Para Freud (1905/1996), a insuficiência da virilidade paterna é um fator que se faz presente naquilo que pode resultar em uma estrutura histérica. Por outro prisma, Lacan (1958/1995) compreende que a ausência da função paterna na trama edipiana é o que revela experiências de angústia na infância, cuja fobia pode ser uma tentativa de saída na ausência do agente de castração, conforme o caso do pequeno Hans.

Todavia, a concepção de Lacan sobre a função paterna, conforme abordado no primeiro capítulo deste trabalho, pode ser compreendida de um modo diferente do que é proposto em Freud. Como Lacan acredita ser uma função puramente simbólica, não é preciso que exista um pai de carne e osso. A função paterna é qualquer condição que permita um corte na relação de alienação entre mãe e criança e assim a mãe seja reconhecida como não fálica (Lacan, 1958/1995).

Em vista disso, no texto *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (2003/1934), Lacan buscou uma nova concepção de paternidade ao sugerir que o

complexo de Édipo deva ser revisado, ao considerar o lugar na história da família patriarcal e elucidando a neurose contemporânea. Acrescenta ainda que a família é uma instituição que sofre influências e modificações da cultura e que nada tem de natural.

Na mesma medida, tanto Lacan quanto Horkheimer denunciam a respeito do declínio da autoridade paterna, sendo tanto a construção de sua autoridade quanto sua queda historicamente determinadas. Para Horkheimer, é no liberalismo e no contexto familiar burguês que poderá ser resgatada uma certa condição de poder da figura paterna enquanto provedor material da família (Lacan, 1944/2006).

Cabe salientar que, a partir do fim do século XIX, a teoria da degenerescência, como herança de uma visão evolucionista, que julgava o selvagem como primitivo e degenerado, retira a imagem de virilidade do selvagem. A teoria da degenerescência exerceu influência tanto nos debates acadêmicos quanto no imaginário cultural, tomando a história da psicopatologia como uma referência para se explicar o declínio moral, mas também defeitos físicos, criminalidade, perversão, insanidade e até reivindicações feministas (Ambra, 2021). Havelock Ellis defendeu, a partir dessa teoria da degenerescência, que as tendências democratizantes entre homens e mulheres poderiam provocar uma ameaça à sociedade pelo risco de uma reversão na hierarquia de raça, gênero e classe (Ambra, 2021).

Se há uma contradição entre o mito viril e a crença do selvagem degenerado, uma saída para essa questão foi a crença ideológica da raça ariana. O homem verdadeiro é visto como um ariano puro, cuja virilidade é ameaçada pela mistura com outras raças (Ambra, 2012).

Vigarello trouxe outra possibilidade de compreender a relação entre o passado selvagem e a virilidade perfeita. Para isso, coube localizar um momento específico da passagem, num processo civilizatório de destaque. Através de uma mística, o autor elucidou (I) o estágio selvagem atrasado da humanidade; (II) seu momento exato de passagem; (III) a instauração de um líder todo-poderoso, (IV) temido pelos demais, (V) mas cuja submissão é desejada e que, finalmente, (VI) inaugura o modo civilizado de gestão social. Esse último é inserido em um momento científico, evolucionista e progressista (Vigarello, 2012).

Por outro caminho, Freud (1913/1996) advogou através de seu mito do pai-primevo, que exista uma primazia fálica própria do caráter sexual articulado entre natureza e cultura. Em *Totem e Tabu*, ele buscou vincular a experiência humana a partir

da sexualidade, com base no tabu do incesto, questões que deram margem para que Lacan desenvolvesse as fórmulas da sexuação.

Um outro elemento presente na história da masculinidade no ocidente foi a provável repressão sexual. Foucault não se opõe a ideia de que o sexo tenha sido reprimido ao longo dos séculos, mas critica que ela seja o centro e constituinte da sexualidade. Em a vontade de saber, Foucault defende que a sexualidade, a partir dos séculos XVI e XVII, foi incitada a se manifestar por uma vontade de compreender sobre a própria sexualidade, como uma estratégia de controle próprio das sociedades modernas (Foucault, 1976).

A partir das fórmulas de sexuação, Lacan focou em sublinhar a aproximação entre interdição, sexualidade e uma paternidade soberana e não somente histórica, mas situando sua urgência, que irrompe de um contexto social que pode ser localizado historicamente (Lacan, 1957). Uma releitura do mito de *Totem e Tabu* quanto às fórmulas da sexuação sugere que ambos os autores buscaram universalizar aquilo que encontra referências na história humana ocidental.

Em face da historiografia aqui apresentada, uma articulação com as fórmulas de sexuação se torna possível, com base na temática da história da masculinidade no Ocidente. Isso se deve ao exercício de formalização de uma representação discursiva da masculinidade, a partir de insígnias históricas, e não somente do que em geral se propõe com a teoria da sexuação, quanto às modalidades de gozo e modos de posicionamento em coerência com a lei fálica.

Assim, é possível partir de um princípio universal de que todo homem no pacto da civilização está inscrito na função fálica. Conforme Freud, que defende a perspectiva antropológica do tabu do incesto, isso se configura enquanto uma universalidade de uma proibição que vincula totem e tabu com o mito do Édipo, elementos que fazem diálogo com o discurso da sexualidade diante da leitura histórica sobre a masculinidade (Freud, 1913/1996).

Freud salientou que o indivíduo para ser inserido no pacto civilizatório, deve fazer uma radical renúncia de suas pulsões primitivas. O autor defende que a interdição ao incesto é o fundador da cultura, e todo processo de inserção na cultura demanda que cada indivíduo recalque seus desejos primitivos por ser incompatível com os ideais e exigências da cultura. A inserção na civilização é por si só neurotizante, um processo de docilização dos indivíduos e faz com que eles interiorizem modos de censura que são produtores de conflitos (Freud, 1930/1996). Nesse sentido, até mesmo em culturas onde

a masculinidade é submetida a um modelo de celibato e até mesmo em condições onde o uso dos prazeres era de certo modo deliberado, o tabu do incesto esteve presente, ainda que pudesse ocorrer transgressões (Ambra, 2021).

No entanto, o tabu do incesto não deve ser levado em conta pelos efeitos que ele provoca na economia libidinal dos seres falantes, não deve ser levado no sentido concreto da questão incestuosa. Isso porque, no aspecto pulsional, a tentativa civilizada de domínio das pulsões deve resultar num insucesso constante, a qualquer esforço de controle por completo da sexualidade e do mal-estar que se manifesta dessa interdição (Freud, 1913/1996). É coerente afirmar, assim, que todos os sujeitos masculinos estariam submetidos à operação de castração, uma vez feita a passagem pelo Édipo e o ingresso na linguagem pelo recalque. É uma tese que, embora seja explicada à nível mítico, pode ser localizada em contextos históricos, ainda que de modos diferentes, apresentando fortes evidências.

No contexto da Grécia antiga, mesmo que a sexualidade possa ser considerada como menos marcada por interdições, era determinada por padrões rígidos e legalmente determinados. Foucault (1984) reconheceu nas recomendações de Ateneu do século III, que relações amorosas com jovens muito novos poderiam ser prejudiciais, por se tratar de ceder excessivamente às paixões ardentes. Com isso, era necessário que os jovens se submetessem a exercícios corporais intensos, para que cansados física e mentalmente pudessem reprimir seus desejos. A relação entre erastes e romenos tinha limite de duração e até mesmo os tipos de presentes eram regidos e determinados pelo Estado.

Por outro lado, ainda que na ótica dos romanos os bárbaros fossem vistos como "foras da lei", essa visão era ambivalente. Os bárbaros não eram destituídos de regulações de gozo, mas tinham uma sexualidade marcada por restrições, pela monogamia. Ambra reitera ser possível compreender com isso a existência de um princípio comum a todos os homens, a partir de uma lei que propõe restrições e coordenadas de gozo (2012).

Isso não quer dizer que a fórmula da sexuação seja um conjunto aplicável em qualquer medida, ela só é possível se uma mínima interdição estiver presente. As fórmulas da sexuação não são isentas de contradição, nem mesmo para o polo da masculinidade. Ambra (2021) salienta que a universalidade só é possível pelo fato de que um homem não foi inscrito na função fálica. A exceção do pai da horda primeva seria então a exceção que funda a regra.

Em resgate à teoria dos discursos de Lacan (1970/1992), alguns diálogos com o mito da virilidade são possíveis, visto que a incidência do discurso do mestre comparece

como lei e dominação, mas que não diz de uma lei semelhante a uma concepção de justiça, tratando-se muito mais de uma relação de poder e de dessubstancialização do sujeito. Essa posição faz menção ao mito do pai da horda primeva como aquele que concentra o poder, sendo possível articular também à relação de senhor e escravo e à lógica de exploração presente no capitalismo. Não por acaso Lacan reconheceu no discurso capitalista a relação direta com o discurso do mestre (1970/1992). Salienta-se também que o discurso cientificista moderno opera na mesma lógica, já que na busca de um saber universal o saber subjetivo é neutralizado, e está intrinsecamente relacionado com o meio de produção capitalista (Lacan, 1966/1998).

Sob a mesma ótica, não seria o discurso patriarcal machista uma outra representação do discurso do mestre, o discurso do patriarcado como uma instituição que estabelece relações de poder sexistas e androcêntricas? É o gozo do Outro, cuja finalidade naturaliza uma relação de domínio do homem sobre a mulher e perpetua o mito da virilidade que é incapaz de reconhecer o real da diferença, da alteridade, visto que o horror à castração aqui se desdobra para o horror ao feminino. Se o discurso patriarcal age como prática de dominação, em uma sociedade moderna ele só pode operar de forma entrelaçada com o capitalismo e o racionalismo científico. Ou seja, as bases da sociedade capitalista, bem como a ciência moderna, podem portar em sua linguagem a perpetuação de práticas machistas.

Nessa mesma medida, se Marx denunciou as relações de trabalho no mercado capitalista como relações de exploração do proletariado, as relações de poder presentes na sociedade ocidental moderna parecem não se limitar somente às práticas econômicas de trabalho, mas, entre outras, nas relações entre masculino e feminino. Entretanto, de acordo com Voks (2019), essa masculinidade hegemônica e todas as suas benesses sugerem que suas vantagens atingem apenas grupos de homens brancos, pois mesmo com recurso monetário, a população negra não pode sequer ter acesso às mesmas vantagens e nem tirar proveito de seus privilégios.

Todavia, isso não quer dizer que essa masculinidade hegemônica privilegiada seja necessariamente livre. É exigido dela uma performance e reafirmação constantes, sob o risco de ser excluído dos grupos masculinos. Segundo, Kaufman é uma experiência contraditória de poder para a masculinidade, já que os homens são submetidos e brutalizados pelo mesmo discurso que os beneficia (Volks, 2019).

### 3.5.A masculinidade em crise

A revisão histórica sobre o mito viril demonstra que a nostalgia de virilidade é uma invenção própria da modernidade, tal como um necessário ideal fálico de uma potência a ser atingida. Isso revela também que o ideal de virilidade se relaciona com uma fantasia, em que o homem civilizado, que conseqüentemente é castrado e submetido à lei restritiva, sente falta de uma masculinidade selvagem e ausente de limites – ainda que os povos considerados selvagens para a civilização moderna compreendiam a virilidade como uma questão muito mais relacionada à virtude e não a um estado animalesco.

O sujeito masculino, em resposta, encontra-se sempre em posição de crise, crise que não se deu pela ascensão do feminino por direitos mínimos ou pela legitimação das diferentes expressões de sexualidade. Tampouco diz respeito à disseminação de imigrantes, à igualdade racial, a consolidação da lei que ampara a mulher contra violências domésticas etc. Segundo Godeau, a masculinidade, de qualquer modo ou momento histórico que for definida, sempre esteve em crise (Déri, 2022).

De acordo com Déri (2022), há relatos de crise da masculinidade anterior à modernidade, desde a Roma Antiga até os reinos da Inglaterra e da França no findar da Idade Média. Durante todo o período da modernidade no mundo ocidental o discurso de crise da masculinidade esteve presente. Essa recorrência no tempo e espaço suscita reflexões que levam a crer que o masculino está interminavelmente em conflito.

Lança-se aqui uma hipótese de que a crise da masculinidade pode ser efeito da própria condição de renúncia pulsional necessária para se viver em sociedade, uma vez que o pacto civilizatório exige um “perde-ganha”, perde-se gozo para ganhar desejo. É na inscrição da falta pela renúncia às pulsões primitivas e corte do desejo incestuoso que se torna possível responder a falta constitutiva com o desejo singular, no qual o sujeito é constituído de uma condição de conflito e mal-estar. Assim, não se trata de uma questão contextual do encontro com a alteridade ameaçadora, mas sim de uma base estrutural.

A masculinidade como modo de se localizar no mundo simbólico, não está isenta deste conflito. Como o masculino não é uma condição pura e acabada, de qualquer modo deve sofrer resquícios da bissexualidade originária. Além do mais, o masculino funciona tanto como uma das saídas da castração quanto um semblante. De acordo com os mitos que circundam a masculinidade universal, é um meio de mascarar essa condição não fálica, pelo horror à castração. Assim, a masculinidade não necessariamente estaria em

crise por alterações de sua posição na cultura, mas por uma expressão do mal-estar próprio dos limites impostos pelo pacto civilizatório.

Constata-se com isso que tais insígnias de virilidade que atravessam simbólica e imaginariamente a masculinidade no cenário contemporâneo são qualificadas como árdua tentativa de fazer com que a divisão subjetiva desapareça. Todavia, sob nenhuma possibilidade essa tentativa será condizente com a experiência humana, é uma busca impossível de ser atingida pelo falante. Com efeito, deve proporcionar uma constante tensão e restrição à própria subjetividade. Nessa mesma ótica, pensar na experiência masculina de satisfação é pensar que ela pode ser igualmente devastadora, no sentido de produção de sofrimento para si e principalmente para outros.

Sendo assim, como é possível compreender a masculinidade em sua dimensão de gozo, qual é a proporção disso dentre as experiências de violência? Outra questão pertinente seria: o que essa masculinidade tem feito com seus próprios afetos e frustrações? Como a masculinidade está inserida nas relações amorosas e como ela se articula à dinâmica subjetiva? Esses questionamentos servirão de percurso para o desenvolvimento do próximo capítulo.

#### **4. Capítulo III: Circuitos de Gozo, Amor e Sofrimento na Masculinidade Contemporânea**

Conforme o percurso teórico apresentado nos capítulos anteriores, para que a criança sobreviva à sua condição originária de desamparo, é preciso que o outro intervenha a seu favor, por meio do Outro tornam-se possíveis as condições de subsistência e ingresso no pacto civilizatório. Essas operações configuram a constituição do sujeito, a partir da submissão da criança à linguagem do Outro. São desdobramentos que fundam uma questão na trama erótica, que circunda os tempos do Édipo e deve ecoar por toda a vida do sujeito enquanto enigma, de qual posição esse sujeito se encontra no desejo do Outro.

Tal questão é onipresente em qualquer estrutura neurótica e em especial no âmbito da sexualização, enquanto um semblante intrínseco na estrutura e modo de se portar ao Outro. Assim, o sujeito é convocado a responder tal enigma – que coloca em movimento os circuitos de gozo, amor e sofrimento – de modos distintos no masculino e no feminino.

À princípio, Freud sintetizou a constituição masculina como posição de atividade e a feminina em passividade. Posteriormente, ele reconheceu a presença da bissexualidade independente da significação constitutiva dessa dualidade (Freud, 1931/1996), o que reafirma a não correspondência da anatomia com a sexualização. Isso porque a anatomia é da ordem da realidade, à medida em que a realidade é apreendida por aspectos imaginários e simbólicos; já a sexualização por outro lado, é da ordem do real.

Todavia, a constituição da masculinidade para Freud implica em recalcar a passividade pulsional, no sentido de que a passividade pulsional primária deve sofrer operações de recalque, sublimação e inibição (Poli, 2007). São defesas fundadas diante da castração simbólica, que denunciam um horror à passividade na condição masculina. Para a masculinidade submetida ao mito viril, o horror à passividade está entrelaçado com a repulsa e horror à feminilidade.

Mediante a isso, a posição masculina submetida ao mito da virilidade direcionará a pulsão de morte ou gozo para o exterior em forma de agressividade. Na lógica da sexualização, considerando que o masculino e o feminino são antes de tudo significantes, não existe somente a dualidade dos sexos, há também a dualidade do gozo. O gozo presente na masculinidade é o gozo fálico. No entanto, que desdobramentos essa modalidade de gozo na masculinidade pode ter para o laço social?

#### 4.1. Gozo e pulsão de morte

Para o avanço dessa discussão é preciso resgatar alguns aspectos teóricos da noção de pulsão de morte em Freud e de gozo em Lacan, bem como as suas definições, nuances e como operam perante a estrutura do psiquismo.

Com base em evidências clínicas, Freud se deparou com a presença de formas de satisfações estranhas à economia libidinal, antes mesmo de dar nome à pulsão de morte. Segundo ele, eram satisfações que atuavam à revelia do princípio do prazer (Freud, 1925/1996).

Ele chegou à constatação, no desenvolvimento da teoria das pulsões, de uma diferença entre as formas sentidas de satisfação pelo eu e modos de satisfação pulsional, independentemente do eu. Isso equivale também à premissa de que qualquer tipo de satisfação puramente inconsciente provavelmente é sentido como desprazer ao nível do eu. Isso ocorre na medida em que a dinâmica da libido é um modo de excitação, compreendido como energia sexual ou pulsão de vida, investido na busca de objetos e a serviço do princípio do prazer e da realidade, visando em última medida a autopreservação (Freud, 1925/1996).

Em um primeiro momento da obra de Freud (1915/1996), a teoria das pulsões foi pautada no princípio de que a fonte dos conflitos neuróticos partia do embate entre pulsão de autopreservação ou do eu e as pulsões sexuais, direcionadas aos objetos e à propagação da espécie. Contudo, o próprio autor admitiu que essa teoria era apenas uma suposição e não representava integralmente a complexidade dos conflitos psíquicos, servindo apenas provisoriamente até que evidências clínicas pudessem contestá-la.

Todavia, em *Além do Princípio de Prazer* (1920/1996), Freud admitiu a existência de conteúdos pulsionais que operam para além do princípio do prazer, que levam à repetição, à estagnação e em última instância à redução total de estímulos orgânicos. A esse fenômeno o autor atribuiu o conceito de pulsão de morte. O empreendimento dessa pulsão teria como destino a descarga, a eliminação completa das tensões, ou seja, a morte. Logo, o funcionamento fisiológico não teria em sua origem o impulso à mudança, pois estaria condenado a buscar sempre estados anteriores. O impulso à mudança e ao progresso seria, portanto, uma tendência enganadora (Freud, 1920/1996).

Em *O Eu e o Id* (1923/1996), Freud descreve que a pulsão de vida visa encontrar meios de autopreservação diante do impulso à morte presente na pulsão à qual se opõe. Uma das formas que ela encontra para esse fim é escoar ou deslocar para o mundo externo

a pulsão de morte para impedir o auto-aniquilamento. Desse modo, muito da pulsão mortífera é direcionada para fora como impulso à destruição.

Para Freud (1930/1996), a constatação da pulsão de morte melhorou o entendimento sobre o sadismo e o masoquismo, metas ativas ou passivas da pulsão de morte, que, portanto, independem da pulsão sexual, mas podem unir-se a ela em etapas primárias. O autor considerou também que o masoquismo e o sadismo são meios de satisfação que o eu não reconhece em si mesmo.

No texto *O Mal-estar na civilização* (1930/1996), Freud identificou na culpa o recalçamento de tendências agressivas. A título de exemplo, o recalçamento da libido produziria o sintoma, não culpa. A culpa é da ordem de recalçamento das pulsões mortíferas. Uma espécie de destino pulsional relativo ao retorno à própria pessoa. Como a pulsão agressiva é inibida em sua meta, ela retorna para o eu em forma de culpa.

As ilustrações de Freud acerca da pulsão de morte serviram como base para que Lacan desenvolvesse a concepção de gozo. No entanto, gozo e pulsão de morte são conceitos que se assemelham, mas não são necessariamente equivalentes (Leader, 2023).

O gozo pode ser definido como uma manifestação pulsional que está para além do princípio do prazer e é destituído de sentido. É próprio do gozo a não produção de sentidos, ele consiste no retorno a um estado primário, de objetualização e alienação total do Outro. Daí, o que resta ao sujeito é apenas caber-se ou fazer-se objeto (Poli, 2007).

De acordo com Lacan (1975/1985), o gozo está intrinsecamente relacionado a uma condição em que o sujeito se vê penhorado ao Outro, o que resultaria na impossibilidade de uma resposta singular. Mesmo que atravessado por experiências travestidas de cuidado, proteção, agressividade ou senso moral, trata-se de uma relação com o Outro em que a subjetividade é silenciada.

Uma outra consideração sobre o gozo é, que segundo Lacan, o objeto do gozo é efeito de uma incidência do corpo submetido à linguagem, com a catexia dos objetos, ao que o autor nomeia de objetos a, situados nas bordas do corpo. O corpo é introduzido na economia do gozo através da imagem que dá consistência ao corpo (Leader, 2023).

Em outras palavras, o gozo é citado também como efeito do atravessamento da linguagem, que, sob a cadeia significante, direciona o gozo como base simbólica. Isso está relacionado com a concepção de letra na teia de significantes. A letra é justamente o quantum do real que está contido na linguagem (Lacan, 1957-58/1998).

De acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, com a inscrição dos significantes e, portanto, do discurso que provém do Outro, ocorre uma perda de gozo a

partir dessa cadeia simbólica que concede significantes. É o que permite a erotização das pulsões, pois através do simbólico é possível a plasticidade pulsional para alvos objetivos.

Entretanto, as insígnias provindas do Outro comportam em cada elemento significante a inscrição de uma letra, uma vez que os falantes são inscritos no pacto simbólico. A letra, segundo Lacan, é a incidência do real na linguagem, é o elemento que demarca a diferenciação dos significantes e por meio dele a cadeia significante desliza. A letra é aquilo que resiste à significação no sistema simbólico (Lacan, 1957-58/1998).

Em síntese, a letra é o fenômeno que produz automatismo, a compulsão à repetição, é a presença da pulsão na linguagem traduzida em limites ao sistema simbólico, visto que os recursos imaginários e simbólicos não são suficientes para tamponar o real por completo (Poli, 2007). A propriedade da letra tem o valor de representar a operação da castração simbólica, à medida em que demarca a ausência de ao menos um significante, um furo no Outro da linguagem. Essa constituição da falta é necessária para a significação e para que, por meio dela, o desejo possa advir.

Em retomada à discussão sobre o gozo, Lacan o descreve como uma agressividade insondável ou crueldade existente em nós que é para além do princípio do prazer e que está articulada à coisa. O autor faz menção à *coisa* como um furo real introduzido na dimensão significante (Lacan, 1959-60/1997).

Com isso, para Lacan, a coisa ou *das ding* é um contato excessivamente próximo com esse furo real ou uma experiência de ausência insuportável, que ao mesmo tempo não pode ser apreendida ou representada de modo imediato (Lacan, 1959-60/1998). Dito de outro modo, é um excesso de excitação que ultrapassa os recursos simbólicos e imaginários, bem como os mecanismos de recalque, e que provavelmente culmina em condições de angústia e/ou em manifestações que rompem com os pactos civilizatórios.

Em termos topológicos, Lacan pontuou que a coisa pode ser conceituada como a presença de um vazio na rede de significantes. Faz-se, assim, diálogo com a função da letra, mas esse espaço vazio da coisa pode encarnar qualquer sensação atrelada a uma experiência de separação, tanto individual quanto cultural, no sentido de que as diferentes imagens de um além se modificam historicamente (Lacan, 1959-60/1997).

A coisa se articula com o gozo, uma vez que remete a um vazio pelo qual gera atração e ao mesmo tempo repulsa, um campo inacessível em que são projetadas imagens de pavor, ausência ou até mesmo prazer extremo, tendo como equivalente sua qualidade absoluta (Leader, 2023). Ainda no seminário sobre *A Ética da Psicanálise* (1960/1998), Lacan traz contribuições sobre o conceito de gozo, com a proposta de que o gozo está

diretamente atrelado com o objeto a e a coisa. Ele sugere também que o gozo é aquilo que precisa ser destituído, o sujeito precisa se abdicar do próprio gozo tanto quanto do gozo dos seus semelhantes. Configura-se aí um impasse sobre o sujeito neurótico, na medida em que este não sabe onde goza, mas seu cálculo neurótico está intimamente articulado à sua economia e a satisfação de um gozo.

A coisa, segundo Lacan, ressalta essa dimensão de um lugar tal no espaço das representações em que tudo que ali ocupa pode assumir o peso da coisa sem se equivaler a ela. A título de exemplo, a busca por justiça ou a defesa de uma lei, de maneira que seja elevada a um status absoluto ou extremo, como se não fosse possível ponderar com essas leis ou demandas, pois não há diálogo ou mediação. A ausência de resposta também é condição análoga à coisa (Leader, 2023).

Em outras contribuições do seminário *A Ética da Psicanálise*, Lacan descreve que o gozo é a satisfação propriamente de uma pulsão. Assim, a agressão e a crueldade seriam meios de satisfação pulsional. Ainda que a pulsão possa remeter ao gozo, não é equivalente (Lacan, 1960/1998). É importante considerar também que, segundo Lacan, há modalidades de gozo que são acessadas pela fantasia, elas atuam como uma espécie de barreira contra a coisa traumática. Para o autor, é um processo dialético, tal qual uma lógica kantiana de objeto positivo, relativo a uma condição de ausência, e negativo, como limite ou ponto virtual (Leader, 1959-60/1998).

A compreensão do gozo enquanto uma satisfação privada tende a ser, idiossincrática ou compartilhada, uma espécie de gozo que já foi escoado pelas operações da fantasia e com isso negativado ou restrito em um padrão *sinthomático* – diferentemente de uma condição essencialmente gozosa, semelhante ao extremo ou ausente de limites (Leader, 2023). De acordo com Lacan (1958), a fantasia fundamental é constituída como efeito do recalque primário, a partir da inserção do falante no pacto simbólico. Compreende-se a fantasia como elemento imaginário aprisionado no significante. Segundo Jorge (2010), a fantasia é a articulação entre inconsciente e pulsão, que em síntese é a ligação entre o simbólico e o real, sua função é de mediatizar a aproximação do sujeito com o real, o que tange a impossibilidade, o traumático e o irrepresentável. A fantasia é um importante recurso que impede a forclusão psicótica.

Quanto ao matema da fantasia,  $\$ \diamond a$ , ele pode ser traduzido como o sujeito realiza sem realizar a sua entrega ao Outro na condição de objeto. Nela estão contidos dois pólos em articulação, um inconsciente e outro pulsional. O inconsciente é o polo atrelado ao sujeito barrado e efeito da linguagem. O outro é o polo do mais-de-gozar, é a inscrição

do gozo, que antes era um gozo absoluto, destrutivo, mas que a partir da fantasia adquire um caráter filtrado e limitado. Lacan nomeou esse gozo de gozo fálico, que é o gozo pela linguagem e coordenado pelo falo (Jorge, 2010).

Na dinâmica da fantasia, o desejo e o perigo se entrelaçam, visto que o perigo consistiria numa aproximação exagerada com o objeto. O desejo, por sua vez, seria um recurso defensivo contra tal aproximação. Nessa medida, o perigo entra em cena quando o desejo não é nutrido ou quando a localização do objeto é alterada (Leader, 2023).

Conforme a lógica da fantasia, há uma dinâmica de contradições correspondente à articulação do desejo com o perigo, de acordo com seu matema. A construção da fantasia se une num embate de pólos opostos que se traduz num esforço de reorganização e destruição, de preservar e repelir, de restringir e reparar, de possuir e ser castigado. Essa união se dá conforme a bidirecionalidade do losângulo na fantasia, em que forças opostas dão provas da satisfação de um gozo (Leader, 2023).

É prevalente na fantasia uma espécie de dilema estrutural que constantemente busca gerar uma solução em termos de completude, visto que toda fantasia é fantasia de completude, mas sempre fracassa e, portanto, cria um ciclo de reatualização de cenas de uma trama erótica que se estende para vínculos eróticos posteriores (Lacan, 2016/1959). Todavia, na medida em que o prazer ganha intensidade e a fantasia chega próximo demais, ocorre a passagem da condição de prazer para o gozo; o que até então era uma sensação de prazer se converte em dor (Leader, 2023).

Outra contribuição sobre gozo em Lacan consiste no princípio de que o gozo está atrelado a algo que fica acima da própria vida ou que se imponha sobre ela. Como um prazer que seja mais forte que a própria vida ou uma fidelidade a uma lei ou família acima da própria existência (Leader, 2023). Nos estudos sobre o gozo, Lacan insere uma perspectiva criacionista acerca da pulsão de morte, uma vez que tenta articular a pulsão mortífera como o ponto pelo qual o sujeito emerge, como aquilo que falta à cadeia significante. A aniquilação de algo seria então o ponto de partida para a criação. Tornando possível constatar uma ligação do sujeito com a dor e a morte (Leader, 2023).

No conjunto de sua extensa obra, Lacan conclui em sua última teoria a respeito do gozo que este é resultado da linguagem e do caráter ambivalente das palavras. O significante não é o que reprime a condição de gozo, mas sim a sua causa, visto que, se anteriormente a cadeia significante era considerada uma teia de filtragem do gozo do corpo, fica claro que o significante é a causa do gozo (Lacan, 1985/1975).

Uma síntese sobre o gozo na teoria de Lacan abre espaço para compreender as vias econômicas da pulsão, com destaque para o fato de que o gozo permite uma saída mais econômica ao psiquismo, pois nele está inserido uma relação intrínseca com uma satisfação estranha ao princípio do prazer e que está situada justamente num para além do princípio do prazer, a partir de um imperativo de satisfação que não faz laço objetual. Em última análise, na satisfação do gozo não há margem para o desejo como questão, nem mesmo a relação com a falta subjetivante que evoca uma ação; o que está em cena é um imperativo pelo qual o sujeito não comparece (Maurano, 2021).

#### **4.2. Modalidades de gozo no masculino**

No seminário *Mais, ainda* (1973), é possível identificar que o gozo possui inúmeras modalidades com propriedades específicas, sendo elas: gozo da imagem corporal, gozo fálico, gozo do Outro, gozo Outro, gozo excedente, gozo de sentido, gozo do ser, gozo da vida, gozo do corpo (Lacan, 1975/1985). Em especial, neste estudo serão enfatizadas as modalidades de gozo que se entrelaçam com o discurso da masculinidade heteronormativa hegemônica, bem como suas consequências e o que determina ou sustenta essas modalidades de gozo.

A masculinidade dentro de uma normativa social seria constituída através de um modo de gozo fálico, juntamente com o reconhecimento social de um lugar de universalidade na cultura ocidental (Lacan, 1975/1985), uma vez que o gozo comporta algo de universal. No caso da masculinidade, é aquilo que configura também parte do semblante masculino de modo estrutural.

Todavia, a lógica apresentada na tábua da sexuação de Lacan permite compreender que, conforme discutido no capítulo anterior, o gozo fálico não é limitado à posição masculina heterossexual hegemônica. É um gozo que pode transitar entre aqueles que estão inseridos no laço social de maneiras mais distintas e que não estão submetidos a uma condição anatômica dotada de pênis ou que supostamente possuam falo (Lacan, 1975/1985).

Segundo Leader (2023), a apropriação dos significantes que convertem a cria do homem em ser falante é efeito da inscrição fálica. Assim os sujeitos são inseridos na dimensão simbólica, que concebe as diferenças. Contudo, a maneira como cada um lida com a inscrição fálica e também com aquilo que é concebido como falta dessa inscrição determinará o modo como o sujeito responderá às exigências da vida no que tange ao laço

social, ao trabalho, às relações amorosas etc. Nessa medida, a constituição do gozo fálico sofre influências de como o sujeito apreende a metáfora paterna, em sua multiplicidade, através deste significante mestre que funciona como uma âncora para o sujeito diante da cadeia de significantes e seu deslizamento (Leader, 2023).

O gozo fálico está submetido às operações fantasmáticas a partir da linguagem, que visa o sentido. Essa instância de gozo é um meio de satisfação limitada, seja em sua própria representação de falo, seja em uma parte localizada na imagem corporal do Outro, potencialmente como uma forma de manifestação do objeto a, seja também em semblantes fálicos do meio social, que concederia ao sujeito um falso poder enquanto  $[\Phi]$  (Leader, 2023).

Com isso, a ilusão de deter o gozo para si, através de um instrumento ou artifício que estima potência, é o que pode proporcionar para o sujeito uma falsa sensação de completude, de um corpo fechado, sob a bússola fálica extraída do imaginário corporal. É uma vertente de gozo fundada pelo limite da castração; o gozo fálico está sempre diante da esfera da castração em sua normativa, seja para submeter-se ou se opor a ela. A satisfação pulsional que ela proporciona parte da referência de um limite fálico ou daquilo que potencialmente ultrapasse este limite (Poli, 2007).

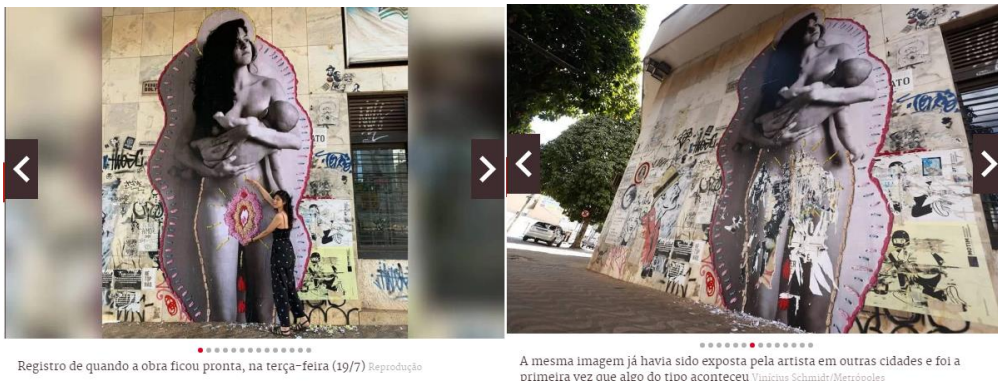
No seminário *Mais, ainda* (1975) Lacan faz menção a uma dualidade de gozo entre gozo Outro e gozo do Outro, mas o autor não deixa esclarecimentos necessários para fundamentar tal distinção por completo. O gozo do Outro seria uma modalidade atrelada ao masculino e o Gozo Outro (gozo místico), para além da linguagem, estaria atrelado ao feminino. Todavia, Maurano (2021) apresenta uma leitura de que o gozo do Outro está implícito em uma experiência de satisfação intrusiva e brutal para com o Outro, representado como alteridade invasora e imperiosa.

Para Maurano (2021), a dualidade gozo Outro e gozo do Outro é o pressuposto lógico que Lacan utilizou com intenção de construir significações sobre fenômenos que são do registro do real. No seminário *A lógica da fantasia* (1966), Lacan dá indicativos de que há uma correlação entre o gozo do ser e o gozo do Outro, situado no cruzamento entre o imaginário e o real, sem a intervenção do simbólico, com ênfase na intervenção do real sobre o imaginário.

Para Maurano (2021), essa consequência faz correlação com a angústia insuportável ou também ao que Freud nomeou de estranho. Isso propõe que o gozo do Outro não faz relação somente com a experiência de enlouquecimento, mas também com aspectos clínicos e sociais. À medida em que o real emerge sem qualquer escoamento, o

psiquismo pode vivenciá-lo como uma intrusão imperiosa de uma alteridade imponente, por onde a subjetividade é tragada pelo Outro, é a intrusão do gozo do Outro. É daí que se torna possível pensar na problemática social da violência contra a mulher, contra gays, travestis etc. Essa violência comparece tanto culturalmente quanto subjetivamente, seria possivelmente a representação da diferença sexual, diante de uma alteridade radical que dá notícias de um gozo que não se submete a norma fálica, apreendida como intrusiva e ameaçadora a estrutura masculina.

Em 19 de julho de 2022, segundo o site de notícias Metrôpoles (2022), uma obra de arte feminista, da autoria de Bruna Alcântara, foi destruída 12 horas após sua apresentação no centro de Goiânia. Conforme explicitado nas imagens abaixo:



Curioso que a apresentação artística retrata tanto a maternidade quanto a expressão da sexualidade feminina, que inclusive tende a ser dividida socialmente. A imagem da mãe tende a reprimir a sexualidade da mulher, contudo, essa sexualidade acusaria a sua falta? Ela não pode faltar como mulher ou mãe? Na arte exposta, o que foi vandalizado e aniquilado da imagem é justamente aquilo que simbolicamente expressaria essa sexualidade que escancara a radicalidade da diferença sexual, reduzindo a mulher a um objeto de gozo. Em outras palavras, é a aniquilação da subjetividade, parece que há nesse ato de vandalismo uma mensagem implícita, de que muitas funções podem caber a mulher, menos o lugar de sujeito. Na dimensão psíquica, esse fator acusa a negação da diferença sexual, nega aquilo que diz respeito à castração, ou seja, a impossibilidade da relação sexual. Como também é negado a existência de um gozo outro. É uma masculinidade que atravessa as operações de privação, mas que nega a todo custo a castração.

Nessa medida, os atos de violência contra as mulheres por parte de uma masculinidade heteronormativa hegemônica não são pensados de modo isolado ou

idiossincrático, ainda que possam caber aspectos subjetivos, mas sim com base na prerrogativa do horror à castração e horror à diferença. Esse semblante de masculinidade confere uma condição de maior angústia, apreendida como ameaça, ameaça à própria estrutura viril diante da diferença sentida como intrusiva. Assim, a violência contra a mulher sugere a presentificação de um gozo do Outro, quando essa condição masculina se vê impossibilitada de uma restituição fálica ou de uma ilusão de completude e reage contra a mulher e aquilo que ela representa enquanto alteridade radical.

Outro dado preocupante sobre o estado de Goiás é o crescimento do feminicídio em 121,4% nos últimos quatro anos. Este recorde é comparado com os índices do primeiro semestre de 2019 e 2022. Pesquisadores avaliaram que, de início, a pandemia de covid-19 obrigou as vítimas a se aproximarem dos agressores por mais tempo, o que contribuiu com a alta. Mas estes fatores não são suficientes para explicar o aumento desses fenômenos hoje, uma vez que desde 2021 os dados de feminicídio cresceram consecutivamente a cada ano (O Popular, 2022).

Goiás está em 7º no ranking de estados com maior número de feminicídios no país. Conforme pesquisas nacionais, os agressores são em grande maioria companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Um possível fator facilitador são as condições em que comumente essas vítimas se encontram nessas relações, ou seja, de vulnerabilidade pela dependência de seus agressores, vendo-se, portanto, presas a eles (O Popular, 2022). É provável que essas condutas violentas estejam intimamente atreladas com a lógica de dominação masculina, que confunde vínculo amoroso com uma relação de poder em que a dominação precisa ser exercida. Quando esse ideal não é sustentado, esse semblante de masculinidade se vê ameaçado e responde com violência.

Alguns dados apresentados pelo Atlas da Violência podem servir para uma discussão mais coerente com essa dinâmica de gozo no cenário contemporâneo a nível nacional. Ainda que o feminicídio seja tomado como problemática social pela legislação brasileira, não há atestados de óbitos produzidos pelo sistema de saúde com base nessa categoria, visto que a jurisprudência cabe apenas às instituições do sistema de justiça criminal. Mas se, por um lado, a literatura internacional indica que assassinatos contra mulheres ocorridos dentro de casa são causados em grande maioria por pessoas próximas da vítima, os casos constatados de assassinatos contra mulheres dentro de residências foram utilizados como estimativas de feminicídios (IPEA, 2021).

O relatório institucional do IPEA de 2021 apresentou dados pertinentes para a discussão sobre o feminicídio no âmbito nacional, conforme consta a seguir:

Em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas. Este percentual é próximo da proporção de feminicídios em relação ao total de homicídios femininos registrados pelas Polícias Cíveis no mesmo ano. Segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020”, 35,5% das mulheres que sofreram homicídios dolosos em 2019 foram vítimas de feminicídios (FBSP, 2020). No entanto, o mesmo Anuário aponta que, entre 2018 e 2019, a taxa de feminicídios por 100 mil mulheres cresceu 7,1%; enquanto este Atlas indica que a taxa de homicídios femininos dentro das residências diminuiu 10,2% no mesmo período. Esta divergência contribui para corroborar a hipótese da subnotificação dos homicídios registrados pelo sistema de saúde em 2019 relacionado ao incremento das MVCI (IPEA, 2021, p. 41).

Entretanto, os dados colhidos de 2009 a 2019 demonstram que se, por um lado, houve o aumento de 10,6% nos assassinatos de mulheres nas residências, por outro lado, os casos em que ocorreram o mesmo crime fora das residências tiveram uma diminuição de 20,6% na mesma época, o que sugere um aumento da violência doméstica (IPEA, 2021).

Segundo a notícia publicada pelo site da Carta Capital, o Brasil apresentou o índice de 1410 casos de feminicídio no ano de 2022. É uma média alarmante o dado de que a cada 6 horas uma mulher é assassinada no Brasil por ser mulher. Estes dados foram registrados pelo Monitor da Violência do portal G1 e do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Houve um crescimento de 5% se comparado ao ano de 2021, o que significa que é o maior registro de feminicídios desde que a lei de feminicídio entrou em vigor, em 2015 (Carta Capital, 2023). De acordo com a legislação brasileira, o feminicídio deixou de ser um tipo comum de homicídio e passou a ser homicídio qualificado, sendo incluído na lista de crimes hediondos, com penas de reclusão que vão de 12 a 30 anos de prisão (Carta Capital, 2023).

Feminicídio foi um termo utilizado pela primeira vez na década de 1970, por Diana Russello, no intuito de chamar atenção e denunciar a discriminação, a violência e as desigualdades sofridas pelas mulheres, que em casos extremos chegam a tirar a própria vida (Bittencourth, Silva e Abreu, 2018). No geral, esse tipo de homicídio não acontece de forma acidental, isolada ou espontânea, é causado por situações constantes de violência, tendo como fonte a misoginia e caracterizando-se por atos de violência sem limites.

Vale lembrar que durante a década de 70, no âmbito nacional, não havia legitimidade para casos de violência contra as mulheres. Não havia para elas voz e nem quem as escutasse, elas morriam em silêncio, visto que eram casos considerados de limpeza da honra masculina ou de ordem particular, num silêncio social consentido, da ordem do segredo. Somente com insistentes denúncias de movimentos feministas os gritos dessas mulheres ganharam visibilidade. Contudo, o que mais ganhou notoriedade para o âmbito social de início não foram os casos que marcavam e mutilavam o corpo das mulheres, não foram os casos de homicídios em classes populares. O que chamou atenção da imprensa e da opinião pública naquela época foram os homicídios de mulheres de classe média e alta cometidos por seus maridos (Grossi, 1994).

É fato que o homicídio de mulheres sempre ocorreu, no entanto não havia um entendimento comum dessa ação hedionda de assassinar uma mulher pela condição de ser mulher. Ou seja, a mulher é morta pelo modo como se veste, por deixar de ser submissa ao marido, por não arrumar a casa ou por que quis se separar e constituiu outro relacionamento. Com isso em vista, foi necessária uma nova lei para que todas essas circunstâncias configurassem um crime hediondo (Bittencourth, Silva e Abreu, 2018).

De acordo com Romero (2014), o homicídio de mulheres devido ao seu gênero, segundo a doutrina jurídica pautada na lei n.º 13.104/2015, leva em conta que o feminicídio pode ser subdividido em três categorias: I - Feminicídio Íntimo, em que há um vínculo afetivo ou vínculo de parentesco do agressor para com a vítima; II - Feminicídio Por Conexão, circunstância em que uma mulher é assassinada por um homem ao tentar impedir a morte de outra mulher; III - Feminicídio Não Íntimo, aquele que não tem vínculo afetivo ou vínculo de parentesco com a vítima.

Contudo, o assassinato de mulheres é apenas uma expressão última de casos rotineiros de violência que são muito maiores. O feminicídio é apenas um significante como resultado de uma experiência escalada que demarca um ponto final de uma história de violências. Em outras palavras, é a manifestação extrema do horror à castração, travestido de horror ao feminino, que pode operar na mesma medida com o público LGBTQIA+. Essa manifestação parte de uma visão social androcêntrica sobre o feminino como o contrário do masculino. Por uma síntese equivocada do feminino como passividade, a masculinidade, diante de circunstâncias em que se percebe vulnerável, é relançada à condição de ameaça à castração e com isso elege defesas destrutivas e autodestrutivas. No eixo de violência que parte de homens contra as mulheres, o cerne de significação sugere a articulação de uma relação de posse, de controlar, possuir ou perder,

sendo inconcebível que essas mulheres desejem algo que não sejam eles mesmos (Machado, 1998).

Quanto a casos de violência sexual, segundo o levantamento realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil tem uma média de 822 mil casos de estupro por ano, dois casos por minuto, predominantemente sofrido por mulheres. Este estudo tomou como base dados de 2009 a 2019, e considerou também a diferença de idades, com os maiores índices se concentrando na faixa entre 4 e 19 anos, com ápice nos 13 anos de idade (IPEA, 2023). Da relação entre os agressores e as vítimas, foram identificados quatro grupos principais: os parceiros, ex-parceiros, familiares (sem relação entre parceiros), amigos/conhecidos e desconhecidos (IPEA, 2023). Com base na estimativa apresentada, o IPEA buscou calcular a proporção média de casos de estupro que não são denunciados ou identificados pelas autoridades, tampouco pelos sistemas de saúde. Constatou-se que, destes 822 mil casos anuais, somente 8,5% chegam ao conhecimento das autoridades, e que 4,2% são identificados pelo sistema de saúde (IPEA, 2023).

Bourdieu reconhece que atos de abuso sexual não necessariamente tem como único intuito a posse sexual do corpo do outro, mas, por meio da posse, há uma busca de afirmação do ato de dominação viril (2007). A partir da teoria lacaniana é possível compreender tais fenômenos como buscas de satisfação de uma fantasia de gozo viril, que busca encenar a ilusão de imponência fálica desde sempre perdida. Essa fantasia visa a dominação do outro feminino de forma irrestrita como objeto de um gozo sádico, o que não diz respeito à satisfação erótica, mas muito mais sádica e primariamente narcísica.

Todavia, o semblante de uma masculinidade viril é algo que precisa ser validado por outros homens, em sua agressividade explícita ou potencial, para ser avaliado e reconhecido como meio de fazer parte de um grupo de "homens de verdade". De acordo com Bourdieu (2007), vários rituais são realizados com o fim da validação masculina, tanto escolares como também militares. São exercícios em que a masculinidade é colocada à prova, com o objetivo de fortalecer a cumplicidade viril. Tal cumplicidade é bem observada em casos de estupros coletivos, que é uma variante violenta das idas em bordéis praticada por adolescentes burgueses, na intenção de afirmação para o grupo da própria virilidade através da violência. Leader (2023) sugere que o ato de uso ou abuso partilhado das mulheres com outros homens têm a importância de unificar os homens, muito provavelmente como um meio de deslocamento dos interesses homossexuais.

Outra modalidade análoga de gozo, segundo Lacan, é o gozo do pai primevo, apresentado no seminário sobre *A ética em Psicanálise* (1959-60/1997). Esse gozo faz menção ao pai da horda, que gozava de acesso a todas as mulheres, excluindo os filhos do grupo para evitar uma rebelião e detendo poder irrestrito sobre a horda. Consequentemente, porém, ele é morto por seus filhos homens, que então restringem uns aos outros de assumirem o lugar desse pai. Para o autor, o gozo desse pai perdura como ponto mítico insondável.

Todavia, as representações desse pai que goza de modo irrestrito comparecem, de tempos em tempos, nas dinâmicas do laço social, nos meios de comunicação, e ainda constitui um poderoso vislumbre (Leader, 2023). No discurso contemporâneo, as representações de um pai que goza de modo irrestrito são demonstradas, sobretudo na masculinidade, de inúmeras formas. A exemplo observa-se o estatuto de bilionário, que permite poder material, influência social e, em última instância, se traduz como um meio de mascarar a castração.

Outra expressão de poder se daria pelos meios de comunicação. Atualmente, a expressão do pai que goza está mais presente naquele que desfruta dos dados do que aqueles que desfrutam das mulheres. Homens como Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Bill Gates e Elon Musk, entre outros, parecem se colocar como protetores e donos de um harém onde estão contidos os dados de mulheres e consumidores, dos quais eles podem explorar e gozar. No atual contexto, os dados virtuais de alguém também são expressão de valor pessoal que pode ser furtado e explorado pelo outro, portando, assim, valor sexual (Leader, 2023).

Entretanto, ainda há demonstrações mais evidentes de abuso de mulheres por aqueles que alcançam alguma posição dita "fálica" na sociedade. É o caso do empresário Saul Klein, filho do dono da rede varejista Casas Bahia, que foi condenado a pagar o valor de R\$ 30 milhões de indenização pelas acusações de tráfico e aliciamento de mulheres para fins sexuais e exploração de trabalho análogo à escravidão. Essa é uma prática que foi passada de pai para filho (Brasil de Fato, 2023).

O caso de João de Deus é outra representação de um líder patriarcal que goza das mulheres por meio do seu poder. O médium do município de Abadiânia (GO) foi denunciado por estupro de vulnerável, com um número de vítimas que, segundo a denúncia apresentada ao Ministério Público de Goiás, foi estimado em mais de 50 mulheres (CNN Brasil, 2021).

Não é incomum que símbolos de autoridade, sobretudo de uma autoridade masculina, exerçam algum abuso de poder com pessoas que estão vulneráveis à sua influência, na maioria das vezes mulheres. Casos de esposas e filhas que são mantidas em cativeiros por anos dentro de casa têm ganhado destaque nos jornais nacionais e internacionais todos os anos. Mesmo que tais práticas sejam moralmente e até judicialmente condenáveis, parece haver um empuxo a um gozo que reencena uma experiência mítica de onipotência e dominação acima de qualquer limite ético, ideológico e de humanidade sobre o outro, quando se articula virilidade e autoridade, não necessariamente submetido a uma lei, mas como portador da própria lei.

No entanto, experiências de abuso sexual não necessariamente configuram uma regra nessa questão, uma vez que há práticas de dominação e poder que são socialmente aceitas. Casos de artistas que após uma apresentação escolhem a dedo com quais fãs eles terão relações sexuais, por exemplo, são geralmente tidos como casos consentidos. Outro exemplo é a experiência de burgueses que contratam prostitutas para satisfazer seus interesses sexuais, o que chega a ser considerado parte da cultura masculina em circunstâncias de despedida de solteiro, comemoração entre amigos e como alguma forma de iniciação masculina na juventude.

Há uma questão que circunda esses fenômenos contemporâneos, de um discurso que incide como uma expectativa para o homem de que ele seja o detentor ou representante da lei. Entretanto, esse discurso não enoda uma condição e uma imagem violenta de poder? Para Machado (1998), a construção cultural da masculinidade sugere transitar entre relações tênues, porém não muito claras, de detentor da lei simbólica, produtor autoritário da lei, portador do poder e agente da violência.

#### **4. 3. Virilidade e Dominação – O gozo do idiota**

Para Bourdieu (2007), a lógica da virilidade é intrínseca à violência, o que se desdobra em exercícios de dominação em inúmeras esferas, sobretudo no que tange ao laço social, em termo de convívio social. Numa sociedade androcêntrica, a socialização das mulheres pode passar até por condições de submissão, anulação pessoal e resignação. Contudo, os homens também são assujeitados nesse discurso, sem sequer reconhecerem a própria alienação diante de um ideal viril dominante.

Tornar-se homem é um ideal, um dever-ser, que gira em torno de uma órbita de virilidade, alçada como uma virtude. Adjetivos como nobreza, honra e bravura são

atributos de valor que precisam ser socialmente validados. São aspectos intangíveis que se desdobram em atributos imaginários, tais como exigências com o corpo, de um modelo de conduta e compostura, de determinadas atitudes, de corpo esbelto, de cabeça erguida, obedecendo a um conjunto de crenças que lideram um homem de virtude (Bourdieu, 2007).

Acrescenta-se que a busca masculina pela exibição fálica está articulada à sociedade do consumismo, que também induz o homem a almejar, por exemplo, carros ou motos potentes, portes de armas (disseminado em grande parte entre o público de extrema direita), som automotivo e outros possíveis instrumentos, de acordo com a cultura, que sirvam para uma reafirmação fálica. Não surpreende que várias propagandas de automóveis relacionem a imagem de homens viris e bem-sucedidos com carros esportivos. Outras propagandas podem ser ainda mais apelativas, quando inserem mulheres sensuais juntamente com esses homens ou associadas aos veículos, o que simbolicamente sugere que o consumo desses produtos atrairia também lindas mulheres. Em publicidades relacionadas a esses segmentos, o machismo parece ser a regra.

Uma matéria emitida pela BBC News Brasil no canal Youtube revelou que a cirurgia estética de alongamento dos ossos das pernas tem ganhado popularidade entre os homens e está cada vez mais frequente, homens de todo o mundo têm buscado esse procedimento com o objetivo de ficarem mais altos. É um procedimento extremamente arriscado, doloroso e caro. É um risco de nível moderado a alto; sua reabilitação é demorada, de 4 a 6 meses, com relatos de pacientes que fizeram a cirurgia e tiveram artrite reumatoide precoce. Outros pacientes chegaram a perder o emprego por conta da reabilitação extensa e suas rendas caíram significativamente. Mas para muitos homens, os riscos valem a pena em vista dos benefícios (2020). Um paciente que passou pela cirurgia relatou à reportagem que antes sofria de grande desconforto por não acreditar que seria possível se relacionar com mulheres maiores do que ele. Esse fator afetava, segundo ele, sua autoestima, pois sentia que nenhuma mulher se interessaria por um homem de estatura abaixo da média (BBC News, 2020).

Outro dado semelhante é da grande procura do público masculino por esteróides e anabolizantes, pois o culto ao corpo e a importância que é atribuída à estética corporal não se limita apenas às mulheres. Um estudo de Oliveira e Neto (2018) apresentou uma pesquisa por amostragem realizada com um grupo de 70 desportistas recreativos com a idade até 35 anos. Destes atletas, 50% faziam uso de esteróides anabolizantes, 51,4 % eram homens e 48%,6 de mulheres. Embora o estudo demonstrou que esse fenômeno é

equivalente em ambos os sexos, é uma prática ainda majoritariamente presente em atletas homens.

Os benefícios da masculinidade numa cultura androcêntrica são também armadilhas com consequências de tensão e relutância constante, que chegam ao extremo, pois pressionam os homens a um imperativo de ter que afirmar, em qualquer contexto, a sua virilidade (Bourdieu, 2007). Segundo Kimmel, na medida em que a masculinidade é construída por meio da validade social, é exigido dela provações constantes, a partir de uma lei principal e unificadora, considerada também como condição mais exaustiva. Independentemente da classe, raça, idade, orientação ou etnia, o atributo central da masculinidade consiste em não ser como uma mulher. Portanto, o repúdio à feminilidade está na base da história e conduta atual da masculinidade (Baére e Zanello, 2020).

É evidente que a conduta sexual masculina é simbolizada pela potência, dominação e poder. A imagem do penetrador, enquanto posição ativa, é extremamente valorizada, bem como a depreciação de quem é penetrado enquanto passividade. O resultado disso é que o imaginário do feminino é compreendido como um campo a ser possuído, dominado por esses masculinos penetradores, e nessa mesma medida são associados também aos homossexuais como feminino e passivo. Estes, por se relacionarem com homens, são considerados como os que abrem mão da própria masculinidade. Destarte, mesmo que a masculinidade encontre na sociedade mais favorecimento em relação ao feminino, a não correspondência aos atributos de virilidade coloca esses homens em posições de inferioridade (Baére e Zanello, 2020).

Na celebração do 7 de setembro na Esplanada dos Ministérios, localizada na capital do Brasil (Brasília-DF), no ano de 2022, o chefe máximo do Estado brasileiro puxou um coro de "imbrochável". Na ocasião, o ex-presidente repetiu a palavra por cinco vezes aos seus apoiadores, ministros e esposa. Essa não é uma palavra identificada no dicionário, mas supõe uma significação de virilidade sexual imperecível. Sugere que a representação da masculinidade deve transmitir justamente um semblante viril inabalável, que não perde, que não cai.

É uma ficção, uma tentativa de mascarar a castração que se sustenta numa reafirmação constante de uma virilidade performada, por meio de uma significação que não pode ter furos. Tal como um publicitário, que diante da forte concorrência de mercado precisa anunciar mais ainda e incessantemente o seu produto, sob a ameaça de perder o seu valor, a virilidade precisa, na mesma lógica, ser constantemente afirmada, do

contrário ela não existirá. Para Lacan (1985/1975), é um gozo fálico masturbatório, qualificado como gozo do idiota.

O autor ilustrou muito bem essa perspectiva quando pontuou que, “na medida em que é viril, um homem é sempre mais ou menos sua própria metáfora. É isso, aliás, que coloca sobre o termo virilidade a sombra de ridículo que, enfim, convém destacar” (Lacan, 1957/1958, p. 201). Essa questão é geradora de um impasse, visto que o semblante viril como uma tentativa de ocultar a falta faz com que, na ausência do real, possa se aproximar inclusive de uma condição paranóica.

Nos estudos sobre a histeria masculina, Joel Dor (1991) pontuou que ela se difere dos ataques histéricos classicamente conhecidos como fenômenos acometidos nas mulheres. Essas últimas foram arduamente abordadas como as grandes crises registradas por Charcot. A crise de histeria masculina está relacionada aos ataques de cólera, paralelamente com crises variantes de expansão ou redução, efeito de uma frustração decorrente do cotidiano. É a descarga psíquica de uma cólera que não pode ser reduzida de outra maneira. No geral, tais ataques histéricos são uma confissão da impotência que é proferida por meio de uma descarga libidinal. Ou seja, atitudes passionais, com demonstração de força e intimidação masculina, podem ser justamente uma expressão de histeria que denuncia um furo nessa performance de virilidade.

Isso desperta a reflexão para o fato de que as explosões de raiva masculina, bem como as atitudes violentas, estão muito mais relacionadas à sua própria fragilidade, quando essa masculinidade se vê ameaçada. Um caso em especial dialoga com essa conclusão, sobre o crime que ocorreu com o ator Victor Menyel que, no dia 02 de setembro de 2023, foi agredido covardemente na entrada do seu prédio residencial por Yuri Moura, julgado posteriormente pelo ocorrido por crime de homofobia. O ato violento ocorreu após Victor ter exposto Yuri Moura como homossexual ou bissexual (CNN, 2023).

Dor (1991) acrescenta ainda que o histérico tende a confundir desejo com virilidade, em decorrência de uma confusão do que é apreendido da demanda feminina. Isso porque o histérico jamais concebe a demanda feminina como direcionada ao desejo de um homem, para ele sempre se trata de uma demanda que coloca à prova sua virilidade. Além disso, não seria possível pensar que protestos masculinos que tem a necessidade de uma imposição viril sobre o outro, seja por meio da violência, de demonstração de força ou qualquer outro modo intimidador, não seriam proporcionais ao protesto infantil,

equivalente ao choro ou pavor de uma criança que não quer lidar com o não diante da frustração?

Não obstante, as modalidades de gozo da masculinidade contemporânea não se amparam em um princípio de discurso capitalista neoliberal, compreendendo o neoliberalismo como representante máximo do discurso do mestre, que tem como base uma lógica de dominação entre senhor e escravo que determina os modos de gozo?

Nas semelhanças apontadas por Lacan entre o mercado do gozo e o mercado capitalista, se há exploração capitalista que corresponde à mais-valia de um lado, na relação entre os sexos o imperativo de gozo também equivale a uma lógica exploratória, como afirmação de poder pela submissão e apropriação do corpo do outro. Assim, o cenário contemporâneo tira de cena a subjetividade e impõe um imperativo superegoíco de gozo de produtividade e consumo (Leader, 2023). Na busca por corresponder atributos de virilidade, o homem também é convocado a um imperativo de gozo que culmina em relações de poder entre os sexos. Essas relações ditam a dinâmica entre os sexos, dividindo-os entre o que tem e o outro que oferece algo de valor; o homem enquanto provedor, consumidor e possuidor do corpo da mulher e a mulher enquanto produto em oferta, cujo corpo é uma moeda de troca.

Por outro lado, a virilidade ideal que simboliza uma aptidão não só reprodutiva, mas sexual e social, é também habilidade para ação e para a violência (com ênfase na vingança ou punição). É, em última análise, um fardo. O “homem de verdade” está encorajado, sem questionar-se, a responder à altura da oportunidade a ele ofertada de mostrar seus valores, honra e virtude no intuito de buscar o sucesso, destaque social e profissional. Contudo, por se tratar de um ideal impossível, é o furo que revela uma grande vulnerabilidade (Bourdieu, 2007).

A partir disso, a masculinidade é forçada a disputas, em especial nos jogos masculinos violentos, ainda presentes na sociedade contemporânea por meio dos esportes, sendo os homens convocados a produzir semblantes de masculinidade a fim de avaliarem e testarem as qualidades viris. São experiências que constantemente carecem de afirmação tanto pelo imperativo de um supereu, que impõe ao masculino que este goze de forma viril e dominante, quanto à intolerância à perda de gozo. Além do mais, no exercício de corresponder ao ideal viril, glorificam guerras e práticas violentas.

Contudo, na atualidade, os significantes viris não se limitam a força, brutalidade e potência. É possível sugerir que os aspectos simbólicos e imaginários socialmente mais difundidos de virilidade assemelham-se a liderança (seja no trabalho ou em relações

interpessoais), imagem de sucesso, racionalidade, segurança e pragmatismo, bem como a semblantes de poder, seja monetário, hierárquico ou intelectual. São demandas culturais impostas com pressão sobre os homens para serem atingidas, até mesmo como aspecto de valor pessoal. Nesse sentido, o sujeito masculino, tomado pelas expectativas sociais impostas, pode confundir virilidade com atributo de valor no que se refere à própria autoestima.

Atitudes reconhecidas como corajosas, seja por autoridades policiais, pelas forças armadas, por delinquentes e até mesmo por grupos de trabalho, como por exemplo em ofícios de construções, tanto encorajam quanto exigem que sujeitos masculinos abram mão de prudências e medidas de segurança. Isso sugeriria um desafio diante do perigo, como meio de exibição de ousadia enquanto prova de valor. Essas condutas têm como efeito inúmeros acidentes, mas são sustentadas pelo sentimento de ameaça de perder a estima e afirmação do grupo ou de serem julgados como afeminados (Bourdieu, 2007).

No entanto, esse imaginário de ato de coragem comporta muito mais a própria covardia. Bourdieu (2007) justifica que a covardia masculina está presente em todas as circunstâncias de atitudes violentas, como matar, torturar ou estuprar, controlar, oprimir ou manipular. São atitudes que se fundamentam pelo medo viril de serem rejeitados pelo universo masculino, universo esse que é visto como invulnerável. São considerados rígidos, buscam ser rígidos, e por fim, são intolerantes com o próprio sofrimento e com o sofrimento dos demais.

Para Déri (2022), os homens ainda assumem, em grande parte, posições de poder na sociedade contemporânea ocidental, mesmo que com mudanças significativas na configuração da estrutura familiar e no mercado de trabalho, pelas quais a mulher ganhou mais destaque e independência. Além do mais, é hegemônico o fato de que o homem permanece ganhando mais do que a mulher, cumprindo os mesmos cargos.

Apesar de muitos avanços das pautas feministas, o mito da virilidade mantém o seu valor estruturante na lei simbólica presente na sociedade atual e, conseqüentemente, é intrínseco ao discurso capitalista. O semblante de masculinidade viril não só tem valor hegemônico, como também opera na nossa sociedade como expectativa social, mesmo numa sociedade que pode ter maior abertura para pautas feministas e que diferentes expressões de sexualidade sejam legitimadas. Inclusive nesses grupos é possível que hajam expectativas de que o homem corresponda a algum traço de virilidade.

Ao que parece, o discurso patriarcal está fundado numa lei simbólica que se limita a uma compreensão ambivalente de masculino e feminino, viril e frágil, bem e mal, alto

e baixo. Segundo Poli (2007), isso é fruto de uma crença monoteísta hegemônica que tem o valor de mito fundador e organizador das relações humanas em torno de uma lógica fálica limitante. Independente dos valores, crenças e a opinião política desse homem, é possível que ideais de virilidade ecoam como cobrança, conflito, culpa, contradição ou imperativo de gozo de forma dominante.

Nessa medida, a expectativa social de que o homem goze de forma viril é também uma contradição, visto que há uma linha muito tênue entre o semblante de protetor, líder, detentor de saber e o agressor. A visão do pai justo é também a de um pai punitivo, que pode ser tanto respeitado quanto temido, conforme é retratado nos preceitos bíblicos do evangelho.

Não por acaso, os dados mais recentes do Atlas da Violência (de 2017 a 2019) demonstraram informações relevantes sobre índices de homicídio, suicídio e acidentes de trânsito, a nível nacional, na comparação entre homens e mulheres (IPEA, 2023). Casos de homicídio em homens, segundo os dados nacionais, apresentaram a taxa de 59,10 (em 2017), 51,66 (em 2018) e 40, 13 (em 2019) para cada 100 mil habitantes. Para mulheres, houve uma taxa de homicídio de 4,69 (em 2017), 4,26 (em 2018) e 3,50 (em 2019) para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2023).

No que toca aos casos de homicídio de homens, as notícias que chamam mais visibilidade pela imprensa estão relacionadas às práticas de institucionalização da violência, como as operações de segurança privada, ações policiais, grupos de extermínio e gangues. Esses crimes ganham mais atenção quando se tratam de vítimas de classe média ou alta. Há também uma banalização do discurso de que casos de violência estão diretamente vinculados com a pobreza como maior causador da violência. Todavia, vários estudos, tanto nacionais quanto internacionais, constataram que não necessariamente há uma relação direta da pobreza com homicídios, ainda que haja alguma influência (Machado, 1998).

Nos casos de suicídio, os últimos dados nacionais constataram que houve uma taxa para homens de 9,59 (em 2017), 9,69 (em 2018) e 10,20 (em 2019) para cada 100 mil habitantes. Já entre as mulheres taxa foi de 2,53 (em 2017), 2,57 (em 2018) e 2,7 (em 2019) suicídios para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2023). Nas taxas de óbito no trânsito, a nível nacional, entre homens houve uma taxa de 29,21 (em 2017), 29, 97 (em 2018) e 24, 99 (em 2019) para cada 100 mil habitantes. Entre mulheres houve uma taxa de 6,15 (em 2017), 5,44 (2018) e 5,21 (em 2019) para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2023).

No que se refere ao consumo de substâncias lícitas e ilícitas, a Fiocruz (2017) apresentou resultados significativos sobre a conduta masculina, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 6.1 - Número de consumidores de 12 a 65 anos e prevalência de uso de múltiplas substâncias nos últimos 12 meses por grupo, segundo o sexo - Brasil, 2015**

Sexo	Álcool e tabaco			Álcool e pelo menos uma droga ilícita				Álcool e pelo menos um medicamento não-prescrito				
	Pessoas (1.000)	%	IC95%		Pessoas (1.000)	%	IC95%		Pessoas (1.000)	%	IC95%	
			LI	LS			LI	LS			LI	LS
<b>Total</b>	<b>17.839</b>	<b>11,7</b>	<b>11,0</b>	<b>12,3</b>	<b>3.976</b>	<b>2,6</b>	<b>2,2</b>	<b>3,0</b>	<b>2.346</b>	<b>1,5</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>
Homens	11.503	15,5	14,3	16,7	3.141	4,2	3,5	5,0	948	1,3	0,9	1,6
Mulheres	6.336	8,0	7,4	8,7	834	1,1	0,8	1,3	1.399	1,8	1,4	2,2

Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.  
Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população da pesquisa e IC95% é o intervalo de confiança de 95% (LI - Limite Inferior e LS - Limite Superior).

Quanto aos índices de dependência a álcool na população brasileira, a Fiocruz (2017) constatou os seguintes dados:

**Tabela 7.1.1 – Número de pessoas de 12 a 65 anos dependentes de álcool e prevalência de dependência de bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses para a população de pesquisa e para o conjunto de pessoas que consumiram álcool nos últimos 12 meses, segundo o sexo - Brasil, 2015**

Sexo	Pessoas (1.000)	População de pesquisa			Usuários de álcool		
		%	IC95%		%	IC95%	
			LI	LS		LI	LS
<b>Total</b>	<b>2.328</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>	<b>4,2</b>
Homens	1.750	2,4	1,8	2,9	4,6	3,6	5,5
Mulheres	578	0,7	0,5	1,0	2,1	1,4	2,7

Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.  
Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população da pesquisa e IC95% é o intervalo de confiança de 95% (LI - Limite Inferior e LS - Limite Superior).

Por outro lado, de acordo com a Fiocruz (2017), os casos de dependência ou abuso de drogas ilícitas apresentaram os seguintes dados:

**Tabela 7.2.1 – Número de pessoas de 12 a 65 anos dependentes de alguma substância, exceto álcool e tabaco, e prevalência de dependência de alguma substância, exceto álcool e tabaco, nos últimos 12 meses para a população de pesquisa e para o conjunto de pessoas que consumiram alguma substância nos últimos 12 meses, exceto álcool e tabaco, segundo o sexo - Brasil, 2015**

Sexo	Pessoas (1.000)	População de pesquisa			Usuários de alguma substância, exceto álcool e tabaco		
		%	IC95%		%	IC95%	
			LI	LS		LI	LS
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>1,0</b>	<b>13,6</b>	<b>9,2</b>	<b>18,0</b>
Homens	626	0,8	0,4	1,3	13,5	6,7	20,2
Mulheres	550	0,7	0,4	1,0	13,8	8,9	18,7

Fonte: ICICT, Fiocruz. III levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.  
Nota: As prevalências (%) são relativas ao total da população da pesquisa e IC95% é o intervalo de confiança de 95% (LI - Limite Inferior e LS - Limite Superior).

A relevância desses dados para a pesquisa em questão é a demonstração da problemática de gozo da masculinidade no cenário contemporâneo. Uma vez que o homem mata mais e morre mais, comete mais suicídio, sofre mais acidentes no trânsito e

tende a ter mais problemas com abuso de álcool e outras drogas. Isso leva a crer que tais reações autodestrutivas sugerem tanto condições de um gozo violento, conforme a exteriorização da pulsão de morte, quanto autodestrutivo.

É possível deduzir aqui que, em casos que estão acima de aspectos de classe, ideologia, crença etc., condutas destrutivas podem corresponder a contextos oportunos em que a violência possa ser instrumentalizada, de modo que a violência não seria puramente uma resposta ao contexto social. A violência em si é um imperativo de gozo que corresponde à própria expressão da masculinidade.

A violência de homens para com outros homens tem uma relação intrínseca com o sentido de rivalidade e de desafio, o que revela uma questão direta com construções sociais em torno do semblante masculino. Assim, não é possível pensar a modalidade de um gozo violento na masculinidade sem a construção simbólica do masculino na cultura e na história, no que se refere a defesa de uma honra viril que precisa ser afirmada, ainda que haja o custo de matar ou morrer. Um fator primordial disso é a defesa diante de uma vulnerabilidade articulada ao encontro com a falta, sentida como ameaça à castração. São práticas de violência que remetem a padrões europeus do início da modernidade, de defesa da honra e de disputa entre homens pelo controle das mulheres (Machado, 1998).

Se do lado das vítimas femininas em grande parte seus assassinos são parentes, cônjuges e pessoas próximas, do lado das vítimas masculinas os índices de agressores parentes são mínimos, são os considerados outros, como companheiros atuais de suas ex-companheiras ou amantes de suas companheiras. Na masculinidade, se morre mais na mão de rivais ou inimigos do que na mão de amigos (Machado, 1998).

A pressão social de que o homem corresponda a certos ideais de masculinidade influencia diretamente no consumo de substâncias lícitas e ilícitas na sociedade contemporânea. Seja como rito de ingresso em determinado grupo, seja de homens que têm maior dificuldade de interação social e utilizam de substâncias psicoativas como mediador social (Soares, Paz, Fagundes, Freitas, Jones e Barbosa, 2018). Propagandas de bebidas também exercem influência para os homens enquanto lógica de consumo, pois é comum que a publicidade desses produtos seja abordada com conteúdos machistas e apelativos que associam o consumo de álcool com experiências eróticas e relaxamento da rotina de trabalho. Ou seja, possivelmente há uma erotização da drogadição atrelada à masculinidade no contexto contemporâneo.

Para os homens, a busca por atender um modelo hegemônico de masculinidade permite uma segurança e preservação identitária na sociedade. No entanto, é um labor

que pode resultar no padecimento psíquico, não por se tratar de um ideal inacessível em que o sujeito se percebe distante, mas simplesmente por que os próprios esforços em atender uma exigência de virilidade são por si só adoecedores.

Quanto ao suicídio, Jaworski o considera como a manifestação limite de um padecimento psíquico. Um fator primordial que torna os homens mais suscetíveis ao suicídio seria a insuficiência em atender os ideais de um semblante viril. A título de exemplo, segundo o autor, a virilidade laborativa exerce grande importância para os homens. Assim quando o sucesso profissional não é atingido, pode acarretar numa experiência inconcebível de sofrimento (Baére e Zanello, 2020).

No entanto, diferentemente da proposta de Baére e Zanello, a partir das concepções teóricas do gozo, é pertinente considerar que os exercícios violentos próprios de uma masculinidade hegemônica, como aquela que não padece e não perece, a todo custo, podem justamente corresponder a homicídios, óbitos no trânsito, suicídios e uso abusivo de drogas. São atos que não configuram expressões de sofrimento, mas provavelmente como uma medida contra o próprio sofrimento. Para não sofrer, essa masculinidade se serve de um gozo devastador.

*Um dia de Fúria* é um filme de 1993, do diretor Joel Schumacher, que pode retratar muito bem a experiência de negação do sofrimento, chegando à barbárie. O protagonista, homem, diante de uma convenção social em que se vê desamparado, pois tinha perdido o seu emprego, vai em busca de sua ex-esposa e da filha sem sequer reconhecer que seu casamento já havia acabado há muito tempo, passando por cima de tudo e todos e chegando ao ponto de pôr sua própria vida em risco.

Esse cenário leva a crer que, num princípio de gozo devastador na masculinidade, o real prevalece sobre o imaginário sem defesas simbólicas. Diferentemente do sofrimento enquanto uma manifestação sintomática, que consiste na intrusão do simbólico sobre o real, já que o sofrimento é um modo de lidar com o real traumático, uma defesa contra a devastação e que concebe uma resposta subjetiva diante de um mal-estar da cultura. Convém também considerar que o sofrimento é linguagem que se manifesta como apelo ao Outro. Já as experiências de gozo devastador no masculino tendem ao silenciamento com o Outro.

Mas afinal, como fica o amor para o masculino? À parte as experiências de gozo violento na masculinidade e suas consequências para si e para os outros, quais modos de amar estão articulados ao semblante masculino na sociedade contemporânea? Como esse homem faz amor?

#### **4. 4. Entre amor e gozo: As facetas do amor e do poder na masculinidade contemporânea**

É notório que a temática do amor é comumente abordada em romances literários e cinematográficos por uma via indissociável ao sexo. Algo que pode ser observado de forma direta pela fala do personagem de *Sexo, mentiras e videotape*, de Steven Soderbergh, afirmando que o homem descobre o amor por meio do sexo, diferentemente da mulher, que só descobre o sexo por meio do amor (Jorge, 2010).

No entanto, segundo Lacan (1985/1975), o amor não tem uma relação direta com a relação sexual, pois para ele amar não diz respeito a sexo. Se há uma possível relação entre o amor e o sexo em seu aspecto imaginário fantasmático, o amor tem um sentido muito mais amplo, visto que o amor é um recurso simbólico e imaginário convocado a suprir a inexistência da relação sexual, como uma tentativa de fazer preencher a falta pulsional. Isso sugere também a provável inexistência do amor se a relação sexual não fosse da ordem do impossível. Nesse sentido, o que visa eros é o impossível, o fazer Um. Em outras palavras, o amor visa o ser, justamente aquilo que escapa ao sistema simbólico, uma vez que entre o masculino e o feminino há uma barra, um muro feito de linguagem (Lacan, 1985/1975).

Já em Freud (1921/1987), estar amando é a expressão mais evidente das pulsões sexuais investidas em um objeto, com o intuito de uma satisfação sexual. Nessa concepção, o autor articula amor com sensualidade.

Por meio dos estudos sobre a infância, Freud observou que o primeiro amor da criança tende a ser com aqueles que cumprem a função de proteção e cuidado, sendo as pulsões sexuais completamente direcionadas para esse objeto. Unificando o objeto do amor com as pulsões sexuais, o resultado é que tanto as pulsões sexuais quanto as pulsões do eu neste momento permanecem indistintas. É através da trama do complexo de Édipo e seu declínio que a criança abre mão desses desejos incestuosos e modifica sua relação com seus cuidadores, inibindo as pulsões sexuais de suas metas iniciais, operação que estrutura a neurose (1921/1987). Após a dissolução do complexo de Édipo, ocorre a separação dos objetos sexuais e os objetos de amor, uma vez que os pais não são mais objetos das pulsões sexuais, porém permanecem como objetos de amor, fazendo com que os objetos de amor percam o caráter sensual (Freud, 1905/1996).

Freud concebeu a existência de uma supervalorização sexual em experiências de amor, que seriam sustentadas por pulsões inibidas em sua meta, devido ao fato de que a pessoa amada é colocada em uma posição análoga à perfeição, ausente de questionamentos e sentimentos ambivalentes ou recalcados durante o ápice da experiência amorosa. É um estado de alienação que remete ao narcisismo primário (Lagrotta, 2015). Trata-se de um excesso de imaginário que, na experiência amorosa, exprime a forclusão do registro do real.

Na busca de responder como os neuróticos fazem amor, Lacan conclui que, do lado do homem, no que o relaciona ao objeto a, toda experiência erótica estará submetida à fantasia. Com ênfase no masculino, o autor sugere que a busca por parcerias amorosas está baseada em sua fantasia narcísica (1985/1975). Embora Lacan tenha partido da teoria freudiana sobre o tipo narcísico de amar, Freud propõe justamente que essa concepção não está presente somente na masculinidade (Freud, 1914).

A priori, o autor sugere inclusive que é o tipo feminino de amar que está voltado para si e fixado numa posição narcísica, mas não estabelece essa tese como uma regra generalizada. Nessa mesma equação erótica, a escolha objetual masculina seria por ligação, com supervalorização sexual por parte daquele que está apaixonado. Assim, ele estabelece uma hipercatexia libidinal no objeto amoroso ao ponto do empobrecimento do eu. Mas apesar do intenso investimento direcionado ao objeto, a raiz dessa supervalorização sexual é proveniente do narcisismo primário, que conseqüentemente desloca seu investimento narcísico para o objeto sexual, no intuito de atender exigências do eu ideal por meio dos processos secundários (Freud, 1914).

A escolha masculina por mulheres narcísicas não seria unicamente pelo interesse estético dessas mulheres belas e indiferentes. Freud considera que o fator simbólico crucial é o fascínio por seu narcisismo, de maneira que o narcisismo alheio causa grande interesse para aqueles que parcialmente abriram mão do seu narcisismo em função das relações objetais (Freud, 1914).

No texto *Introdução ao Narcisismo* (1914), o autor defendeu que os caminhos possíveis para as escolhas objetais partem de dois princípios. O primeiro seria o tipo narcisista, que pode se tratar da escolha de alguém como a própria pessoa, alguém que ela um dia foi, alguém que ela gostaria de ser, que tenha características que em algum momento fizeram parte de suas identificações. A segunda proposta seria do tipo anaclítico ou de ligação, que corresponderia a imago materno que acolhe e alimenta ou do pai que oferece segurança e proteção.

Em outras palavras, ambos os tipos de escolhas objetais possuem influências narcísicas, uma vez que o tipo anaclítico ou por ligação também está vinculado ao complexo edípiano em torno de ser o falo para o Outro, numa reatualização da trama edípiana por meio da transferência. Logo, não se pode descartar o fator edípico das escolhas objetais como herança, seja tanto alguém com características do pai, da mãe ou qualquer um que cumpra tal função independentemente da constituição masculina ou feminina.

Segundo Jorge (2019/2010), na incidência da lei simbólica como condição última de uma operação de subjetivação da falta, a fantasia é engendrada como parte intrínseca à estruturação do psiquismo. Como já dito anteriormente, a fantasia é a articulação entre inconsciente e pulsão, é o que interliga o simbólico e o real. Com isso, ela adquire dois pólos distintos que correspondem ao elemento simbólico e real, sendo o pólo do amor e o pólo do gozo. A fixação em um dos pólos corresponde também a estruturas distintas. A estrutura neurótica por exemplo está fixada no pólo do amor, por outro lado, a perversa encontra-se no pólo do gozo. O que pode determinar a fixação de um dos pólos na fantasia diz respeito à incidência do Outro paterno (pólo do amor), ou do Outro materno (pólo do gozo).

A diferença entre amor e gozo está na produção de sentidos por parte do amor, contra a ausência de sentido do gozo. O amor busca fazer unidade por meio das relações objetais, concedendo à relação sexual um significado. Logo, a fantasia como pano de fundo, é fantasia de completude. Na condição neurótica, em especial, a fantasia destina-se à completude amorosa (Jorge, 2019/2010).

No caso da estrutura neurótica, há uma constante tentativa, através do amor, de suprir um vazio e restituição de uma condição de completude desde sempre perdida, escamoteando a dimensão do gozo (Poli, 2007). A discussão acerca da completude tem como base a inscrição do falo como significante, que antes de tudo, é uma ficção de completude entre os sexos. A questão fálica para a dinâmica do laço social é inteiramente pertinente aos vínculos eróticos, uma vez que coloca em movimento as relações, impondo aos seres falantes uma busca por aquilo que representaria a completude (Poli, 2007). Ainda que tal crença seja fundamental para os vínculos eróticos, a experiência humana demonstra justamente o contrário. Todavia, subjetivamente, essa expressão de resgate de uma condição fálica é atribuída aos investimentos amorosos, na medida em que, conforme o aforismo de Lacan (1961), se “amar é dar aquilo que não se tem”, é, em outras palavras,

um deixar-se enganar, iludir-se. Diante das vicissitudes da experiência humana, atravessadas pelo real, o amor é também uma ficção.

Contudo, quanto mais o amor corresponder a uma instância imaginária que elide a castração, mais tenderá à intolerância aos desencontros, incertezas e desencantos que fazem parte das experiências amorosas. Em resgate à questão amorosa na masculinidade, Jorge (2010) propõe que, implicitamente, o polo do gozo está articulado à fantasia masculina viril. Assim, na relação entre os sexos, o amor próprio intrínseco ao feminino é o que tende a barrar o gozo sexual presente no semblante masculino. Entre eles, há uma tensão pela qual se situa o desejo e a castração, o que equivale a dizer que amar paradoxalmente coloca em cena a castração, já que o amor corresponde ao defronte com a alteridade radical do Outro.

A frase de Lacan (2005/1963) “só o amor permite o gozo condescender ao desejo” significa que a tensão entre amor e o gozo, na medida em que o amor induz o que falta, é o embate que permite a experiência da castração ao instituir o simbólico através do amor, no processo de humanização. O amor é, em síntese, um meio de refreamento das pulsões destrutivas (Jorge, 2010).

Face à dialética do amor e o gozo, na desilusão amorosa é possível perceber nos homens uma resposta que pende para o gozo, semelhante à perversão que é direcionada às relações eróticas. Como é o ato de vingança, que se coloca em experiências sexuais constantes, ou o uso excessivo de substâncias lícitas ou ilícitas. São atos que sugerem a busca por dar o troco, seja de algum modo como resposta direcionada a mulher em especial ou deslocado para outras mulheres (Jorge, 2010). Na desilusão amorosa, egoicamente o masculino precisa de algum modo revidar contra a mulher ou contra as mulheres.

Este fenômeno, segundo Jorge (2010), é observável na clínica com certa constância, considerado muitas vezes como perversão transitória. Não é nada incomum que homens heterossexuais lidem com mulheres de uma maneira sádica. É inegável que na sociedade contemporânea, traços de perversão estejam presentes em relações entre homens e mulheres. Todavia, muitos analistas não tocam nessa discussão por normalizarem sem ao menos questionar que o mito da heterossexualidade corresponderia ao ideal das relações eróticas.

Catharine Mackinnon, em seu livro *Feminismo Inmodificado* (1987/2014), afirmou que a satisfação masculina também se dá pelo orgasmo feminino, na sensação de poder fazer com que uma mulher tenha orgasmo. Essa masculinidade apreendeu na

simulação do orgasmo uma constatação de seu poder, supondo que a interação sexual ocorre de acordo com o seu poder e estimulando, com o orgasmo feminino, uma comprovação para eles da satisfação garantida e de uma total submissão. Quanto à sexualidade feminina, o homem se coloca na relação entre os sexos como aquele que busca possuir a mulher. Conforme a lógica da sexuação para Lacan (1975/1985), o homem chega a possuir falicamente a mulher, mas não toda. É justamente o não todo da sexualidade feminina que expõe que ela incompletamente é possuída.

É possível que o homem, em busca de refletir a imagem de virilidade, confunda amor com o ato de possuir o outro, fazendo com que o corpo do outro esteja de algum modo em seu poder, já que na fantasia viril o outro feminino é visto como objeto de usufruto. De acordo com Maurano (2021), a mulher é colocada no lugar de objeto a, por uma tentativa de se ter controle sobre ela. No decorrer da história essa lógica fantasmática encontrava expressão desde narrativas românticas que concebiam o extremo da violência e do abuso.

Na atualidade, tais narrativas se desdobram também no mercado pornográfico, que em grande parte é feito para atender fantasias masculinas com conteúdos fetichistas sem limites. São cenas que geralmente reafirmam um modelo de masculinidade poderosa, sedutora e viril enquanto a mulher, alienada aos ideais de beleza, é aquela que precisa ser dominada e objetificada como meio de gozo para o homem, cenário que invariavelmente exerce influência sobre as relações entre os sexos.

A tentativa masculina de usufruto do feminino é parte de uma construção histórica da lógica de dominação e também de reprodução de uma cena edipiana, em que a mãe direciona todos os seus interesses para a criança. A herança narcísica e edipiana na escolha amorosa do homem corresponderia assim na tentativa de reafirmação de sua virilidade. O homem, em busca da virilidade, repete uma posição infantil de ser o falo para a mãe.

Joel Dor (1991) pontuou que muitos históricos masculinos têm uma relação inconsciente de forte proximidade com o objeto materno, fixação que ele responde com impotência para se defender da demanda inconsciente da mãe, se prendendo ainda mais a ela. Por outra via, Dor ressalta que a histeria masculina se traduz em uma obsessão em ter a mulher ideal e depois outra. O investimento em uma determinada mulher é colocado como prêmio a ser rivalizado com outros homens, numa disputa fálica (Dor, 1991).

Isso dá margem para pensar que a estima da própria masculinidade estrutural pode confundir interações com mulheres em necessários exercícios de conquista, seja em

disputa com outros homens, colocando a mulher como prêmio, ou na ideia de que não há amizade entre homem e mulher. Seja também na fantasia sexual de possuir o corpo de uma mulher de todas as maneiras e da exigência, mesmo que velada, da submissão do feminino ao gozo masculino; ou ainda na dicotomia social de santa versus prostituta para o ideal conservador masculino. Outro aspecto, seria a ideia de que um relacionamento amoroso só se sustentaria por algum tipo de dependência por parte dessa mulher a esse homem.

No cenário contemporâneo, é plausível que hajam homens com dificuldade de estabelecer vínculos afetivos com alguém, pelos possíveis riscos de investir em uma relação. Casos assim, podem se tratar de uma defesa em relação à rejeição, visto que o amor em alguma medida implica num estar vulnerável ao outro. Membros do movimento Redpill são um exemplo legítimo dessa conduta.

O movimento Redpill é um grupo machista de extrema direita que ganhou destaque na internet nos últimos anos. O nome Redpill faz menção a pílula vermelha, alegoria do filme *Matrix*. Na trama, o protagonista é induzido a escolher a pílula vermelha ou azul, sendo que a pílula vermelha faz alusão a escolha pela consciência da realidade do mundo, enquanto que a pílula azul significa manter-se na ilusão. É um movimento que dissemina ódio contra as mulheres e o público LGBTQIA+ e se fundamenta em pseudociências para propagar suas ideologias (Revista Galileu, 2023).

Atualmente, o movimento em questão já acumula quase um milhão de publicações somente no aplicativo instagram. São narrativas de inferiorização às mulheres em relação aos homens, propagando discursos que julgam quais seriam as mulheres de menor ou maior valor, além do julgamento dos próprios homens, quando defendem também um modelo de homem alfa. Esse movimento virtual tem preocupado estudiosos, pois esses discursos têm ganhado adeptos pelo mundo inteiro (Uol, 2023).

Esse fenômeno social não sugere representar uma pauta recente, mesmo que alguns teóricos de gênero façam uma leitura sociológica de que possivelmente o movimento redpill é a resposta de uma masculinidade que se vê em crise frente às mudanças da sociedade. Essas narrativas machistas estão presentes desde sempre na sociedade moderna, afirmadas por muitos e latentes em outros. Esse movimento, ao que parece, propõe apenas tornar público algo que faz parte do imaginário presente na masculinidade heteronormativa. Consequentemente é um fenômeno que está presente na economia libidinal das relações. Independentemente se são homens que se intitulam de

extrema direita ou não, essa lógica machista é comum e recorrente, mesmo que de maneira tácita, em homens de movimentos políticos socialistas e anarquistas.

Mas é preciso reconhecer que o movimento Redpill é também a expressão máxima de uma masculinidade, que por meio de discursos misóginos, evitam experiências afetivas com mulheres, reafirmando uma lógica de gozo para com o outro. A fixação em uma experiência de gozo, segundo Jorge (2010), é uma fuga contra o amor.

Essa negação de afetos resulta num paradoxo, pois no geral muitos homens que temem a experiência amorosa, a partir de uma ótica machista e baseados no mesmo discurso, tendem a depender da relação com mulheres enquanto prêmio ou objeto de conquista para reafirmar a sua virilidade. Com isso, evitam a intimidade ao mesmo tempo que dependem do outro feminino para satisfação de uma fantasia viril. Por fim, são relações de poder parasitárias, que buscam, através do discurso Redpill, justificar a objetificação do outro, impondo o gozo masculino sobre as mulheres. Na mesma medida, esses homens também se tornam objetos de gozo desse discurso.

Sob o mesmo prisma do discurso machista, não surpreende que um homem, para se sentir valorizado por outros homens, precisa ter como companhia ou relacionamento uma mulher que corresponda aos padrões desejáveis, nem tanto para si, mas principalmente para esse mesmo grupo. Assim, são homens que vivem em constante tensão e conflito, pois no fundo, ao evitarem a frustração e a rejeição, limitam a possibilidade de experiências singulares.

É possível inferir como próprio dessa masculinidade hegemônica a relação de cumplicidade com outros homens em torno de um exercício incessante de um gozo que se aproxime da virilidade, como nos ditos clubes dos homens, comuns em rodas de bar, jogos de apostas, esportes, bandas etc. Conforme exposto anteriormente, são meios pelos quais estes homens deslocam seus desejos homossexuais, sublimando-os em relações de cumplicidade e rivalidade.

Faz parte da cultura ocidental contemporânea a premissa de que, no imaginário social masculino, há uma cobrança social de que, para que um menino se torne homem, é necessário que ele perca a virgindade possuindo uma mulher. Isso equivale a um rito de passagem, a partir da ideia de que só se chega à masculinidade viril quando se exerce o poder de dominação de um corpo feminino. Nos grupos masculinos, tais cobranças são mais evidentes, havendo uma maior estima e valor masculinista para aqueles que possuem mais mulheres do que outros, como prêmio de uma competição.

Lacan (1998/1958) pontua que na questão fálica, ter ou ser o falo diante da diferença sexual, implica, para o feminino, na busca em ser o falo do Outro, no abandono parcial da sua feminilidade. Cria-se uma posição de “mascarada”, na tentativa de ser desejada e amada buscará ser aceita por aquilo que ela não é, uma encenação para se caber na fantasia do homem com o intuito de conseguir dele o falo, ofertando-se como seu meio de gozo.

Já o homem tende à degeneração da vida amorosa, frente ao embate entre o desejo e a demanda, como se buscasse transitar entre os benefícios de uma vida amorosa e as fantasias de uma vida erótica sem limites monogâmicos (Lacan, 1998/1958). Na procura do objeto *a*, que é direcionado para o feminino, causa de desejo no masculino, o homem buscará para além da relação aquilo que falta na experiência amorosa que acusa sua incompletude. Daí, recorre ao falo dirigindo-se a outra mulher, seja uma virgem, amante ou prostituta, centralizando as pulsões amorosas pela via genital e tornando a impotência simbólica e imaginária muito mais intolerável (Lacan, 1998/1958). Assim, na equação amorosa da masculinidade é possível que 1+1 seja no mínimo igual a 3.

É próprio do gozo fálico, no jogo de significantes, uma condição limitada em decorrência da operação de castração, condição que o coloca como incompleto e que conseqüentemente busca mais e mais. Isso se reflete na cultura contemporânea, na qual a imagem ideal masculina geralmente está atribuída à figura do conquistador, que é justamente aquele que seduz e transa com várias mulheres. Na fantasia masculina este é um modo de expressão da própria virilidade. A título de exemplo, o mito de Don Juan, o sedutor de Sevilha, pode ser visto como a expressão evidente de uma masculinidade viril, uma vez que Don Juan era considerado pelos contos dessa lenda um conquistador, libertino e bom amante (Ribeiro, 2007). É o retrato de uma masculinidade que também não pode negar a possibilidade do sexo e da conquista. Não é incomum na cultura brasileira que homens casados sustentem uma relação duradoura com amantes ou abandonam a família para viver outro amor. Isso é retratado na letra da música *Tua Cantiga*, de Chico Buarque, que ilustra uma conduta muito comum entre os homens: “Largo mulher e filhos e de joelhos vou te seguir” (Gazeta do Povo, 2019).

Maurano (2021) deduz que a insistência do gozo fálico como reafirmação da masculinidade viril, também ocorre em situações de violência nas relações amorosas, que não tendem diretamente a ocorrer de forma física, mas que pode ser um processo gradativo que tem como início a violência simbólica.

Todavia, a violência masculina não ocorre apenas com uma mulher. A autora sugere que na relação com o feminino, enquanto alteridade, esse não todo castrado representa um impedimento na busca do sujeito por encontrar meios de negar a castração, se deparando com o horror a ela. Com isso, é possível conceber a ideia de que as minorias também ficariam nesse mesmo campo (Maurano, 2021).

Se for considerada a prerrogativa de que as relações entre os sexos estabelecidas social e culturalmente se confundem com relações de poder, constituídas em torno de um discurso que tem bases de dessubjetivação, o amor não fugiria a essa dinâmica fálica, pelo contrário, é nele que ela pode ser mais fecunda.

Cabe uma discussão frente aos modos de amor na masculinidade, referente à noção de que quanto mais houver a presença de uma instância imaginária na experiência amorosa menor será a possibilidade de um contato singular com o outro, com a fixação na fantasia e defesa contra a castração. Isso evoca tanto as *imagos* edípicas quanto os mitos que giram em torno da masculinidade.

Uma outra questão pertinente é: seria possível relacionar masculinidade com paternidade?

De acordo com o levantamento da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), só no ano de 2020, de um total de 1.280.514 nascituros, houveram 80.904 bebês registrados em cartórios brasileiros com apenas o nome da mãe nas certidões de nascimento. Em números percentuais, seria uma taxa de 6,31%. O efeito desse abandono afetivo pelos pais é ainda maior a médio e longo prazo, no crescimento dessas crianças. Há também casos que fogem das estatísticas, mas que fazem parte da realidade de muitas crianças que convivem na mesma casa dos genitores que, no entanto, são homens que não se importam com a vida de seus filhos. São aqueles que registram a paternidade no cartório, mas que não participam da vida da criança (Metrópolis, 2020).

Ao que parece, a masculinidade viril e a paternidade não são sinônimos. O capítulo anterior apresentou, inclusive, um distanciamento histórico desses dois conceitos, uma vez que a posição de paternidade não ocorre de modo natural.

Segundo a leitura de Soler (2021/2017), é sabido que na história da sociedade contemporânea houve a preocupação em relacionar o pai ao genitor, através de comprovações como o DNA, baseando-se em dispositivos jurídicos garantidos por lei como instrumentos de imposição para que homens genitores cumprissem a responsabilidade de pai. Mesmo que com contribuição mínima de auxílio financeiro para os filhos, esses recursos foram gradativamente construídos em defesa das mulheres.

Entretanto, tem ocorrido um rebaixamento das responsabilidades simbólicas em detrimento das obrigações financeiras por motivos pouco claros.

As relações familiares são antes de tudo laços simbólicos, e para que a relação de pai e filho ocorram é preciso que haja uma adoção simbólica. Todavia, assumir uma posição de cuidado significa abrir mão de algum gozo, seja por amor e/ou responsabilidade. Para a masculinidade hegemônica, muitas vezes parece mais fácil atender a alguma exigência prática, como o lugar de provedor ou daquele que paga pensão (tal como uma dívida a ser quitada), do que a um laço afetivo. Sem negligenciar a influência edípica na constituição do sujeito, sugere-se que esses homens submetidos a um ideal de virilidade resistem a fazer o luto da condição de ser cuidado para cuidar. Seja para com as próprias crias, para com as mulheres ou para cuidarem de si.

A partir das discussões apresentadas neste trabalho, lança-se uma hipótese de que, num discurso cultural em que há um imperativo de gozo para o masculino que precisa corresponder a um semblante viril, a busca por virilidade seria um empuxo ao gozo, ao passo que a paternidade exige abrir mão de um gozo, o que coloca um impasse à masculinidade. São vias opostas no que toca ao campo afetivo, à medida em que a busca por virilidade faz menção ao pai da horda primeva que não tolera obstáculos ao seu gozo e não mede esforços para expulsar seus filhos, que são vistos como ameaça de seu poder.

No campo das relações afetivas, quando o sujeito se lança no amor, corre o risco também de sofrer. Como argumenta Freud no *Mal-estar na civilização* (1929), os investimentos amorosos possibilitam que o sujeito encontre, a partir do amor, a mais genuína pulsão de vida ao mesmo tempo que pelo custo dos sofrimentos mais penosos. Todavia, é preciso amar para que o sujeito não padeça.

No entanto, os modos pelos quais a masculinidade heteronormativa encontra gozo e circuitos de amor em certa medida demonstram uma maior negação acerca da castração e conseqüentemente uma maior negação às experiências de sofrimento. Os fenômenos de violência contra as mulheres que podem chegar ao femicídio, o homicídio para com outros homens, os atos suicidas, abusos de álcool e outras substâncias não configuram a expressão de uma masculinidade em crise que sofre, são defesas justamente contra o sofrimento, uma vez que experiências de sofrimento são expressões de frustração, privação em última instância de castração.

Isso não necessariamente significa que esse sujeito submetido à estrutura de masculinidade não sofra. Já que seus investimentos e defesas a colocam em constante regime de tensão, o mal-estar em si é da própria subjetividade, que quanto mais recalcada

nessa estrutura que busca ser inabalável, mais terá o efeito de conflitos e o retorno do recalçado. Em resgate ao princípio do funcionamento pulsional, a pulsão que é inibida em sua meta não se extingue, se transforma, adquire vias substitutivas e sintomáticas e se satisfaz até mesmo no próprio sofrimento.

Um possível recorte das decepções amorosas na masculinidade é a ideia de que, potencialmente, seria muito mais inconcebível para o narcisismo atrelado à masculinidade lidar com situações de traição ou rejeição amorosa do que propriamente à perda no sentido de morte do outro. O modelo de virilidade equivale a um semblante de potência e, por outro lado, a traição ou rejeição do outro corresponderia a uma masculinidade insuficiente, uma ferida narcísica de constatação da própria impotência. A ameaça, então, é incorrer na ideia do homem que não dá conta do recado, o homem “frouxo” que é passado para trás, termos pejorativos que diminuem a masculinidade. Em outras palavras, experiências que ameaçam esse semblante de virilidade para o masculino podem ser piores do que a própria morte.

A virilidade enquanto um discurso baseado em uma lógica mítica, assume o estatuto de lei no universo simbólico do homem. Todavia, esse discurso que impõe o gozo fálico não é suficiente para dar conta de toda a experiência humana e nem mesmo pode impedir suas consequências que insistem em comparecer, a contragosto das defesas em torno da estrutura masculina. Em resposta, aquilo que ultrapassa o limite estreito da estrutura é sentido como ameaça, já que não passa pelo crivo de dominação próprio do discurso patriarcal. Ao que se apresenta, essa masculinidade nega a possibilidade de reconhecimento do próprio sofrimento e demonstração de fragilidade para o outro, possivelmente condensando seus afetos em pulsões agressivas contra os outros ou contra si, fazendo com que a tentativa de alcançar um semblante de virilidade nas relações objetais provoque, como consequência, uma destituição subjetiva de si e dos outros.

Na mesma lógica, em torno de um discurso patriarcal entrelaçado com o discurso capitalista, supõe-se que não há como não vincular a identidade masculina ao trabalho, numa economia libidinal investida na busca de uma expressão de virilidade através do sucesso no campo do trabalho que em grande parte pode ficar na ordem do inquestionável. Isso supõe também que o trabalho pode emprestar um imaginário tal qual uma identidade social e importância para o homem nas suas relações interpessoais e amorosas. Funciona como uma fórmula, pela qual, para ser homem, deve-se ser aquele que provém – uma roupagem atual do homem primitivo que saía para caçar.

Por outro ângulo, essa correlação pode muito mais facilitar as lógicas de exploração por parte dos postos de trabalho. Como há para o homem a necessidade de manutenção dessa identidade, que se afirma tanto pelo trabalho quanto pela imagem daquele que dá conta, há também maior endosso à resistência a essa situação, através de uma alienação de refreamento libidinal e submissão que pode muito mais resultar em um sintoma de Burnout como resposta subjetiva. Ainda sobre o discurso capitalista, é cada vez mais presente que experiências de falta, tédio e sofrimento tendem a não ser toleráveis. Destaca-se o que Pereira (1999) pontua sobre a normalidade hoje constituir um cerne do efeito da negação sobre a angústia e o sofrimento diante do consumo exacerbado de psicotrópicos.

Essa masculinidade submetida ao mesmo laço social não foge a tal regra, que inclusive converge com seu modo de responder ao mal-estar. Vale-se, então, do consumo de produtos e de corpos que permitam refletir uma imagem de poder, sobretudo socialmente. Uma outra resposta frente ao mal-estar também se daria pelo uso de substâncias ou pela automedicação.

O masculino, nesse compasso do capital, é também aquele que não tem tempo para si ao passo que se afasta de si e dos outros no que se refere a experiências íntimas que exponham sua fragilidade. De acordo com Silva (2010), a experiência do masculino com a subjetividade tende a ser instável, fragmentada e conflituosa.

O possível enrijecimento da masculinidade frente aos afetos e a expressão de sua sensibilidade demonstra uma medida de economia libidinal, no sentido de defesa, contra a possibilidade de destituição de uma imagem supostamente fálica. Mas com isso há um grande dispêndio de energia nesse enrijecimento. Por outro lado, não há como pensar no contato com a própria subjetividade sem que também essa experiência perpassasse o contato com os afetos. Assim, quando nega os afetos, a masculinidade também se impossibilita de uma experiência subjetiva.

Outra questão a ser pontuada é: o que faz com que o masculino chegue à clínica?

Lança-se uma hipótese de que, ao se perceber impotente, a partir das falhas em atender aos ideais masculinos, ele pode ceder a tal possibilidade, não necessariamente como reconhecimento de sua necessidade. Ou seja, quando o sujeito fracassa em ser viril ou quando esses ideais enrijecidos dificultam a vida ao ponto de buscarem a clínica, por exemplo, para não perder um relacionamento, não perder ou ter maiores problemas no trabalho ou para ceder às pressões de um outro que aponte que ele precisa de ajuda. Considerando que faltam à masculinidade recursos simbólicos para lidar com os afetos,

não surpreende que ela tenha profunda dificuldade no reconhecimento de si. Ou seja, é possível que ele dependa do olhar do outro para reconhecer que não está bem e que precisa de ajuda. Situações de estresse ou problemas no trabalho, dificuldades no relacionamento interpessoal e até mesmo no sentimento de frustração pelo insucesso em atender às exigências do mundo masculino não seriam questões incomuns a serem direcionadas para a clínica. Muitas vezes busca-se a clínica como último recurso – quando de fato ela é buscada, já que há casos em que isso nem chega a ocorrer.

Diante do que foi exposto, a partir das indagações apresentadas sobre a masculinidade enquanto *e-feito* de um discurso e expressão de uma estrutura, para tornar essa discussão mais fecunda e menos dicotômica vale refletir em como a subjetividade responde a tal semblante.

#### **4. 5. Da Estrutura à Subjetividade**

A teoria sobre o sujeito ou a subjetividade na psicanálise não foi uma proposta mencionada por Freud, é um conceito introduzido na psicanálise por Jacques Lacan, que apontou a subjetividade como ponto crucial na teoria psicanalítica. De acordo com Fink (1998), Lacan foi considerado um dos poucos pensadores da contemporaneidade a debruçar-se sobre a temática da subjetividade.

Para muitos críticos, Lacan foi reconhecido como estruturalista, mas havia também aqueles que o qualificaram como pós-estruturalista. Segundo os parâmetros estruturalistas, subjetividade e estrutura eram conceitos que até então não dialogavam. Mas por outro prisma, na contramão dessas expectativas, Lacan articulou ambos, estrutura e subjetividade, numa construção teórica laboriosa (Fink, 1998).

Ainda que a noção de sujeito não tenha sido citada por Freud, Lacan retirou seus fundamentos com base em sua obra, desde as primeiras formulações metapsicológicas da teoria freudiana. No texto *Projeto para uma Psicologia Científica* (1985), Freud apresentou um árduo trabalho de descrição sobre o funcionamento do psiquismo, acerca do que estava para além da superfície da consciência. Já nesse primeiro momento, havia um constante esforço em reconhecer, por meio dos fenômenos psíquicos, elementos que fugiam à concepção de indivíduo racional consciente, que de certo modo já apresentava sinais de uma divisão.

Freud advogou, através do texto *O Inconsciente* (1980/1915), pela existência de elementos inconscientes em operação no aparelho psíquico. Suas elaborações tiveram o

valor de subverter a tese própria do discurso científico racional moderno de que o psiquismo seria o sinônimo de consciência. A constatação de Freud da existência de uma outra consciência que escapa ao Eu foi uma descoberta revolucionária. Analogamente à subversão de Copérnico, que destituiu a ideia da Terra como centro do universo, Freud refutou a crença de que o eu seria o senhor da sua própria casa, tirando o lugar de centralidade da consciência e da concepção de que o ser humano é livre em sua racionalidade. O autor dissertou também a respeito do inconsciente como uma instância independente dos elementos da consciência, possuidora de suas próprias leis, intenções e desejos; uma outra consciência que não se submete ao fluxo das exigências externas (Freud, 1980/1915). Mesmo que a discussão sobre a subjetividade não tenha participado da metapsicologia freudiana e nem mesmo tenha sido discutida na obra de Freud como um todo, é possível identificar suas bases até mesmo no viés do tratamento clínico.

Em Freud, o trabalho clínico consistia em tornar consciente elementos inconscientes. Ou seja, é um processo de desrecalcamento através da associação livre a fim de expor os conteúdos latentes, que retornam de outros modos e são ditos pelos sonhos, pelos equívocos do discurso ou até mesmo no sintoma neurótico. Além do mais, tornar consciente aquilo que está latente exige do analisando o trabalho de reconhecer e assumir a existência de uma condição desejante estranha ao próprio eu. Este processo de reconhecimento é em si uma subjetivação, já que evoca o ato de assumir, escolher e lidar com suas consequências (Cabas, 2010).

É sabido que a satisfação de um desejo inconsciente direcionado no processo de sonhar encontra um prazer inconsciente momentâneo no viés onírico e de certo modo um prazer que permanece no viés sintomático. Através de tais meios, há a satisfação de um dizer, mas no caso do sintoma, pelo preço de um sofrimento para o falante. Nesse sentido, para o nível do eu, trazer um conteúdo inconsciente para a consciência é um exercício que convoca a posição até então estagnada do eu, que responde de forma econômica como que por uma lei de mínimo investimento, a conceber um dizer que dissimula essa economia e pode provocar transformações acerca da percepção de si e do mundo (Cabas, 2010).

Quanto às manifestações inconscientes, Freud postulou que elas só emergem após um rigoroso trabalho de condensação e deslocamento, cuja função é de edição de seus conteúdos. Eles encontram meios de expressão através dos sonhos, chistes, atos falhos, pelos lapsos da língua e sintomas. O autor identificou aí a tese de que as manifestações do inconsciente conferem uma intencionalidade, o que é muito próximo à perspectiva de

uma subjetividade, de cunho inconsciente, que conseqüentemente são estranhos ao eu (Fink, 1998).

Refletir sobre a noção de sujeito em Freud sugere uma oposição à ideia de consciência, mas será que o sujeito para a psicanálise é simplesmente o sinônimo de uma instância inconsciente do aparelho psíquico?

Com as influências de Lévi Strauss, Lacan vai além da concepção de inconsciente que era marcado pelo imaginário em Freud e desenvolve a noção de um inconsciente estruturado pela linguagem, mesmo que não todo (Jorge, 2010). Pela ótica de Lacan, o inconsciente é definido por impulsos temporais localizados em rupturas, lapsos, furos e falhas da cadeia de significantes que apontam para um outro saber que o falante não sabe que sabe. É um saber inconsciente, distinto de uma narrativa descritiva presente no discurso, que revela uma verdade acerca da condição desejante (Lacan, 1995/1958).

A partir das explanações feitas no primeiro capítulo, é prudente ressaltar antes de tudo os aspectos que não correspondem à noção de sujeito, ou seja, de que o sujeito não é indivíduo, em termos de unidade ou completude. Pelo contrário, ele equivale à fenda do ser. Do mesmo modo, o sujeito não tem que ver com o enunciado do discurso, ou seja, a narrativa descritiva do falante.

Para que não haja equívocos, o sujeito não corresponde propriamente ao inconsciente. Há uma diferença entre a instância do inconsciente e o sujeito do inconsciente, visto que o sujeito, segundo Lacan (1998/1966), não se reduz a concepção de instância, tal como uma tópica ou instância do eu ou do inconsciente, o sujeito é efeito dessa divisão presente entre consciência e inconsciente.

Acerca da divisão do sujeito, Fink faz considerações relevantes ao explicar que:

A palavra "but" permanece em uma classe isolada, anunciando o sujeito da enunciação inconsciente e, dessa forma, mostrando que o sujeito está dividido - em dois, digamos assim, a favor e contra, consciente e inconsciente. Os lapsos de língua também provam que existem dois níveis, mas o Lacan do início dos anos sessenta propõe que é somente no caso de ne (e but) que encontramos significantes do sujeito constantes ou regulares no sentido em que eles aparecem regularmente e muitas vezes acompanhando esse "outro" sujeito (Fink, 1998, p. 62).

A subjetividade está entrelaçada a uma divisão estrutural que é efeito da linguagem, a partir do momento em que somos inseridos no pacto simbólico. É a própria alienação do sujeito pela linguagem, questão intrínseca à clivagem do eu, Lacan retira do conceito de Clivagem do eu para elaborar sua teoria sobre o sujeito dividido (1957-8).

Os caminhos necessários para que a divisão possa ocorrer estão diretamente articulados com as operações de alienação e separação propostas por Lacan, são percursos pelos quais a criança encontra passagem para a subjetivação através da linguagem (Lacan, 1985/1964). De início, à medida em que a criança se submete ao Outro, torna-se alienada por ele, uma relação de assujeitamento que faz com que a criança seja dita pelo Outro, fruto de uma escolha forçada. É a sujeição da criança à linguagem que impossibilita o ser, operação necessária pois permite que a criança seja representada pelos significantes do Outro e inserida no laço social (Lacan, 1985/1964). Segundo Fink (1998), a alienação é o ponto de partida, causador do sujeito pelo desejo do Outro.

Do contrário, se a criança for insubmissa perante o Outro, a psicose seria uma constatação desse possível êxito da criança, o que não permite a subjetividade na mesma lógica neurótica. Lacan compreendeu que a psicose está mais articulada ao sujeito do gozo (Jorge, 2019). Em síntese, a alienação é uma escolha forçada que impossibilita o ser ao inscrever a criança no sistema simbólico e atribuir um lugar de sujeito nessa ordem (Lacan, 1985/1964).

O ponto de partida para a separação é a constatação de que ao menos um significante falta no Outro, o Outro barrado. Essa separação inaugura o ser, mas de modo efêmero e evasivo, um ser posto de fora. A separação representa o desfecho em que ocorre um corte tanto no sujeito quanto no Outro, denotando daí uma justaposição de duas faltas. A separação, em última medida, funda a falta-a-ser (Lacan, 1985/1964).

A falta-a-ser, é o efeito ontológico do ingresso do significante no mundo humano. O desfecho da falta sobre o ser do sujeito se dá no âmbito do desejo em diversos aspectos. Uma vez que o sujeito não é localizável na cadeia significante, ele se manifesta no intervalo e não numa consistência substancial. Vale reconhecer que o sujeito é efeito do significante, porém não há um significante que represente o sujeito na cadeia de linguagem, da mesma forma não há um significante que represente o ser (Lacan, 2016/1958-59).

O sujeito estaria no intervalo da cadeia significante, entre o significante mestre, que torna possível a singularidade, e os demais significantes articulados à sua história, significantes que representam o sujeito para outro significante (Lacan, 1957). É preciso deixar claro que, conforme a constatação do Outro barrado, o sistema simbólico também se encontra submetido à insuficiência de significantes que digam sobre o sujeito. Assim, não há significante que possa dizer por completo da verdade do sujeito desejante. O

sujeito é justamente o efeito dessa falta de significantes e, portanto, não pode ser apresentado, apenas representado.

Ferreira (2002) traz contribuições sobre a subjetividade e aspectos de sua constituição, ao reconhecer na castração simbólica uma metáfora fundadora que entrelaça Nome-do-pai, sujeito barrado, desejo e sintoma. Assim, o Nome-do-pai assume a função de agente da lei que age através do desejo da mãe, transmitindo a cadeia significativa que tem o estatuto de lei simbólica. Por conseguinte, a falta no Outro é reconhecida e o sujeito pode responder de forma desejante, por operações metonímicas, através de deslocamentos que apontam para o desejo de desejo, que é sempre de outra coisa. Complementa-se ainda a presença do objeto *a*, que é considerado como o restante desse desfecho simbólico que inaugura a subjetividade e comporta dois circuitos, o mais-de-gozar ou causa de desejo.

Bastos (2006) acrescenta que o sujeito está diretamente articulado a uma rede de significantes, se encontrando numa posição de divisão e de desejo entrelaçado ao jogo de significantes. É um sujeito por si só barrado, cuja falta que o torna desejante almeja o objeto desde sempre perdido que corresponde ao corte sofrido pela castração. Seu caráter desejante comparece por operações de linguagem, no deslizamento dos significantes, entre enunciados e enunciações. Logo, quando a separação do Outro prospera, colhe-se a divisão subjetiva dessa operação e o deslocamento intermitente sugere o modo de realização do sujeito. No entanto, o sujeito dividido não representa por completo a ideia de subjetividade em Lacan.

No texto *A subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, de Lacan (1998/1960), a subjetividade também é abordada enquanto uma torção subjetiva, fruto de um trabalho analítico, conforme sugere a teoria freudiana de um movimento de desrecalcamento, que visa tornar o eu no lugar em que o Id está situado. Essa proposta de subjetividade está muito mais relacionada com um Eu que assume a responsabilidade de seus desejos inconscientes até então considerados incompatíveis com o caráter egóico.

Esse sujeito intermitente, tal qual os equívocos da fala, consiste muito mais numa admissão em análise, no sentido de responsabilizar-se por isso que advém, num acolhimento e reconhecimento disso que é lido com estranhamento, do que a própria interrupção em si. Para Lacan, sempre se é responsável pela condição de sujeito (Lacan, 1966/1998), o que pressupõe muito mais uma posição ética acerca dessa falta-a-ser, uma ética do desejo, que subverte a ordem dos discursos.

Em diálogo com essa perspectiva, Lacan se opôs à narrativa clássica do cogito cartesiano do penso logo existo. No texto *A Instância da Letra no Inconsciente*, ele inverteu a lógica de Descartes da seguinte forma: “penso onde não sou e sou onde não penso”. O sujeito se manifesta onde a consciência não opera, pelos atos falhos, chistes, sonhos e sintomas, se presentifica num instante e noutro desaparece. Há um caráter evanescente no comparecimento desse sujeito, visto que do contrário teria o mesmo efeito de um inconsciente a céu aberto, conforme uma psicose (Lacan, 1957-8). O que parece estar em cerne na subjetividade para a psicanálise é que o sujeito tem a dimensão de uma verdade desejante, ainda que dita às meias.

Outro texto que corrobora com essa perspectiva é *A função da fenda subjetiva na fantasia perversa* (Lacan, 1959), em que o sujeito ou singularidade tem o caráter de fenda sobre a fantasia que é constituída nessa operação simbólica. Em outras palavras, não equivale a uma concepção identitária, o sujeito é propriamente o furo do discurso do Outro. A subjetividade pode ser lida aqui como uma travessia da fantasia fundamental, a ser reconstruída com o trabalho clínico para ultrapassá-la.

De acordo com Cabas (2010), numa referência crítica ao racionalismo moderno, ímpeto e tormenta eram os lemas utilizados pelo romantismo para se referir à subjetividade. Mas para além dos ideais românticos, o sujeito para Lacan não é causa e sim causado. Ou seja, ele é efeito de uma erotização dos circuitos pulsionais, conferindo à pulsão uma dimensão de plasticidade. Logo, o sujeito não é aparição, pois sob um útero de linguagem, é parição de uma operação analítica.

Através do Seminário 23, Lacan afirmou que "o sujeito nunca é mais do que suposto", o que pressupõe uma interpretação do analista. Todavia, é uma interpretação ou suposição necessária que do contrário a experiência psicanalítica não existiria. Assim, trata-se muito mais do que é construído numa análise, o que não diminui seu valor e a sua necessidade (Lacan, 1975-76/2007).

Para Lacan, a pulsão de morte tem um caráter criacionista, sendo o ponto que dá origem ao sujeito. A subjetividade estaria assim situada na falta da cadeia significante, a partir de uma lógica em que o desmonte de algo seria o ponto de partida para a criação. É possível deduzir daí uma ligação entre o sujeito a dor e a morte (Leader, 2023).

Existem pelo menos duas perspectivas sobre o sujeito nas obras de Lacan, considerando o sujeito e a sua relação com a linguagem. A primeira concepção é a do sujeito que não está na cadeia significante, e sim no não dito dentro de uma proposição lógica, no entre dito, a partir do deslizamento dos significantes, ideia contrária a qualquer

visão substancialista do sujeito. O segundo ponto de vista da subjetividade consiste em um sujeito que suporta a cadeia significante, no sentido de responsabilidade ou ato de se implicar, reconhecer-se nessa cadeia significante (Leader, 2023). Dito de outro modo, uma ideia de sujeito como barra ou falta no Outro e, por outro lado, o sujeito como um responsabilizar-se pelas insígnias de sua história e muito mais do que um efeito dessa dinâmica, reconhecer-se como protagonista.

Outro ponto primordial sobre o alcance da subjetividade é a premissa de que, para Lacan, a subjetividade começa onde a estrutura termina (Fink, 1998). Cabe ressaltar com isso que o sujeito está para além da estrutura. Mesmo que inaugurado pelos significantes transmitidos pelo laço social que o cerca, o sujeito desejante comporta a possibilidade de sua própria verdade, não completamente alheia aos significantes que o constitui. Em outras palavras, não é possível pensar em desejo masculino ou feminino, uma vez que o desejo é para além da estrutura e carrega em si a marca da bissexualidade, como furo nesse discurso normatizante acerca dos sexos. É no furo do discurso do Outro, para além desses ideais de masculinidade que rechaçam o desejo inconsciente, que é possível invenção.

Face às formulações apresentadas até aqui, sugere-se que a condição mínima para que a subjetividade possa comparecer é questionar as garantias da verdade acerca da masculinidade. Isso se dá considerando que, no cenário contemporâneo capitalista, há um imperativo superegótico de gozo pelo consumo e produção. Além disso, o homem, nesse mesmo cenário, é atravessado por um imperativo de gozo fálico devastador, a serviço de uma afirmação viril que não está desarticulada do discurso capitalista. No entanto, o caminho de corresponder a uma virilidade fálica está fadado desde sempre ao fracasso. Pois a insistência por um ideal viril é propriamente o gozo do Outro e também uma negação em última instância daquilo que torna cada um humano. É na recusa desses imperativos que a dimensão desejante pode comparecer, uma vez que desejar implica em permitir que algo seja perdido.

Desse modo, a incompletude do homem, ao mesmo tempo que configura um conflito permanente, permite também invenções e possibilidades de outros investimentos eróticos/afetivos que sejam mais condizentes com a experiência humana de modo vivificante.

## 5. CONCLUSÃO

A profícua discussão elaborada neste trabalho permitiu esclarecer e também questionar o saber e a ética da psicanálise sobre a sexuação, além do papel que essa ciência exerce hoje no debate sobre masculinidade no século XXI. Demonstrou-se que as bases teóricas da psicanálise, enquanto instrumento que questiona os eixos do mal-estar na cultura, não podem ser subestimadas diante das pautas sobre a masculinidade na contemporaneidade – ainda que teóricos de gênero e movimentos feministas, em grande parte, insistam em categorizar a psicanálise como falocêntrica e a-histórica, como se propagasse uma lógica fundamentalista sobre a sexuação.

Numa leitura mais rigorosa das teorias de Freud e Lacan, essas afirmações não se sustentam, mesmo que elas possam sim ser criticadas por enfatizar uma concepção dicotômica na relação entre os sexos. Não cabe, todavia, resumir a noção psicanalítica de falo como uma repercussão falocêntrica, justamente pelo fato de que a questão fálica, que diz respeito ao elemento estruturante do pacto simbólico, não é exatamente um axioma baseado numa concepção natural dos seres falantes que a psicanálise busca propagar como verdade. Ela diz respeito ao funcionamento da própria estrutura social, justificada cultural e historicamente, que é permeada por valores androcêntricos na própria base do discurso capitalista. Destaca-se que o falo discutido teoricamente não é o sinônimo de pênis, mas do significante da falta.

Uma reflexão muito contemporânea que recai sobre o horizonte da masculinidade é se ainda é possível falar em masculinidade estruturante. Não obstante, a pesquisa em questão demonstra que os mitos fundadores presentes na história da sociedade moderna ocidental estão na base do universo simbólico do laço social contemporâneo.

Faz parte do semblante masculino, que atravessa os sujeitos falantes do âmbito social contemporâneo ocidental, imperativos de gozo violento e ausência de mecanismos simbólicos para expressão e lida com os afetos que foram construídos historicamente. Em outras palavras, há um discurso capitalista contemporâneo que ainda reproduz mitos que articulam a masculinidade com a violência, mas é preciso reconhecer daí que esse mesmo discurso é também violento com os homens. Compreender as bases históricas e estruturantes da masculinidade hegemônica é o ponto de partida para atravessá-la, para dissimular suas relações de poder, apontando sua inconsistência e seu caráter faltoso,

porquanto que, para além de um semblante masculino viril, há tensões desejantes insubmissas à própria estrutura.

Entretanto, constatar a atualidade do mito viril sobre uma sociedade que está em constantes transformações não necessariamente condiz com a premissa de crise do masculino, conforme defendido por inúmeros psicanalistas e por teóricos de gênero. O presente estudo colocou em questão a ideia de crise da masculinidade a partir das mudanças protagonizadas pelas mulheres na sociedade capitalista. De acordo com o princípio estrutural da masculinidade, ela é fundada no conflito, e, portanto, está desde sempre em crise.

A masculinidade é nada mais que um significante, um efeito de discurso construído antes mesmo da história do sujeito, que o situa num lugar pré-definido no laço social, um sintoma como resposta à falta constitutiva. Destarte, não há masculinidade que não seja subjugada pela castração, ao mesmo tempo que seu ideal fálico de virilidade rechaça qualquer desejo inconsciente, a fim de suplantar a própria falta subjetiva. Advém daí um impasse, pois a busca pela virilidade é uma tentativa narcísica de resgatar uma condição fálica desde sempre perdida, mas que possui em sua própria estrutura a marca de seu fracasso.

Sendo assim, o estrutural na masculinidade é também campo de desconhecimento, desconhecimento de si e do que é íntimo à constituição humana. O estrutural na masculinidade não passa de um ato de submissão a um discurso patriarcal, capitalista e judaico-cristão, de regulação social e tentativa de controle/higiene das relações, mesmo que com o efeito colateral de um gozo potencialmente devastador. Assim, o masculino levanta inúmeras defesas rígidas, defesas violentas, busca por afirmação, se coloca à prova e rivaliza recorrentemente, não podendo ser interrompido, não podendo perder diante de seu gozo, pois se sente em constante ameaça de se ver impotente.

O homem mata mais e morre mais, sofre e causa mais acidentes de trânsito, comete mais suicídio, tende a consumir mais substâncias lícitas ou ilícitas justamente para tentar não sofrer, para não lidar com a impossibilidade tão íntima à condição que o humaniza. Sob o posto de um semblante masculino heterossexual, as experiências subjetivas tornam-se conflituosas, instáveis e dolorosas, já que o desejo incompatível com a demanda e com os significantes do Outro se veem restritos a um semblante masculino que limita seus horizontes de satisfação como tentativa de controle e poder. Todavia, a masculinidade estruturante não se torna incompatível somente com o que pode comparecer da subjetividade enquanto contradição. Essa condição de masculinidade, que

fantasia ser uma máquina invencível como em muitas representações de heróis homens, se torna incompatível com a própria condição humana, pois não tolera a alteridade, o tempo, os limites do corpo e o processo de envelhecer. Assim, na negação de experiências que poderiam ser frutíferas, mas que exigem uma renúncia de gozo, o masculino está sujeito ao padecimento como resposta ao mal-estar subjetivo.

Se há uma riqueza implícita nesse semblante masculino ela não pode ser outra que não a sua incompletude, o que lhe permite desvios para além da norma. Frente ao discurso patriarcal, que perpetua relações de poder e submete a masculinidade a um gozo devastador e um labor imaginário e estéril para as relações com o outro e consigo, não se trata de buscar uma resposta universal para tal questão, mas sim para a própria subjetividade. Ainda que sob o preço de angústia, é possível uma perda de gozo para um ganho de contornos desejanter, na medida em que os limites da estrutura são muito mais estreitos que os limites do desejo.

Por fim, não houve a intenção de esgotar a discussão sobre a relação do sujeito e a masculinidade no mundo contemporâneo. Com base em algumas questões colocadas neste trabalho, é emergente que investigações mais consistentes sobre os limites duais sejam questionadas na teoria psicanalítica e no pacto simbólico, na medida em que há constantes fenômenos que ultrapassam esses limites e não podem ser explicados pelas tábuas da sexualização.

Reduzir a leitura acerca dos sexos em um campo dual é negar a possibilidade de outros travestimentos, o que seria um grande paradoxo para a própria plasticidade da linguagem – ou não somos por essa mesma linguagem *tra-vestidos*?

Além disso, discussões a respeito do discurso do mestre, que se entrelaça com capitalismo, ciência e discurso patriarcal que resulta em lógicas de dominação, são fenômenos preocupantes que dão margens para maiores investigações sobre a relação do machismo com o fascismo. Grupos masculinos - com pouca ou nenhuma abertura para a alteridade - também são espaços em que as lógicas de dominação e violência podem agir sem qualquer limite ético, já que ali há um solo fértil para o narcisismo das pequenas diferenças, tal qual uma miséria psicologia de massas. Na outra face dessa mesma discussão, é importante investigar como essa masculinidade hegemônica atinge a negritude numa sociedade marcada pelo racismo – uma questão fundamental, mas ainda pouco explorada nesse campo de saber.

Na via oposta do termo imbrochável, termo que traduz a operação de um discurso ressonante que não tolera outra expressão de masculinidade que não seja por um semblante de potência, aprender a cair pode ser um exercício de desvio singular.

## 5. Referências Bibliográficas

- Aguiar, L. H. M. & Diniz, G. R. S. (2017) Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. Revista Gênero Vol. 17 N.2 p. 81-94. Niterói - RJ.
- Ambra, P. (2021). O que é um Homem? Psicanálise e História da Masculinidade no Ocidente 2º ed. Zagodoni Editora. São Paulo - SP.
- BBC News Brasil (2020) As caras, dolorosas e perigosas cirurgias que prometem aumentar a altura. Link da matéria: <https://www.youtube.com/watch?v=Kv9gM4Cory0>
- Baére, F.; Zanello, V. (2020) Suicídio e Masculinidades: Uma análise por meio do gênero e das sexualidades. Scielo: Psicologia em Estudo. Link: <https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXCKjKpKnWkn/#>
- Badinter, E. (1997) XY: a identidade masculina. 3º ed. Trad. L. de Barros. Porto: Edições Asa (Texto original escrito em 1992).
- Barros, M. (1998) Retrato Do Artista Quando Coisa. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bastos, C. R. (2006) O sujeito no primeiro ensino de Lacan: Lacan e o descentramento do cogito cartesiano. Dissertação de Mestrado - PUC Minas. Belo Horizonte. Link: [http://portal.pucminas.br/documentos/dissertacoes\\_claudio\\_bastos.pdf](http://portal.pucminas.br/documentos/dissertacoes_claudio_bastos.pdf)
- Bittencourth, L. O.; Silva, L. Z. e Abreu, I. S. (2018) Femicídio no Brasil: a cultura de matar mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade Multivix, Vitória - ES. Link: <https://multivix.edu.br/wpcontent/uploads/2018/08/femicidio-no-brasil-a-cultura-de-matar-mulheres.pdf>.
- Brasil de Fato (2023) Matéria: Herdeiro das Casas Bahia, Saul Klein é condenado a pagar R\$ 30 milhões por aliciar mulheres. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/14/herdeiro-das-casas-bahia-saul-klein-e-condenado-a-pagar-r-30-milhoes-por-aliciar-mulheres#:~:text=A%204%C2%AA%20Vara%20do%20Trabalho,de%20trabalho%20an%C3%A1logo%20%C3%A0%20escravid%C3%A3o.>
- Bourdieu, P. A. (2007) A dominação masculina. 5º ed. Trad. M. H. Kuhner. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil.

- Cabas, A. G. (2010) O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro - RJ: Editora Jorge Zahar.
- Carta Capital (2023) Justiça: Brasil registra pico de feminicídios em 2022, com uma vítima a cada 6 horas... Link: <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-registra-pico-de-femicidios-em-2022-com-uma-vitima-a-cada-6-horas/>
- CNN Brasil (2021) Matéria: João de Deus é preso em Goiás por estupro de vulnerável de oito mulheres. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/joao-de-deus-e-preso-em-goias-por-estupro-de-vulneravel-de-oito-mulheres/>
- CNN Brasil (2022) Bolsonaro puxa coro de "imbrochável" em discurso no Dia da Independência. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-puxa-coro-de-imbrochavel-em-discurso-no-dia-da-independencia/>
- CNN BRASIL (2023) “Agressor feriu covardemente ator por ter sido exposto como homossexual”, diz delegado. LINK: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/agressor-feriu-covardemente-ator-por-ter-sido-exposto-como-homossexual-diz-delegado/>
- Coelho e Santos (2012) Revista Analytica: Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. V. 1, N. 1, pág. 90-105. São João del - MG.
- Colombo (2012) Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. Artigo publicado na Revista Brasileira de Psicodrama: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932012000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000100004)
- Déri, D. Francis (2022) A crise da masculinidade: A anatomia de um mito persistente. São Paulo – SP: Editora Blucher (Texto escrito originalmente em 2018).
- Drévilhon, H. (2012) Do Guerreiro ao Militar. In: A história da virilidade: I - A invenção da virilidade. Da antiguidade às luzes. Dirigido por Vigarello. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.
- Ferreira, N. P. (2002) Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística. *Ágora*, v. 5, n.1. Link; <https://www.scielo.br/j/agora/a/zzfHvD4sJg4RgTVzXqMN6Hv/?lang=pt#>
- Figueiredo & Santi, (2008), Psicologia uma (Nova) Introdução: Uma visão histórica da Psicologia como ciência. São Paulo - SP: ABEC.
- Fink, B. (1998) O Sujeito Lacaniano: Entre a Linguagem e o Gozo. Rio de Janeiro - RJ; Editora Jorge Zahar; pág. 62; (Trabalho original publicado em 1995).

- Fiocruz (2017) III Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Link: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>
- Forth, C. (2013) Masculinidades e virilidades no mundo anglófono. In: Courtine, Jean-Jaques (org) A história da Virilidade: a virilidade em crise. Petrópolis - RJ: Vozes.
- Freud, S. (1996). Obras psicológicas completas de Sigmund Freud vol I; Publicações Pré Psicanálticas e Esboços Inéditos. Rio de Janeiro - RJ: Edição Standard Brasileira (trabalho publicado originalmente em 1985).
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. VII (pp. 119-231). Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996) Gradiva de Jensen e Outros Trabalhos. Em Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. IX. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1996) As cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (1996), Totem e Tabu, Contribuição à História do Movimento Psicanalítico. Rio de Janeiro – Imago Editora (Trabalho original publicado em 1912-1913).
- Freud, S. (2010) Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos - Obras completas volume XII. São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. Em: Sigmund Freud Obras Completas. Vol. XII. São Paulo: Cia. das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1987). Psicologia de grupo e análise do ego. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. 2 ed. 18v. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996) Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos - Obras completas volume XVII. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora (Trabalho original publicado entre 1920 - 1922).
- Freud, S. (1996) A organização genital infantil: uma interpolação da teoria da sexualidade. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX (pp. 150-286). Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud (1996), O Eu e o Id, Autobiografia e Outros Textos. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1923).

- Freud, S. (1996). Algumas Consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, XIX. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1996) O Mal Estar na Civilização. In S. Freud, Obras completas (Vol XXI). Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996). Sexualidade Feminina. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro - RJ: Imago Editora (Trabalho original publicado em 1931).
- Foucault, M. (2001) A vontade de saber - História da sexualidade - vl. I. Trad. M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro - RJ: Graal (Texto original escrito em 1976).
- Foucault, M. (2001) O uso dos prazeres - História da sexualidade - vl. I. Trad. M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal (Texto original escrito em 1984).
- Gazeta do Povo (2019) A letra da música “Tua cantiga”, de Chico Buarque, é astuta e gerou polêmica. Link: <https://www.gazetadopovo.com.br/cultura/a-letra-da-musica-tua-cantiga-de-chico-buarque-e-astuta-e-gerou-polemica/>
- Giddens, A. (1991) As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp.
- Grossi, M. (1994) Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas, CIEC/ECO/UFRJ.
- Heilborn, M. L.; Carrara, S. (1998) Em cena, os homens... Revista Estudos Feministas. Dossiê Masculinidade, v. 6, n. 2.
- IPEA (2021) Atlas da Violência: Relatório Institucional: Homicídios de mulheres nas residências e por armas de fogo; pág. 41. Link: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>
- IPEA, (2023) Atlas da Violência. Link: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>
- Joel Schumacher (1993) Filme: Um dia de fúria. Burbank - Califórnia; EUA: Companhia Warner Bros.
- Jorge, M. A. C. (2019) Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan. Volume. 2: A clínica da Fantasia. Rio de Janeiro - RJ: Editora Jorge Zahar (Livro publicado originalmente em 2010).
- Lacan, Jacques (2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. Outros Escritos. Rio de Janeiro - RJ: Zahar (Trabalho original publicado em 1934).

- Lacan, J. (1998) O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. Escritos. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Texto publicado originalmente em 1949).
- Lacan J (1998) Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. Escritos. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Publicado originalmente em 1953).
- Lacan, J. (1995) O seminário livro 4: A relação de Objeto. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1995) O seminário livro 5: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho publicado originalmente em 1957-1958).
- Lacan (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Escritos. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Texto publicado originalmente em (1957-1958).
- Lacan, J. (1998) A significação do falo. Escritos, Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho extraído de uma apresentação realizada em 1958).
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In Escritos Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (2016) O seminário livro 6: O desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho publicado originalmente em 1959).
- Lacan, J. (1997). O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1959-1960).
- Lacan, J. (1998) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. Escritos, Rio de Janeiro -RJ: Jorge Zahar (Trabalho extraído de uma apresentação realizada em 1960).
- Lacan, J. (1992) O Seminário livro 8: A transferência. Rio de Janeiro RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961).
- Lacan, J. (2005) O Seminário livro 10, A angústia. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho publicado originalmente em 1962-1963).
- Lacan, J. (1985) Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1998) A Ciência e a Verdade. Escritos. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Publicado originalmente em 1966).
- Lacan, J. (2008) Jacques Lacan O Seminário 16: De um Outro ao outro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1968-1969).
- Lacan, J. (1992) Jacques Lacan O Seminário 17: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1970).

- Lacan, J. (1985) Jacques Lacan O Seminário 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1975).
- Lacan, J. (2007) Livro 23: O Sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1975/1976).
- Lagrotta, Z. (2005) ¿Qué entender por lo real del amor? Redtorica. Buenos Aires: Cutral Ediciones.
- Lajonquiére, L. (1993), Epistemologia e Psicanálise: O sujeito. Seminário de Matemática e Educação Matemática, Instituto de Geociências e Ciências Exatas-UNESP - Rio Claro.
- Laqueur, T. (1998) Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. V. Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Leader, D. (2023) Gozo: Sexualidade, sofrimento e satisfação. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar.
- Mateus, R. P. F. (2000) A instalação do Reino Franco e a formação de uma sociedade cristã no Ocidente Medieval. Artigo de graduação publicado pela UFRRJ. LINK: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/instalacao.pdf>
- Machado, L. Z. (1998) Série Antropológica: Matar e Morrer no Feminino e no Masculino. Brasília - DF.
- Mackinnon, c. (2014) Feminismo Inmodificado: Discursos sobre la vida y el derecho. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores (Publicado originalmente em 1987).
- Maurano e Souza (2021) Devastação no masculino e a violência contra o feminino nas mulheres. Revist. Latinoam. Psicopat. Fund. São Paulo, 24 (4), 749-775, dez.
- Metrópolis (2020) Matéria: Dia dos Pais pra quem? Com 80 mil crianças sem pai, abandono afetivo cresce. Link: <https://www.metropoles.com/brasil/dia-dos-pais-para-quem-com-80-mil-criancas-sem-pai-abandono-afetivo-cresce>
- Metrópolis (2022) Brasil: Obra de arte feminista é destruída 12h depois de pronta em Goiânia. Link da matéria: <https://www.metropoles.com/brasil/obra-de-arte-feminista-e-destruida-12h-depois-de-pronta-em-goiania>
- Mezan, R. (1998) Escrever a clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Miranda, I. F.; Cardoso, F. A. e Alcântara, G. (2021). A urgência dos olhares feministas sobre a criminalidade e as masculinidades no Brasil: panorama do estado da arte dos estudos sobre criminalidade, violência, gênero e masculinidades. Revista Práticas de Linguagem, v. 11, p. 222-241.

- Nicholas, D. (1999). O Ocidente Carolíngio: A Europa nos séculos VIII e IX. In A Evolução do Mundo Medieval. Sociedade, governo e pensamento na Europa: 312-1500. Lisboa, Publicações Europa-América.
- O Popular (2022) Cidades: Femicídio cresce 121,4% em Goiás nos últimos quatro anos. Matéria escrita por Mariana Carneiro. Link: <https://opopular.com.br/cidades/femicidio-cresce-121-4-em-goias-nos-ultimos-quatro-anos-1.2575242>
- Oliveira, L. L. e Neto, J. L. (2018) Fatores sociodemográficos, perfil dos usuários e motivação para o uso de esteroides anabolizantes entre jovens adultos. Scielo: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Júlio-Setembro. Link: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/n7M6Zh9VpF87NdhFpzZCCxN/?lang=pt#>
- Pereira, M. E. C. (1999). Pânico e Desamparo. São Paulo: Editora Escuta.
- Pires, M. F. (2009) O Materialismo histórico-dialético e a Educação. Scielo: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?lang=pt#:~:text=a%20realidade%20educacional>.
- Poli, C. M. (2007) Feminino/Masculino. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 2004).
- Revista Galileu (2023) Matéria: Como o movimento misógino "redpill" deturpa conceitos do filme "Matrix". Link: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2023/03/como-o-movimento-misogino-redpill-deturpa-conceitos-do-filme-matrix.ghtml>
- Ribeiro, L. S. S. (2007) Don Juan e a Construção de um mito em El Burlador de Sevilha. 2007. 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - USP, São Paulo.
- Romero, T. I. (2014) Sociología e política do feminicídio: algumas chaves interpretativas a partir de caso mexicano. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 373-400, maio/ago.
- Roudinesco, J. e Plon, M (1997), Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1997).
- Santos, A. (2021) Adolescência e a Constituição do Sujeito: Angústia e Violências. Goiânia-Go: Cegraf-UFG.
- Sartre, M. (2012) Virilidades Gregas: I - A invenção da virilidade. Da antiguidade às luzes. Dirigido por Vigarello. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

- Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre - RS: Editora Educação e Realidade, vol. 16, no 2.
- Silva, F. (2010) O masculino e o padecimento psíquico: uma leitura a partir da escuta na clínica psicanalítica contemporânea. Dissertação de Mestrado; PUC-RS: Biblioteca digital de teses e dissertações. Link: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/691>
- Silva, M. R. (2020) História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. Link: [https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601279003\\_ARQUIVO\\_f85bdd1cee940fce5c48e23bc450a205.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601279003_ARQUIVO_f85bdd1cee940fce5c48e23bc450a205.pdf)
- Soler, C. (2021) Seminários: Um outro Narciso. São Paulo: Aller (Texto publicado originalmente em 2017).
- Souza, Neusa, S. (1983) Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro. Rio de Janeiro - RJ: Edições Graal.
- Soares; Paz; Fagundes; Freitas; Jones e Barbosa (2018) A utilização do álcool como mediador social entre universitários. Ribeirão Preto - SP: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.) vol. 14 n° 4. Link: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762018000400009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000400009)
- Uol, (2023) Harpers bazaar: Redpill - Especialista explica o que é o movimento que incentiva machismo e preocupa a sociedade. Link: <https://harpersbazaar.uol.com.br/estilo-de-vida/red-pill-especialista-explica-o-que-e-movimento-que-incentiva-machismo-e-preocupa-sociedade/>
- Vigarello, Georges. Corbin, Alain e Courtine, J. J. (2012) A história da virilidade: I - A invenção da virilidade. Da antiguidade às luzes. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.
- Volks, D. J. (2019) Reconfigurações de uma masculinidade hegemônica nas páginas da revista Playboy (Brasil: décadas de 1980 e 1990). Tese de Doutorado publicada pela UDESC. LINK: [https://www.udesc.br/arquivos/faed/id\\_cpmenu/2551/Douglas\\_Josiel\\_Voks\\_final\\_15713395970454\\_2551.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2551/Douglas_Josiel_Voks_final_15713395970454_2551.pdf)